

A3ES

Agência de Avaliação
e Acreditação
do Ensino Superior

Os Autores

Madalena Pires da Fonseca, Geógrafa, professora auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e investigadora do CIPES, é actualmente secretária-geral da Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior – A3ES

Sara Encarnação, Geógrafa, bolseira de *pós-doc* A3ES/ CRUP, investigadora do e-Geo Centro de Estudos de Geografia e Planeamento Regional, FCSH-UNL e do Grupo ATP Applications on Theoretical Physics, CMAF-UL

A Obra

No sentido de contribuir para um debate alargado sobre orientações estratégicas para o sistema de ensino superior e para a definição de cenários prospectivos de suporte às políticas para o sector, a Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior, com a contribuição científica do Centro de Investigação de Políticas do Ensino Superior (CIPES), do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa e em colaboração com a Direcção-Geral do Ensino Superior e a Direcção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, decidiu elaborar uma série de estudos que forneçam os elementos caracterizadores do sistema de ensino superior que permitam a tomada de decisões informadas sobre a racionalização e consolidação da rede de ensino superior em Portugal. O presente estudo apresenta a caracterização da rede de ensino superior em mapas e em números, incluindo os dados do acesso ao ensino superior.

O SISTEMA DE ENSINO SUPERIOR EM PORTUGAL
EM MAPAS E NÚMEROS

O SISTEMA DE ENSINO SUPERIOR EM PORTUGAL EM MAPAS E NÚMEROS

Madalena Pires da Fonseca
Sara Encarnação

A3ES

Agência de Avaliação
e Acreditação
do Ensino Superior

O SISTEMA DE ENSINO
SUPERIOR EM PORTUGAL
EM MAPAS E EM NÚMEROS

Madalena Pires da Fonseca
Sara Encarnação

A3ES READINGS

FICHA TÉCNICA

Autor(es): Fonseca, Madalena Pires da; Encarnação, Sara

Título: O SISTEMA DE ENSINO SUPERIOR EM PORTUGAL
EM MAPAS E EM NÚMEROS

Data: 2012

Editor: Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior
Praça de Alvalade, nº 6 – 5º Frente
1700-036 LISBOA

www.a3es.pt

a3es@a3es.pt

Colecção/Série: A3ES READINGS N°4

Design gráfico/capa: Ângela Calheiros

Depósito Legal: 355346/13

ISBN: 978-989-97174-5-9

ÍNDICE	iii
ÍNDICE DE FIGURAS	iv
ÍNDICE DE QUADROS	vi
SIGLAS E ACRÓNIMOS	ix
INTRODUÇÃO	1
1. ÂMBITO E METODOLOGIA	5
2. SUMÁRIO EXECUTIVO	9
3. ENQUADRAMENTO GERAL	19
4. O SISTEMA DE ENSINO SUPERIOR EM PORTUGAL EM MAPAS E EM NÚMEROS	31
5. AS UNIVERSIDADES PÚBLICAS	43
6. OS INSTITUTOS POLITÉCNICOS PÚBLICOS	47
7. AS UNIVERSIDADES PRIVADAS	49
8. OS INSTITUTOS POLITÉCNICOS PRIVADOS	51
9. ÁREAS DE ENSINO E FORMAÇÃO	53
10. A DEPENDÊNCIA DAS LICENCIATURAS – PRIMEIRA ENTRADA NO SISTEMA	67
10.1. Dependência das Licenciaturas (L1) por estudantes inscritos	68
10.2. Dependência das Licenciaturas por oferta de vagas	71
11. O ACESSO 2011/12	75
BIBLIOGRAFIA	141

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – O sistema de ensino superior em Portugal: instituições de ensino superior (2011)	21
Figura 2 – Oferta de ciclos de estudos e vagas do ensino superior e estudantes inscritos por concelho (2011)	23
Figura 3 – Ciclos de estudos por tipo de instituição e tipo de ensino	24
Figura 4 – Estudantes inscritos por tipo de instituição e tipo de ensino (2010/11)	25
Figura 5 – Ciclos de estudos de licenciatura por tipo de instituição e ensino	37
Figura 6 – Estudantes inscritos em ciclos de estudos de licenciatura por tipo de instituição e ensino	38
Figura 7 – Ciclos de estudos de mestrado integrado por tipo de instituição e ensino	39
Figura 8 – Estudantes inscritos em mestrados integrados por tipo de instituição e ensino	39
Figura 9 – Ciclos de estudos de mestrado por tipo de instituição e ensino	40
Figura 10 – Estudantes inscritos em ciclos de estudos de mestrado por tipo de instituição e ensino	41
Figura 11 – Ciclos de estudos de doutoramento por tipo de instituição e ensino	42
Figura 12 – Estudantes inscritos em ciclos de estudos de doutoramento por tipo de instituição e ensino	42
Figura 13 – Ciclos de estudos por área de ensino e formação (CNAEF): público/privado	55
Figura 14 – Vagas por área de ensino e formação (CNAEF): público/privado	56
Figura 15 – Estudantes inscritos em 2010/11 por área de ensino e formação (CNAEF): público/privado	56

Figura 16 – Ciclos de estudos por área de ensino e formação (CNAEF): universidades/institutos politécnicos	57
Figura 17 – Vagas por área de ensino e formação (CNAEF): universidades/politécnicos	57
Figura 18 – Estudantes inscritos em 2010/11 por área de ensino e formação (CNAEF): universidades/politécnicos	58
Figura 19 – Ciclos de estudos por área de ensino e formação (CNAEF) por graus	59
Figura 20 – Vagas por área de ensino e formação (CNAEF) por graus: Licenciaturas	59
Figura 21 – Estudantes inscritos em 2010/11 por área de ensino e formação (CNAEF) por graus	60
Figura 22 – I_IT por tipologias de IES	70
Figura 23 – V_VT por tipologias de IES	73
Figura 24 – Acesso 2011 – Vagas e candidatos para as IES públicas	80
Figura 25 – Instituições de ensino superior por índice de força e taxa de ocupação	82
Figura 26 – Candidaturas ao próprio distrito (dentro) e a outro distrito (fora) por áreas CNAEF	108
Figura 27 – Número de instituições que oferecem licenciaturas (L1) e mestrados integrados (MI) por tipo de ensino e instituição	110
Figura 28 – Número de ciclos de estudos de licenciatura (L1) e mestrados integrados (MI) por tipo de ensino e instituição	110
Figura 29 – Distrito de entrega e distrito de candidatura das primeiras opções	116
Figura 30 – Candidaturas 1.ª fase, 1.ª opção, por distrito de entrega, para o próprio distrito (dentro) e para outro distrito (fora)	116

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – CNAEF – Áreas de estudo	8
Quadro 2 – Instituições e unidades orgânicas do sistema de ensino superior em Portugal	19
Quadro 3 – Instituições e unidades orgânicas do sistema de ensino superior em Portugal	22
Quadro 4 – Cursos registados na Direcção Geral do Ensino Superior em 2009	27
Quadro 5 – Cursos em funcionamento submetidos a acreditação da A3ES entre Outubro de 2009 e Abril de 2010	28
Quadro 6 – Variação entre o número de ciclos de estudos propostos para acreditação e o número de ciclos de estudos registados na DGES	28
Quadro 7 – Ciclos de estudos em funcionamento segundo a situação de Acreditação	29
Quadro 8 – Tipologia de ciclos de estudos segundo a acreditação	31
Quadro 9 – Ciclos de estudos por tipo de instituição	32
Quadro 10 – Ciclos de estudos por tipo de ensino	32
Quadro 11 – Ciclos de estudos por graus	33
Quadro 12 – Ciclos de estudos por tipologia de IES e graus	35
Quadro 13 – Oferta de ciclos de estudos das universidades públicas	43
Quadro 14 – Oferta de ciclos de estudos por áreas CNAEF – universidades públicas	44
Quadro 15 – Oferta de ciclos de estudos dos institutos politécnicos públicos	47
Quadro 16 – A oferta de ciclos de estudos por áreas CNAEF – institutos politécnicos públicos	48
Quadro 17 – Oferta de ciclos de estudos das universidades privadas	49

Quadro 18 – A oferta de ciclos de estudos por áreas CNAEF – universidades privadas	50
Quadro 19 – Oferta de ciclos de estudos dos institutos politécnicos privados	51
Quadro 20 – A oferta de ciclos de estudos por áreas CNAEF nos institutos politécnicos privados	52
Quadro 21 – A oferta de ciclos de estudos por áreas CNAEF	54
Quadro 22 – Ciclos de estudos por áreas CNAEF, por tipologias de instituições e quocientes de especialização QL (CE)	63
Quadro 23 – Vagas por áreas CNAEF, por tipologias de instituições e quocientes de especialização QL (Vagas)	64
Quadro 24 – Estudantes inscritos (2010 – 11) por áreas CNAEF, tipologias de instituições e quocientes de especialização QL (Inscritos)	65
Quadro 25 – Quociente de localização global (QLCE + QLVagas + QLEstudantes), por tipologia de ensino	66
Quadro 26 – I_IT mínimo, máximo e média	68
Quadro 27 – Número de IES por intervalo de valores de I_IT	68
Quadro 28 – I_IT mínimo, máximo e média, por tipologias de IES	68
Quadro 29 – Percentagem de IES por intervalo de valores de I_IT	69
Quadro 30 – V_VT mínimo, máximo e média	71
Quadro 31 – Número de IES por intervalo de valores de V_VT	72
Quadro 32 – V_VT mínimo, máximo e média, por tipologias de IES	72
Quadro 33 – Percentagem de IES por intervalo de valores de V_VT	72
Quadro 34 – Caracterização geral do acesso ao ensino superior em Portugal, 2010/11	78
Quadro 35 – Vagas e candidatos em 1ª opção, por tipo de ensino	79
Quadro 36 – Candidaturas e colocações por tipo de ensino, na primeira fase, primeira opção do concurso nacional de acesso	79

Quadro 37 – As áreas de maior elasticidade face à mobilidade dos candidatos	83
Quadro 38 – O acesso por áreas CNAEF	85
Quadro 39 – Colocação, face ao acesso e por CNAEF, dos candidatos ao próprio distrito	90
Quadro 40 – Colocação, face ao acesso e por CNAEF, dos candidatos a outros distritos	96
Quadro 41 – Total de colocações face ao acesso	102
Quadro 42 – Caracterização geral do concurso nacional de acesso ao ensino superior de 2010/11, por distrito	112
Quadro 43 – Candidatos por origem e destino de candidatura	114
Quadro 44 – Colocados segundo o distrito de candidatura (em relação ao distrito de origem)	117
Quadro 45 – Colocados que se candidataram a partir de outro distrito (de fora)	118
Quadro 46 – Saldo entre entradas e saídas no distrito	119
Quadro 47 – Candidaturas 1ª fase, 1ª opção para distritos fora do distrito de entrega	120
Quadro 48 – Candidatos de outros distritos, por distrito de destino	122
Quadro 49 – Candidatos a outros distritos, por distrito de origem	123
Quadro 50 – Indicadores do concurso nacional de acesso 2011 – Estabelecimentos de Ensino Superior por ordem do Índice de Força (quociente de especialização ou ratio entre a percentagem de candidatos em relação à percentagem de vagas)	125

SIGLAS E ACRÓNIMOS

A3ES	Agência de Acreditação e Avaliação do Ensino Superior
ACEF	Ciclo de Estudos em Funcionamento em processo de Avaliação/Acreditação
CEDEFOP	European Centre for the Development of Vocational Training
CEF	Ciclo de Estudos em Funcionamento com Acreditação Preliminar
CNAEF	Classificação Nacional das Áreas de Educação e Formação
CRUP	Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas
DGEEC	Direcção Geral de Estatísticas de Educação e Ciência
DGES	Direcção Geral de Ensino Superior
EI	Entidade Instituidora
ES	Ensino Superior
EUROSTAT	European Statistics – European Commission
GPEARI	Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais
IES	Instituição de Ensino Superior
MCTES	Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
NCE	Novos Ciclos de Estudos
OECD	Organisation for Economic Co-operation and Development
ONG	Organização Não Governamental
SIG	Sistema de Informação Geográfica
UO	Unidade Orgânica

INTRODUÇÃO

O sistema de ensino superior em Portugal tem conhecido, nas últimas décadas, profundas alterações (Neave & Amaral, 2011; Amaral, 2011). Desde logo, após a revolução de Abril de 1974, registou-se uma grande expansão e diversificação para a qual contribuíram, para além do aumento das universidades públicas, a criação de um sub-sistema politécnico público e a abertura do ensino superior à iniciativa privada. O ritmo de crescimento do número de alunos e da taxa de participação conheceu um ritmo que não teve paralelo em nenhum outro país europeu (Amaral & Fonseca, 2012).

Sumariamente, pode dizer-se que o sistema cresceu e diversificou-se com o aparecimento de novas instituições, novos programas e áreas de ensino e formação e a chegada de estudantes diferentes dos tradicionais, em idade, origem socio-económica e situação perante o mercado de trabalho.

A implementação do processo de Bolonha, por seu turno, trouxe também, mais recentemente, profundas reestruturações no sistema.

A evolução recente do sistema de ensino superior em Portugal, processou-se, no entanto, face a uma quase ausência de regulação eficaz por parte do Estado. Assim, foi-se desenvolvendo uma rede de estabelecimentos de ensino superior dispersa pelo território nacional, sem uma estrutura e uma hierarquização planeada ou organizada em função de objectivos e linhas estratégicas claras. Situação que se torna particularmente evidente, quando o número de candidaturas dos alunos tradicionais mostra tendência a diminuir e em que as dificuldades económicas apontam para a necessidade de uma utilização mais eficiente dos recursos disponíveis (CIPES, 2009, 2010).

Quando se deu a revolução de Abril os indicadores educativos de Portugal colocavam o país numa situação claramente deficitária. Infelizmente, apesar de todos os esforços feitos, os indicadores educativos actuais mostram que Portugal permanece, ainda, muito aquém dos valores médios dos outros países europeus e das metas desejáveis no quadro, por exemplo, da OCDE (Amaral & Fonseca, 2012). Dados publicados pelo Instituto Nacional de Estatística relativos a 2008 mostravam que 65% da população activa, em Portugal não tinham concluído o ensino secundário, valor que compara com 20% em Espanha e 21% na União Europeia. Situação que se agrava quando se consideram os empregadores, em que 81% tinham um nível educativo inferior ao ensino secundário, a comparar com 50% em Espanha e 28% na União Europeia. Quanto à percentagem da população na faixa etária de 25-64 anos com educação terciária, ela era em 2008 de 14% em Portugal, 12% na Turquia, 16% no México, 25% na Alemanha, 41% na Finlândia, 43% nos Estados Unidos e 28% para a média da OCDE. Isto mostra que Portugal terá ainda muito que fazer para corrigir uma situação, em grande medida, herdada do período da ditadura.

É por esta razão que a OCDE, no seu exame do sistema de ensino superior em Portugal (2006), considerava que numa perspectiva de longo prazo, Portugal tinha

ainda, de aumentar a capacidade do sistema de ensino superior para elevar o nível educativo da população para níveis europeus. Naquela data, a OCDE recomendava, para o futuro próximo:

“While this long term perspective must be kept in focus, in the immediate term, the issue in Portugal is not about expansion as such but about better use of the existing capacity. The declining enrolment levels in recent years, the appearance, in some cases, of institutional level excess capacity and system-level mismatches between demand and supply of places, by programmes and regions, and the unhealthy competition among institutions for lucrative programmes prompted a key question for the Examiners: is there a need to downsize, or consolidate the institutional landscape?

As a fundamental point of departure the Review Team believes that – in a context of planned growth, broadened access and limited resources – existing higher education capacity should not be lost, and that while existing institutions may need to be ‘down-sized’, amalgamated or linked with others they should not be closed, though individual departments or schools may be closed because they are not viable. We wish to make it clear that there is much scope at local and regional levels for institutional reconfiguration. The Review Team cautions against a major national reconfiguration of the institutional landscape via forced mergers, and recommends a case-by-case approach within a strengthened binary framework and through the mechanisms of institutional performance contracts ...” EDU/EC (2006)25: pp. 98-99.

No sentido de contribuir para um debate alargado sobre orientações estratégicas para o sistema de ensino superior e para a definição de cenários possíveis, a Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES), com a contribuição científica do Centro de Investigação de Políticas do Ensino Superior (CIPES), do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-UL), do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa (ISEG-UTL) e em colaboração com a Direcção-Geral do Ensino Superior (DGES) e a Direcção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC), decidiu elaborar uma série de estudos que forneçam os elementos caracterizadores do sistema de ensino superior que permitam a tomada de decisões informadas sobre a racionalização e consolidação da rede de ensino superior em Portugal.

A racionalização e consolidação da rede assume porém, contornos de decisão política que não se enquadram directamente na missão da Agência, ou seja, a tarefa da Agência esgota-se na caracterização do sistema de ensino superior e na identificação dos seus principais pontos fortes, das suas vulnerabilidades e das fragilidades mais evidentes, não lhe competindo a tomada de decisões na regulação do sistema, quer quanto às suas instituições, quer quanto à oferta de formações.

A entrada em funcionamento da Agência, em 2009, correspondeu a um primeiro exercício de compatibilização entre “o que está” e o que a legislação determina e produziu resultados para além da simples verificação individual da qualidade dos cursos. Com efeito, têm-se vindo a registar reestruturações na rede, conduzidas espontaneamente pelas instituições de ensino superior (IES), ao nível da oferta formativa, nomeadamente através do encerramento de ciclos de estudos, da fusão de outros e da organização de parcerias para oferta de ciclos de estudos em associação entre várias instituições, concentrando, assim, os recursos humanos e materiais, de forma a oferecer cursos em melhores condições. Contudo, é precisamente ao nível da oferta formativa e da estrutura da própria rede, em termos de tipologia de IES,

que há necessidade de desenvolver e aprofundar cenários desejáveis a curto e médio prazo, à semelhança do que foi já iniciado para a qualidade.

Esta primeira publicação apresenta a caracterização da rede de ensino superior em mapas e em números, incluindo os dados do acesso ao ensino superior. Outras publicações incluirão as tendências de evolução do sistema de ensino superior, a caracterização do corpo docente, a caracterização da investigação no ensino superior e a empregabilidade dos licenciados pelo ensino superior – este último trabalho encomendado ao Instituto de Ciências Sociais (ICS) e ao Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG).

A presente publicação apresenta a caracterização do sistema de ensino superior, em mapas e em números, incluindo os dados do acesso e corresponde ao nº 4 da série Readings das publicações da Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior. Os números 5 e 6 da série, completam o presente volume, contendo os perfis institucionais das instituições de ensino superior público, no que diz respeito às mesmas variáveis aqui consideradas: número de ciclos de estudos, graus, vagas, estudantes inscritos e situação face á acreditação. O nº 5 diz respeito ás universidades públicas e o nº 6 aos institutos politécnicos públicos.

1. ÂMBITO E METODOLOGIA

O presente estudo desenvolve-se em torno de vários eixos principais, articulados entre si:

- i. Caracterização da oferta formativa – ciclos de estudos – segundo áreas de formação e educação, tipologia de instituições e graus.
- ii. Caracterização do acesso ao ensino superior público com desenvolvimento de indicadores que tipificam a procura e permitem inferir comportamentos face à oferta privada.
- iii. Caracterização do padrão territorial do sistema de ensino superior nas suas diferentes componentes e dinâmicas.

Os indicadores desenvolvidos correspondem a variáveis de base, extraídas directamente das bases de dados e a indicadores desenvolvidos a partir dos primeiros, aí se incluindo parâmetros de carácter territorial. A partir das bases de dados, trabalharam-se indicadores como o número de ciclos de estudos, totais e distribuição por tipologias de instituições, de graus e situação perante a acreditação, vagas, estudantes inscritos, totais e por género, dados sobre o acesso ao ensino superior, nomeadamente candidatos ao primeiro ano, primeira vez, colocados, matriculados, entre outros. A partir destes indicadores, desenvolveram-se outros, percentagens, rácios, índices, etc.

O modelo territorial, incorporando os restantes indicadores desenvolvidos, será o principal *output* do estudo, constituindo o quadro de referência para a construção de cenários prospectivos.

A metodologia de base assumiu um carácter predominantemente quantitativo, com o desenvolvimento de indicadores a partir das bases de dados a seguir enumeradas, com uma incidência na actualidade.

Foram consideradas as seguintes bases de dados:

- i. Base de dados da A3ES – Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior.
- ii. Bases de dados da Direcção-Geral de Estatísticas de Educação e Ciência (DGEEC)¹ do Ministério da Educação e da Ciência.
- iii. Bases de dados do acesso ao ensino superior público da Direcção Geral do Ensino Superior (DGES), disponíveis desde 1993/94 até 2009/10.
- iv. Eurostudent (2000, 2005, 2008, 2011).
- v. Eurostat.
- vi. OECD: *Education at a Glance* (2011) OECD.

¹ A DGEEC veio substituir o anterior Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais (GPEARL). No presente estudo será usada a designação GPEARL, nos quadros e textos de análise uma vez que a alteração na designação ocorreu já depois de concluída a sua redacção.

- vii. Bases de dados da DGES dos docentes do ensino superior (e recente relatório/estudo).
- viii. Bases de dados da FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia.
- ix. Relatório sobre a Ciência em Portugal da Comissão de Educação da Assembleia da República (2010).
- x. *Estado da Educação 2011. A Qualificação dos Portugueses*. Conselho Nacional de Educação (2011)

A estabilização de uma base de dados universal e rigorosa para a actualidade, como referencial para o presente estudo, confrontou-se com alguns problemas. A A3ES criou uma primeira base de dados universal com as informações fornecidas pelas instituições de ensino superior, no âmbito da acreditação preliminar dos ciclos de estudos em funcionamento, entre Outubro de 2009 e Abril de 2010, estando prevista uma actualização da mesma, a cada seis anos. As instituições de ensino superior fornecem anualmente, por seu turno, ao Ministério respectivo, os dados estatísticos sobre os seus ciclos de estudos e estudantes inscritos, no âmbito do inquérito estatístico RAIDES – Registo de Alunos Inscritos e Diplomados do Ensino Superior. O RAIDES integra o Sistema Estatístico Nacional e é de resposta obrigatória. Por este motivo, é conveniente utilizar os dados recolhidos, anualmente, pelo GPEARI, actual DGEEC. A confrontação das duas bases de dados (A3ES e GPEARI/ DGEEC) revelou, imediatamente, problemas de compatibilização, resultantes da utilização de estruturas e critérios de construção diferentes, nomeadamente:

- i. A base de dados do GPEARI/ DGEEC é constituída por um número muito superior de ciclos de estudos – mais de 12000 registos – porque considera como cursos diferentes os diversos ramos de um mesmo ciclo de estudos; além disso, mantém registos de cursos descontinuados, que já não recebem novos alunos, mas que ainda têm alunos a concluir os cursos, nos seus últimos anos.
- ii. A base de dados da A3ES registava, à data de referência do presente estudo, 3600 registos de ciclos de estudos com acreditação preliminar, 421 registos correspondentes a ciclos de estudos em fase de acreditação, que poderão ser ou não acreditados, e 421 novos ciclos de estudos com acreditação prévia da Agência em 2010 e em 2011.
- iii. A situação é, ainda mais complexa, porque o sistema não é estático; pelo contrário, revela um enorme dinamismo com alteração muito frequente da situação, devido a ajustamentos promovidos pelas instituições tendo em vista a racionalização da oferta, a que acrescem frequentes alterações das designações dos ciclos de estudos, nem sempre tidas em conta, em simultâneo, nas duas bases de dados.

Uma vez que as alterações aos ciclos de estudos são muito frequentes (cancelamentos, alterações de designação, etc.) foi decidido que, para o presente estudo, se considerariam os ciclos de estudos activos na plataforma electrónica da A3ES, no dia 11 de Novembro de 2011, data em que se procedeu à extracção da informação correspondente a um *snapshot* da plataforma naquela data. Ficou gravado um *backup* de segurança, para eventuais verificações posteriores.

A integração do número de estudantes inscritos (GPEARI/ DGEEC) na base de dados da A3ES implicou, por seu turno, a comparação, caso a caso, de todos os registos. Nesta fase, identificaram-se diferentes tipos de problemas como:

- i. Não concordância dos nomes de alguns ciclos de estudos;
- ii. Inexistência, na base de dados do GPEARI/ DGEEC, de ciclos de estudo registados na A3ES;
- iii. Não concordância do código de estabelecimento GPEARI/ DGEEC nas duas bases;
- iv. Dificuldades de compatibilização com a base de dados do GPEARI/ DGEEC quando o número de alunos inscritos em alguns ciclos de estudos pós-Bolonha são afectos aos ciclos de estudos pré-Bolonha.

De facto, a transição para a estrutura de ciclos de estudos compatível com Bolonha, que para maior dificuldade não se verificou em simultâneo em todas as instituições e suas unidades orgânicas, criou problemas muito difíceis de ultrapassar quando se pretendem fazer análises de séries temporais.

A classificação dos ciclos de estudos, de acordo com a codificação CNAEF, foi extraída da base de dados do GPEARI/ DGEEC. Porém, uma consulta recente – entre Novembro e Dezembro de 2011 – feita às instituições, no âmbito do planeamento do ciclo de avaliações regulares 2011/12 a 2015/16, revelou que alguns dos códigos atribuídos não correspondem à natureza dos ciclos de estudos, pelo que terá que haver uma eventual alteração, coordenada entre as bases de dados da A3ES e do GPEARI/ DGEEC.

O Ministério da Educação e Ciência e os seus diferentes serviços, incluindo o GPEARI/ DGEEC, classificam os ciclos de estudos segundo o seu conteúdo programático, estrutura curricular e áreas científicas dominantes, de acordo com a *Classificação Nacional das Áreas de Educação e Formação (CNAEF)*, publicada pela Portaria 256/2005 de 16 de Março. A CNAEF corresponde à grelha de classificação desenvolvida em conjunto pelo Eurostat e Cedefop, *Fields of Education and Training* (EUROSTAT and CEDEFOP, 1999). A CNAEF estrutura-se em três níveis hierárquicos. O primeiro nível subdivide-se em 10 áreas, identificadas por um dígito, de 0 a 9. O segundo nível subdivide-se num máximo possível de 10 sub-áreas, identificadas com dois dígitos. No terceiro nível, estas sub-áreas dividem-se, por seu turno, num máximo de 10 sub-áreas identificadas com três dígitos. Esta classificação pretende ser flexível e dinâmica, podendo incluir, a todo o tempo, novas áreas. Na desagregação máxima, isto é, com três dígitos, o código terminado em zero corresponde a programas transversais e o terminado em 9 a programas não classificados nos códigos anteriores (terminados em 1, 2, 3, etc. até 8).

Considerando o nível 2 daquela classificação, com a desagregação a dois dígitos, existem 22 áreas de estudo (Quadro 1), que permitem identificar, numa primeira fase, os grandes grupos de ciclos de estudos, por áreas CNAEF, segundo a sua importância relativa no contexto global do sistema.

O estudo incluiu, também, o desenvolvimento de uma base cartográfica com todas as instituições e respectivas unidades orgânicas, georreferenciadas num sistema de informação geográfica (SIG), para suporte às diferentes análises. A cartografia produzida é mais vasta do que a que é agora apresentada, podendo ser actualizada no futuro, com a actualização da informação estatística e desagregada segundo outros parâmetros em função de novas necessidades.

Finalmente, chama-se a atenção para a existência de uma maior riqueza de dados para o sub-sistema público, quando comparado com o privado, muito em particular devido às regras diferentes para o acesso aos ciclos de estudos de licenciatura e mestrado integrado dos dois sub-sistemas. Como veremos, o sistema centralizado de colocação dos alunos nas instituições públicas permite uma análise do sistema de acesso que não encontra paralelo nas instituições privadas.

Quadro 1: CNAEF – áreas de estudo

CNAEF (2 dígitos)	Descrição
14	Formação de professores/formadores e ciências da educação
21	Artes
22	Humanidades
31	Ciências sociais e do comportamento
32	Informação e jornalismo
34	Ciências empresariais
38	Direito
42	Ciências da vida
44	Ciências físicas
46	Matemática e Estatística
48	Informática
52	Engenharia e técnicas afins
54	Indústrias transformadoras
58	Arquitectura e construção
62	Agricultura, silvicultura e pescas
64	Ciências veterinárias
72	Saúde
76	Serviços sociais
81	Serviços pessoais
84	Serviços de transporte
85	Protecção do ambiente
86	Serviços de segurança

2. SUMÁRIO EXECUTIVO

O sistema de ensino superior em Portugal é um sistema binário que integra universidades e institutos politécnicos com estruturas de organização e dimensão diversificadas e de diferente natureza jurídica, com instituições públicas – incluindo a Universidade Aberta e as instituições de ensino superior militares e policiais – e instituições privadas que, por seu turno, abrangem a Universidade Católica Portuguesa.

O sistema de ensino superior em Portugal é constituído por 121 instituições (IES) a que correspondem 338 unidades orgânicas (UO); o ensino superior público corresponde a cerca de um terço das instituições, mas a quase 60% das unidades orgânicas.

O sistema de ensino superior, globalmente, corresponde a um universo de 4442 ciclos de estudos, com um total de 171.832 vagas (e cerca de 380 mil estudantes inscritos no ano lectivo de 2010/11).

O ensino superior público, incluindo o ensino militar, representa quase 3/4 dos ciclos de estudos (74%), oferece 2/3 do total de vagas (66%), e concentra 77% dos estudantes inscritos no ano 2010/11.

O sistema privado corresponde a cerca de 1/4 do total de ciclos de estudos do sistema, oferece 1/3 das vagas e representa, apenas, pouco mais de 1/5 do total de inscritos, com 22% do sistema.

Actualmente, e no seguimento da implementação do Processo de Bolonha, são três os graus académicos de ensino superior oferecidos pelas IES em Portugal: licenciatura, mestrado e doutoramento. As universidades podem oferecer mestrados integrados, ciclos de estudos com pelo menos 300 ECTS que integram, num único ciclo de estudos, o 1º e o 2º ciclos.

As licenciaturas e mestrados do ensino público – universidades e politécnicos – concentram mais de 80% dos estudantes inscritos em 2010/11.

A distribuição regional do ensino superior em Portugal decalca, no seu essencial, a rede urbana nacional. Há, no entanto, uma dispersão territorial superior ao que seria de esperar, já que o ensino superior é uma função central de nível superior que necessita de patamares mínimos de procura potencial – população – dentro de determinados limites de acessibilidade, superior às outras funções de ensino, o que nem sempre se verifica. Existem, assim, alguns pequenos núcleos urbanos com ensino superior, com uma dimensão populacional, um perfil funcional de comércio e serviços à população e uma base económica que poderá não assegurar a eficiência e sustentabilidade necessária às respectivas IES neles localizadas.

As instituições públicas cobrem a totalidade do território nacional, apresentando um padrão mais disperso do que as privadas que se concentram nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto e nas regiões com maior população.

As instituições privadas concentram-se nas grandes áreas urbanas, existem em maior número e com uma menor dimensão.

A dimensão média das instituições públicas é de cerca de 6.800 alunos, enquanto que no sub-sistema privado a dimensão média desce para cerca de 920 alunos por instituição.

Com a entrada em funcionamento da A3ES – Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior, em 2009, o sistema de ensino superior foi submetido a um processo de avaliação e acreditação de todos os ciclos de estudos em funcionamento.

A partir da mesma data, a oferta de novos ciclos de estudos, por parte das IES, passou a ficar também condicionada à acreditação prévia, por parte da A3ES.

Têm-se vindo a registar reestruturações na rede, conduzidas espontaneamente pelas instituições de ensino superior, ao nível da oferta formativa, nomeadamente através do encerramento de ciclos de estudos, da fusão de outros e da organização de parcerias para oferta de ciclos de estudos em associação entre várias instituições, concentrando, assim, os recursos humanos e materiais de forma a oferecer cursos em melhores condições.

A distribuição dos ciclos de estudos por tipos de graus evidencia a expansão recente dos ciclos de estudos de pós-graduação, mestrados e doutoramentos, na sequência da adequação ao processo de Bolonha. Os doutoramentos representam, actualmente, cerca de 14% do total de ciclos de estudos do sistema, 4% das vagas e 6% do total de estudantes inscritos.

Considerando todas as tipologias de instituições¹, de tipo de ensino e de graus é possível concluir que as universidades públicas, embora tendo diminuído a sua participação no sistema em termos da percentagem do número de alunos, são, ainda o sector com o maior significado global, apresentando os valores máximos em todos os tipos de oferta.

As universidades públicas oferecem um total de 2.126 ciclos de estudos, com quase 70 mil vagas e concentram, actualmente, cerca de 183 mil estudantes.

Os mestrados constituem o maior segmento da oferta das universidades públicas, com 1.017 ciclos de estudos, quase metade da totalidade dos ciclos de estudos deste tipo de instituições.

Os doutoramentos são um dos pontos fortes das universidades públicas e, seguramente, um elemento estruturante de qualquer intervenção sobre o sistema de ensino superior. As universidades públicas oferecem, actualmente, quase 500 ciclos de estudos de doutoramento.

Nas universidades públicas, as áreas de ensino e formação de maior dimensão, considerando o número de estudantes inscritos, são, por ordem decrescente, Engenharia e Técnicas Afins (cnaef 52), Ciências Sociais e do Comportamento (cnaef 31), Saúde (cnaef 72) e Ciências Empresariais (cnaef 34), com cerca de 50% do total.

¹ O RJIES (Lei 62/2007, de 10 de Setembro) define diversos tipos de instituições: universidades, institutos universitários, institutos politécnicos e, ainda, outros tipos de estabelecimentos de ensino superior, quer universitários, quer politécnicos. No texto serão usados os termos universidade e instituto politécnico para de forma genérica designar, respectivamente, instituições de carácter universitário e de carácter politécnico.

Nas universidades públicas há um equilíbrio global entre a participação de homens (48%) e mulheres (52%), naturalmente associado à grande diversidade de áreas científicas e de formação da oferta.

Os institutos politécnicos públicos oferecem um total de 965 ciclos de estudos, com 35.512 vagas e registam, actualmente, cerca de 109 mil estudantes inscritos.

O ponto forte dos institutos politécnicos públicos são as licenciaturas que, no caso dos estudantes, correspondem a mais de 88% do total dos inscritos.

A rede dos institutos politécnicos públicos caracteriza-se pela sua dispersão territorial.

As áreas de ensino e formação de maior dimensão, em termos de estudantes inscritos, nos institutos politécnicos públicos são, por ordem decrescente, as Ciências Empresariais (cnaef 34), Engenharia e Técnicas Afins (cnaef 52), Saúde (cnaef 72), as Artes (cnaef 21) e os Serviços Pessoais (cnaef 81) as quais, em conjunto, concentram 72% dos estudantes de todo o segmento.

A participação das mulheres nos institutos politécnicos públicos é semelhante à das universidades públicas, havendo, em média, 47 homens por cada 100 estudantes dos institutos politécnicos públicos.

As universidades privadas oferecem 740 ciclos de estudos e 34.021 vagas, tendo matriculados, actualmente, cerca de 62 mil estudantes, o que a nível do sistema corresponde a 16% dos estudantes inscritos e a uma percentagem de ciclos de estudos comparável (17%).

Ainda que, como universidades, possam oferecer todo o tipo de graus, a oferta das universidades privadas dá um relevo particular às licenciaturas que correspondem a cerca de 40% dos ciclos de estudos, a quase 60% das vagas e a quase 70% dos estudantes inscritos.

O número de ciclos de doutoramento oferecido pelas universidades privadas é reduzido (58 ciclos de estudos de doutoramento, no total de 740 ciclos de estudos).

A oferta formativa das universidades privadas cobre menos áreas CNAEF que as instituições públicas, estando mais concentrada em termos de áreas científicas.

As áreas de ensino e formação CNAEF de maior dimensão, nas universidades privadas, são, por ordem decrescente do número de estudantes inscritos, as Ciências Empresariais (cnaef 34), as Ciências Sociais e do Comportamento (cnaef 31), o Direito (cnaef 38), a Arquitectura e Construção (cnaef 58) e Saúde (cnaef 72), num total de 66% do total.

Há uma maior participação de mulheres nas universidades privadas (54%) do que nas universidades públicas (52%), ainda que a diferença seja diminuta.

Os institutos politécnicos privados oferecem 349 ciclos de estudos e têm, actualmente, cerca de 26 mil estudantes inscritos.

Trata-se do mais pequeno segmento do ensino superior em Portugal, caracterizado por um grande número de instituições de pequena dimensão, regra geral fortemente especializadas.

Mais de metade dos ciclos de estudos e das vagas e quase 90% dos estudantes dos institutos politécnicos privados concentram-se nas licenciaturas.

O padrão locativo dos institutos politécnicos privados é marcado pela concentração nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto.

As áreas de ensino e formação CNAEF, de maior dimensão, nos institutos politécnicos privados são, por ordem decrescente do número de estudantes inscritos, Saúde (cnaef 72), Ciências Empresariais (cnaef 34), Formação de Professores/Formadores e Ciências de Educação (cnaef 14) e Artes (cnaef 21), com 82% do total.

Há 35 homens por cada 100 estudantes nos institutos politécnicos privados, indicador que contrasta com as restantes tipologias de instituições, evidenciando uma forte feminização, facto que não será alheio às áreas de formação dominantes nestas instituições.

As áreas de ensino e formação (classificação CNAEF a 3 dígitos) de maior dimensão em todo o sistema de ensino superior, considerando o número de ciclos de estudos, as vagas oferecidas e os estudantes inscritos, são:

- i. Gestão e Administração (cnaef 345) apresenta, nos três indicadores, o valor máximo;
- ii. Electrónica e Automação (cnaef 523), Sociologia e outros estudos (cnaef 312), Psicologia (cnaef 311) e Enfermagem (cnaef 723) integram as 10 áreas de maior dimensão, nos três indicadores;
- iii. Integram o conjunto das áreas de maior dimensão mas, apenas, num ou dois indicadores, Ciências da Educação, Biologia e Bioquímica, Formação de Professores do Ensino Básico (1º e 2º ciclos) e Ciências Informáticas, no número de ciclos de estudos oferecidos; Direito, Ciências da Educação, Formação de Prof. Ensino Básico (1º e 2º ciclos), Marketing e Publicidade e Biologia e Bioquímica, no número de vagas e Direito, Construção Civil e Engenharia Civil, Arquitectura e urbanismo, Medicina e Contabilidade e Fiscalidade, no número de estudantes inscritos.

O acesso ao ensino superior em Portugal é regulado por um sistema de *numerus clausus* extensivo à totalidade do sistema, incluindo todos os ciclos de estudos de licenciatura e mestrados integrados, nas instituições públicas e privadas, universidades e institutos politécnicos. O número de vagas por ciclo de estudos é aprovado a nível central, pela DGES.

No sub-sistema público, os candidatos ao ensino superior são colocados centralmente através de um concurso nacional de acesso. O concurso nacional de acesso decorre em três fases, nas quais são sucessivamente disponibilizadas as vagas sobranes da fase anterior, para candidatos que, entretanto, tenham conseguido as habilitações necessárias, para concorrer ao ensino superior ou para colocados nas fases anteriores, que queiram mudar de colocação.

Do leque de parâmetros que condicionam as escolhas dos estudantes, é possível identificar os seguintes, sem que a ordem pela qual se apresentam corresponda, sempre, a uma ordem decrescente de importância:

- i. Capacidade financeira para frequentar o ensino superior, incluindo a possibilidade de obtenção de bolsa de estudo ou recurso ao crédito/empréstimos.
- ii. Nota de candidatura.

- iii. Curso/ área científica da preferência do estudante.
- iv. Instituição (reconhecimento, prestígio, etc.) de preferência do estudante.
- v. Proximidade da instituição à residência do estudante ou à localização de menores custos, incluindo a possibilidade financeira de mudança de residência.
- vi. Factores emocionais e outros de carácter social e psicológico, incluindo a propensão e vontade para mudar de residência e sair da casa dos pais/ família.

A análise do processo de acesso ao ensino superior, desenvolvida no presente estudo, incide sobre o sub-sistema público, para o qual existe informação pormenorizada, a partir da base de dados do concurso nacional de acesso, disponibilizada pelo DEEC/GPEARI.

Sumariamente pode dizer-se que, em 2011, como em anos anteriores, houve um desajuste entre a oferta e a procura de vagas de acesso ao ensino superior em Portugal, sendo que as diferenças se manifestam a 4 níveis:

- i. Ao nível do total de vagas e candidatos, tendo-se verificado, no ano de 2011, um número superior das primeiras face aos segundos. Há porém, sistematicamente, oscilações anuais, não se podendo afirmar de forma inequívoca que haja, actualmente, excesso de vagas.
- ii. Ao nível institucional, registando-se, globalmente, uma maior preferência dos candidatos pelas universidades, em detrimento dos institutos politécnicos.
- iii. Ao nível de áreas de ensino e formação e dos cursos, destacando-se Medicina como a mais procurada e existindo um conjunto de cursos que não registaram qualquer candidatura, ainda que tenham tido estudantes matriculados no final do processo.
- iv. Ao nível territorial, os desequilíbrios reproduzem as assimetrias territoriais do sistema de ensino superior, da distribuição da população e rede urbana e, paralelamente, dos potenciais candidatos. Assim, os principais pólos de concentração da oferta correspondem às maiores universidades públicas, e oferecem os cursos mais procurados, nalguns casos de forma exclusiva. Esses pólos correspondem, por seu turno, aos maiores centros urbanos do país, convertendo-se, simultaneamente, nos pólos da maior oferta e de maior procura. Lisboa, Porto, Coimbra, Braga e Aveiro, por ordem decrescente de relevância numérica, funcionam, assim, como os pilares do sistema ou a rede estruturante de base que condiciona a mobilidade dos candidatos.

No concurso nacional de acesso ao ensino superior público de 2011 foram disponibilizadas 53.500 vagas para os ciclos de estudos de licenciatura e mestrado integrado. Registaram-se 46.642 candidaturas, na primeira fase.

Destes candidatos, ficaram colocados na primeira fase 42.252 estudantes, tendo-se matriculado 37.337 dos mesmos. A taxa de ocupação correspondente à percentagem de vagas ocupadas com os estudantes matriculados foi, assim, de 69,79%.

Matricularam-se nas suas primeiras escolhas, na primeira fase, 23.083 estudantes, o que corresponde a 62% do total de matriculados.

Os estudantes matriculados nas suas primeiras opções, na primeira fase, ocuparam 43% das vagas disponibilizadas. Este indicador permite ter uma primeira aproximação à eficiência do sistema ao nível do acesso, mostrando, desde logo, um significativo desequilíbrio.

Verifica-se que, em 2011, o rácio entre os candidatos em primeira opção e as vagas, a que se convencionou chamar *índice de força*, foi inferior à unidade (0,87) já que houve menos candidatos que vagas.

Embora o número de vagas nas universidades seja pouco superior aos institutos politécnicos, respectivamente com cerca de 54% e 46% das mesmas, os candidatos privilegiaram as universidades que registaram 67% das candidaturas na primeira fase, na primeira opção.

A maioria dos candidatos consegue colocação na tipologia de ensino a que se candidatou, com 80,4% no ensino universitário e 83,5% no ensino politécnico verificando-se, no entanto que o número de candidatos a universidades, colocados em institutos politécnicos é superior ao número de candidatos a institutos politécnicos colocados em universidades.

Desde logo, a colocação em universidades é, assim, mais “difícil” do que nos institutos politécnicos, facto que a análise de outros indicadores irá reforçar.

As universidades públicas registam uma procura em primeira opção superior às vagas oferecidas, na maior parte dos casos, destacando-se a Universidade do Porto como a de maior dimensão, quer nas vagas, quer nos candidatos, sendo a única instituição universitária pública na Área Metropolitana do Porto.

Na Área Metropolitana de Lisboa existem 4 instituições universitárias públicas, registando-se um índice de força inferior à unidade em apenas uma delas, a Universidade de Lisboa.

As Universidades do Minho, de Coimbra e de Aveiro, esta última de menor dimensão, registam índices de força superiores à unidade.

As restantes universidades públicas do Continente – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Universidade da Beira Interior, Universidade de Évora e Universidade do Algarve - tiveram uma procura inferior à oferta, ainda que tenham vindo a atingir taxas de ocupação acima da média do sistema, no final do concurso de acesso.

Os institutos politécnicos públicos, em maior número de localizações, como já foi referido, registaram, à excepção dos Institutos Politécnicos de Lisboa e Porto, um *índice de força* inferior à média do sistema.

Considerando a desagregação do acesso por áreas CNAEF, na desagregação a 3 dígitos, identificam-se como as 10 áreas mais procuradas, com o maior número de candidatos, em termos absolutos, Gestão e Administração, Medicina, Electrónica e Automação, Enfermagem, Direito, Biologia e Bioquímica, Terapia e Reabilitação, Áudio-Visuais e Produção dos Media, Jornalismo e Reportagem e Psicologia.

Com o mais elevado *índice de força e taxas de ocupação* acima da média, isto é, as áreas mais procuradas, em termos relativos, face ao número de vagas, surgem, por ordem decrescente, Medicina, Jornalismo e Reportagem, Ciências Dentárias, Terapia e Reabilitação, Psicologia, Ciências Farmacêuticas, Ciências Empresariais, programas não classificados noutra área de formação, Enquadramento na Organização/Empresa, Construção e Reparação de Veículos a Motor e Enfermagem.

Considerando os resultados da primeira ronda das colocações, verificou-se que cerca de 53% dos colocados o foram na sua primeira opção (independentemente de se terem ou não matriculado); cerca de 9% ficaram colocados no estabelecimento da sua preferência mas noutra curso que não a 1ª opção; cerca de 7% pelo contrário, mudaram de estabelecimento de colocação, mas ficaram no curso da sua primeira opção, 21% ficaram colocados noutra curso e noutra estabelecimento que não a primeira opção e 9,4% não ficaram colocados.

Estes resultados reflectem, indirectamente, a predisposição dos candidatos para mudarem de curso e de estabelecimento, admitindo que a hierarquia das suas 6 opções traduz essa flexibilidade.

Assim, se considerarmos o grau de elasticidade das diferentes áreas, a partir dos candidatos colocados no curso da sua preferência mas noutra estabelecimento, isto é, considerando os estudantes que estão dispostos a deslocar-se (de estabelecimento e/ou localização) com o objectivo de entrarem no curso da sua preferência, são as seguintes as áreas com maior capacidade de induzir mobilidade nos candidatos, por ordem decrescente: Economia, Medicina, Arquitectura e Urbanismo, Formação de Professores do Ensino Básico (1.º e 2.º Ciclos), Enfermagem, Biologia e Bioquímica, Ciências Veterinárias, Gestão e Administração, Desporto e Metalurgia e Metalomecânica.

Sabendo que o padrão territorial do sistema de ensino superior decalca, em grande medida, a rede urbana nacional e a repartição regional da população portuguesa, é fácil compreender que os candidatos dirijam as suas opções de forma predominante para as instituições que lhe estão mais próximas. Há, no entanto, dois factores que contribuem para o reforço da polarização:

- i. A preferência por universidades em relação a institutos politécnicos, privilegia certas localizações;
- ii. A maior oferta nas grandes áreas urbanas, em si mesmas mais atractivas para jovens estudantes e, muito provavelmente, associada a critérios de reconhecimento e prestígio, é necessariamente ainda mais atractivo para os candidatos e famílias na expectativa de ali conseguir um diploma com “*mais valor*”.

Considerando a repartição por distritos das instituições com ciclos de estudos “de entrada” no sistema, verifica-se que ela reproduz o padrão geral de forte polarização de Lisboa e Porto, onde a oferta pública é reforçada pela concentração da oferta privada.

Apenas 6 distritos apresentam um *índice de força* superior à média nacional, aí se incluindo as duas regiões autónomas: Porto, Lisboa, Braga, Coimbra, Açores e Madeira.

Do total de 46.642 candidaturas na primeira fase, cerca de 40%, isto é 18.590 correspondem a candidaturas a instituições fora do distrito de residência e traduzem uma manifestação explícita dos candidatos de quererem estudar noutra distrito que não o seu.

Em relação ao distrito de partida, isto é onde foram entregues as candidaturas, verifica-se que nos distritos de Porto, Lisboa, Coimbra, Braga, Regiões Autónomas e Castelo Branco o saldo entre os candidatos que concorrem ao próprio distrito e os que concorrem a outro distrito fora da sua residência, é positivo, enquanto que nos restantes distritos, esse saldo é negativo.

Quando se comparam as candidaturas entregues em cada distrito, com as candidaturas às vagas do distrito, com os candidatos que concorrem apenas ao distrito onde entregam a candidatura na sua primeira opção, pode concluir-se que a tendência para a polarização em Lisboa, Porto, Coimbra, Braga e Aveiro poderá estar-se a acentuar.

Nos distritos de Viana do Castelo, Viseu, Portalegre, Santarém e Guarda menos de 25% dos colocados escolheram o próprio distrito de residência, na sua primeira opção: são os distritos menos atractivos no acesso ao ensino superior.

Globalmente, a nível nacional, cerca de 60% dos colocados candidataram-se ao próprio distrito e 40% candidataram-se a outro distrito que não o da sua origem (na primeira preferência), independentemente do distrito em que viriam a ficar colocados e se matricularam (ou não).

Dos candidatos que concorrem fora do seu distrito, cerca de 30% concorrem a Lisboa, 18% ao Porto e 15% a Coimbra.

Considerando todos os distritos de destino, para os candidatos que concorreram a outro distrito que não o da sua residência, verifica-se que Lisboa, Porto e Coimbra são os grandes ímanes com capacidade para atraírem mais de metade dos candidatos móveis, correspondendo a 64% do total.

O distrito de Castelo Branco surge na posição imediatamente inferior, muito provavelmente devido à oferta de Medicina, na Universidade da Beira Interior, na Covilhã, que é o grande impulsionador da potencial mobilidade dos estudantes ao primeiro ano das licenciaturas e mestrados integrados.

A capacidade de atracção dos distritos onde não existe uma universidade pública é muito reduzida, situando-se Faro numa posição comparativamente mais marginalizada do que os restantes distritos com universidades públicas.

Relativamente ao distrito de origem dos estudantes/candidatos móveis não se verifica, claramente, uma tendência inversa à situação face aos destinos. Não são os distritos menos atractivos que emitem mais candidatos. Os maiores contingentes de estudantes “de fora” são originários, precisamente, de distritos com maior procura em termos absolutos, como por exemplo Braga e Porto os quais, por seu turno, eram também dos maiores receptores de candidaturas “de fora”. Os distritos de Braga e Porto têm assim uma procura superior à oferta, facto que associado à diversidade de oferta e às notas de candidatura obriga os estudantes a concorrerem no exterior para conseguirem uma colocação.

Há, assim, uma relação estreita entre a dimensão demográfica e a procura de vagas fora do distrito de candidatura, sendo os maiores contingentes dos distritos com centros urbanos de maior dimensão, ainda que possuindo ensino superior universitário público.

Lisboa, para além da dimensão, tem como vantagem a maior oferta, contando com 4 universidades públicas, um instituto politécnico público, três escolas superiores públicas e a sede da Universidade Aberta, ainda que esta última não integre o concurso nacional de acesso.

Os fluxos das regiões periféricas como Guarda, Bragança, Beja e Portalegre, em direcção aos grandes centros urbanos e pólos universitários são comparativamente inferiores, em valores absolutos, aos gerados pelos grandes centros entre si mas, de grande significado, quando medidos em termos percentuais relativamente aos candidatos do próprio distrito.

Existe um processo cumulativo que, naturalmente, se vai alimentando cada vez mais a partir das grandes áreas urbanas. Aqui, com geometrias variáveis, vai-se acomodando a procura, não se verificando um fluxo de compensação de saída, destas áreas para a periferia, dos candidatos não colocados no ensino público. O subsistema privado, com grande relevância nas áreas metropolitanas, desempenha aqui um papel fundamental, absorvendo parte da procura. Esta será, aliás, a razão da sua concentração nas áreas metropolitanas, uma vez que não é de esperar que um subsistema não financiado com fundos públicos se desenvolva em regiões com pouca população e, conseqüentemente, baixa procura.

As universidades públicas e, dentro destas, as localizadas nas principais cidades do Continente desempenham assim, um papel de relevo no acesso, não só em termos de número de vagas oferecidas mas, também, em termos da sua diversidade e da preferência dos alunos.

3. ENQUADRAMENTO GERAL

O sistema de ensino superior em Portugal é um sistema binário que integra universidades e institutos politécnicos com estruturas de organização e dimensão diversificadas e de diferente natureza jurídica, com instituições públicas – incluindo a Universidade Aberta e as instituições de ensino superior militares e policiais – e instituições privadas que, por seu turno, abrangem a Universidade Católica Portuguesa.

O sistema compreende instituições de grande dimensão, com diferentes unidades orgânicas (faculdades, escolas superiores ou institutos), concentradas em diferentes localizações e instituições de menor dimensão que correspondem, na maior parte dos casos, a escolas especializadas em determinadas áreas como, por exemplo, formação de educadores de infância, escolas de enfermagem, escolas artísticas, de música ou dança, entre outras.

O sistema de ensino superior em Portugal é constituído por 121 instituições (IES) a que correspondem 338 unidades orgânicas (UO); o ensino superior público corresponde a cerca de um terço das instituições, mas a quase 60% das unidades orgânicas (Quadro 2).

Quadro 2: Instituições e unidades orgânicas do sistema de ensino superior

Tipologia das Instituições	1*		2		3		4	
	Instituições de Ensino Superior (IES)	%	Unidades Orgânicas (UO)	%	Ciclos de Estudos	%	Vagas	%
Ensino Superior Público								
Universitário	16	13,22	100	29,59	2126	50,86	68250	43,78
Politécnico	20 (27)*	16,53	94	27,81	965	23,09	35512	22,78
TOTAL	36 (43)*	29,75	194	57,40	3091	73,95	103762	66,56
Ensino Superior Público Militar								
Universitário	3	2,48	3	0,89	21	0,50	260	0,17
Politécnico			2	0,59	21	0,50	28	0,02
TOTAL	3	2,48	5	1,48	42	1,00	288	0,18
Ensino Superior Privado								
Universitário	40	33,06	77	22,78	740	17,70	34021	21,82
Politécnico	42 (51)*	34,71	62	18,34	349	8,35	17820	11,43
TOTAL	82 (91)*	67,77	139	41,12	1089	26,05	51841	33,25
TOTAL Ensino Superior	121	100	338	100	4222	100	155891	100

* Há unidades orgânicas de natureza politécnica que estão inseridas em universidades. O valor entre parêntesis indica o total de unidades orgânicas de natureza politécnica, contabilizando as que pertencem a universidades. O total geral porém teve em conta a vinculação institucional e não a natureza e corresponde aos totais parcelares fora dos parêntesis.

Há instituições, quer públicas, quer privadas, que oferecem, simultaneamente, ensino universitário e politécnico, em unidades orgânicas distintas, como, por exemplo, as Universidades de Aveiro, do Algarve e a Academia Militar ou a Cooperativa de Ensino Egas Moniz.

A rede de instituições de ensino superior em Portugal caracteriza-se por uma grande dispersão territorial, com oferta formativa em, pelo menos, todas as cidades sedes de distrito, ainda que o número de instituições, ciclos de estudos, vagas e estudantes, nas duas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, seja muito maior e haja também maior oferta nas cidades intermédias relativamente às pequenas cidades das regiões mais periféricas (Figura 1).

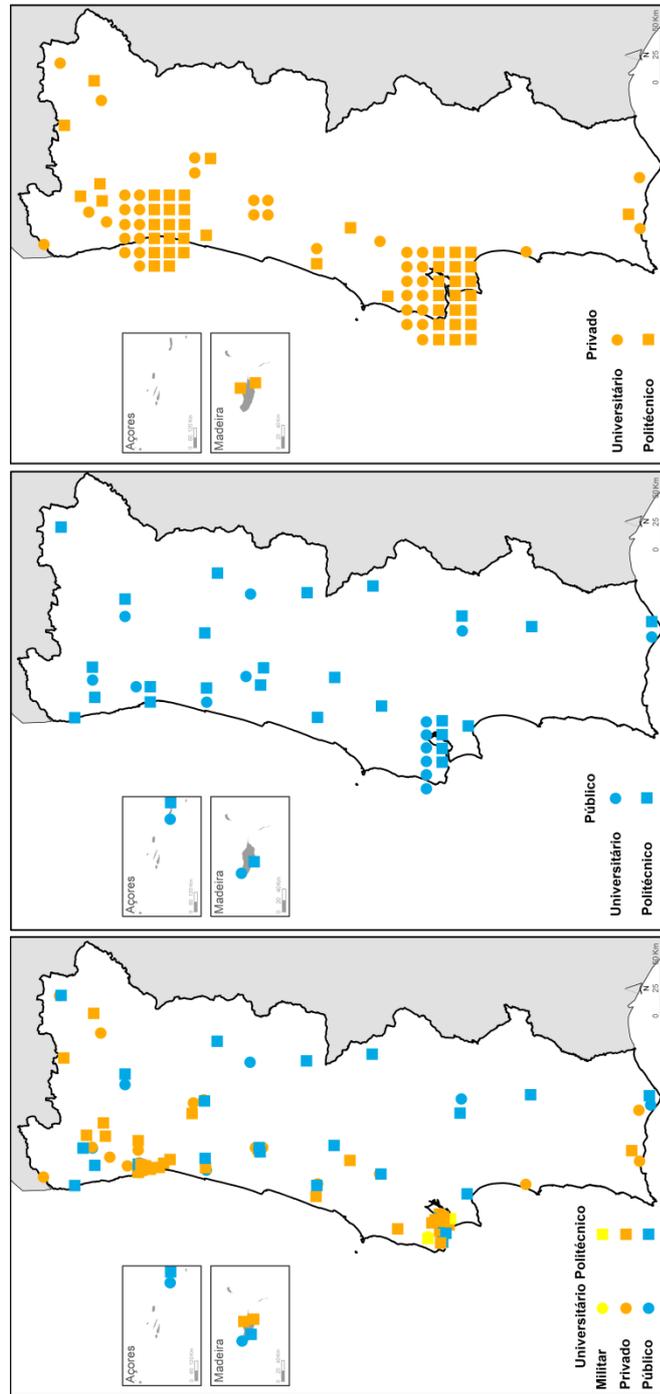
As instituições públicas cobrem a totalidade do território nacional, apresentando um padrão mais disperso do que as privadas, que se concentram nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto e nas regiões com maior população.

As universidades públicas encontram-se em 11 localizações, enquanto a rede de institutos politécnicos públicos e respectivos pólos ou extensões se encontram em mais de 20 localizações.

A distribuição regional do ensino superior em Portugal decalca, no seu essencial, a rede urbana nacional. Há, no entanto, uma dispersão territorial superior ao que seria de esperar, já que o ensino superior é uma função central de nível superior que necessita de patamares mínimos de procura potencial – população – dentro de determinados limites de acessibilidade, superior às outras funções de ensino, o que nem sempre se verifica. Existem, assim, alguns pequenos núcleos urbanos com ensino superior, com uma dimensão populacional, um perfil funcional de comércio e serviços à população e uma base económica que poderá não assegurar a eficiência e sustentabilidade necessárias às respectivas IES neles localizadas.

A distribuição, por concelho, da oferta de ciclos de estudos e vagas põe em evidência a dispersão excessiva de ensino superior em Portugal; considerando o número de estudantes inscritos, também por concelho, evidenciam-se os grandes centros urbanos que polarizam a rede e que constituem as localizações com maior capacidade para assegurarem a sustentabilidade das IES (Figura 2).

Figura 1: O sistema de ensino superior em Portugal: instituições de ensino superior (IES) (2011)
a) IES b) IES – Sector público c) IES – Sector privado



Quadro 3: Instituições e unidades orgânicas do sistema de ensino superior em Portugal

Tipologia das Instituições	1	2	%	3	4	5
	Estudantes Inscritos 2010/11 H (GPEAR1)	Estudantes Inscritos 2010/11 HM(GPEAR1)				
Ensino Superior Público						
Universitário	87906	182859	48,45	48,1	11428,7	1828,6
Politécnico	51566	108943	28,87	47,3	4034,9	1159,0
TOTAL	139472	291802	77,32	47,8	6786,1	1504,1
Ensino Superior Militar						
Universitário	932	1051	0,28	88,7	350,3	350,3
Politécnico	51	71	0,02	71,8		35,5
TOTAL	983	1122	0,30	87,6	374,0	224,4
Ensino Superior Privado						
Universitário	27139	58572	15,52	46,3	1464,3	760,7
Politécnico	8996	25893	6,86	34,7	507,7	417,6
TOTAL	36135	84465	22,38	42,8	928,2	607,7
TOTAL Ensino Superior	176590	377389	100	46,8	4147,1	1116,5

Considerando a oferta de ciclos de estudos por IES e os respectivos números de alunos inscritos (Figura 3 e Figura 4), pelos quatro tipos de instituições (universidade/politécnico; público/privado), pode concluir-se que as instituições privadas, não só se concentram nas grandes áreas urbanas, como existem em maior número e com uma menor dimensão. Assim, enquanto que a dimensão média das instituições públicas é de cerca de 6800 alunos, no sub-sistema privado a dimensão média desce para cerca de 920 alunos por instituição (Quadro 3).

O padrão territorial do sistema, ao nível global, deixa evidenciar uma grande competição nas duas áreas metropolitanas. As instituições privadas poderão, no entanto, encontrar o seu mercado principal nestas áreas metropolitanas devido ao grande volume da procura.

Figura 2: Oferta de ciclos de estudos e vagas do ensino superior e estudantes inscritos por concelho (2011)
a) Ciclos de estudos b) Vagas c) Estudantes inscritos 2010/11

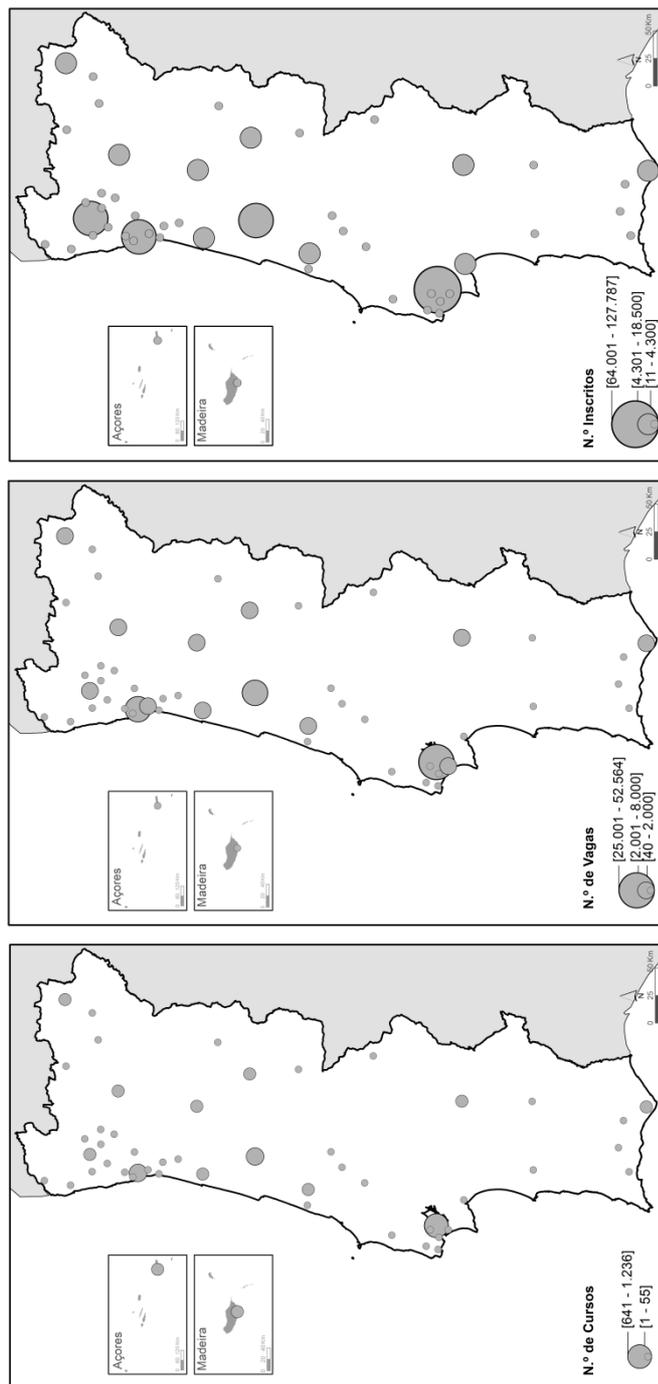
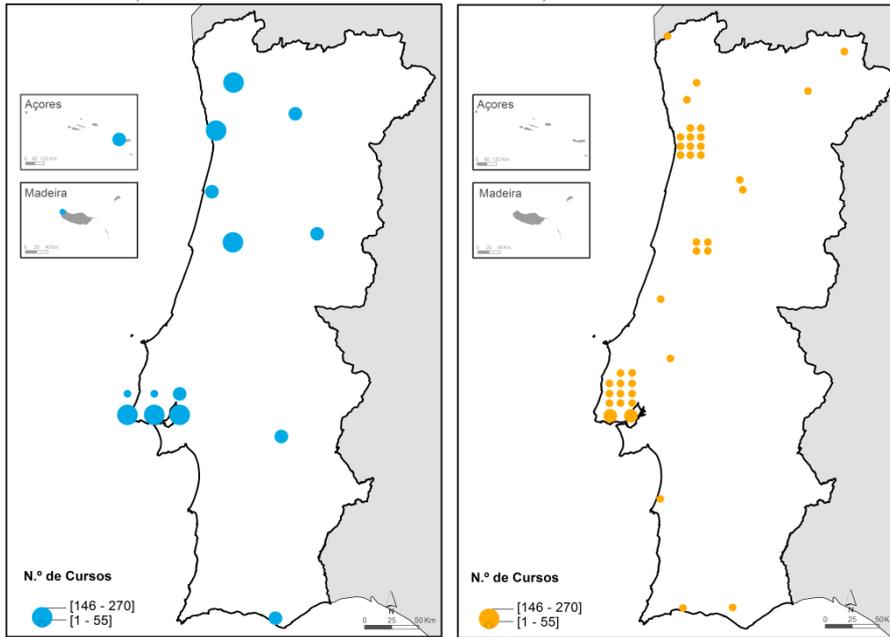


Figura 3: Ciclos de estudos por tipo de instituição (IES) e tipo de ensino
 a) Universitário – Público b) Univesitário - Privado



c) Politécnico – Público d) Politécnico - Privado

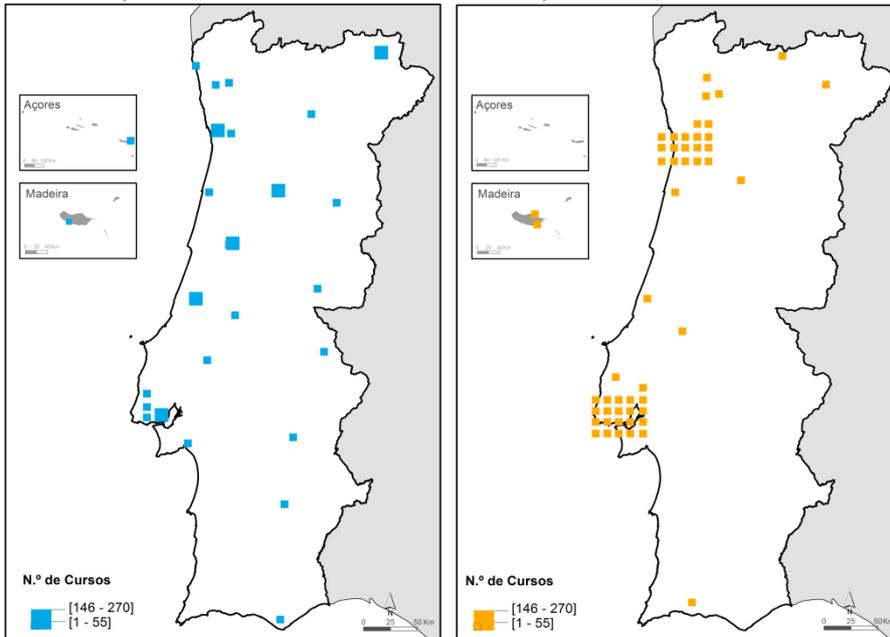
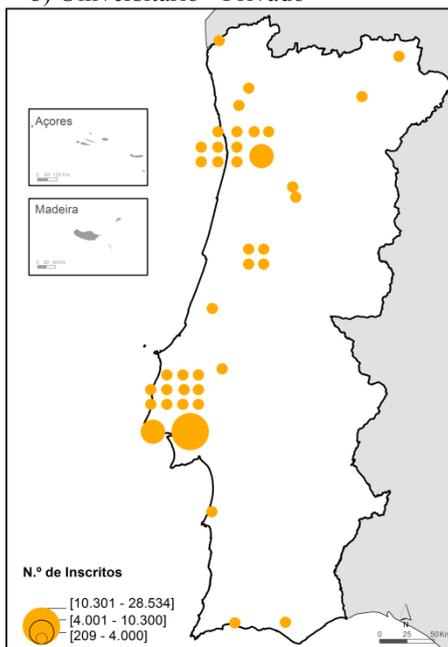
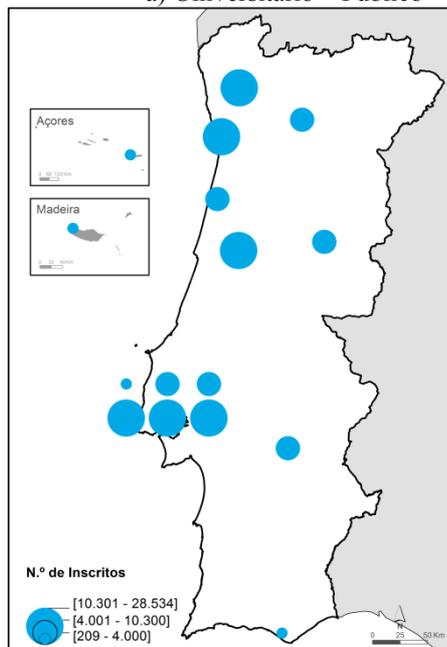


Figura 4: Estudantes inscritos por tipo de instituição e tipo de ensino (2010/11)

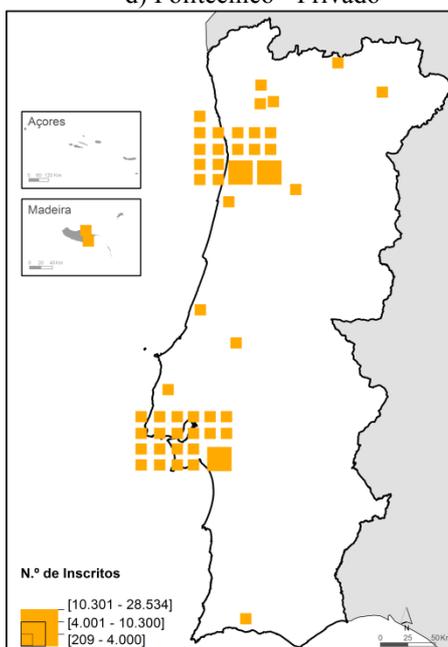
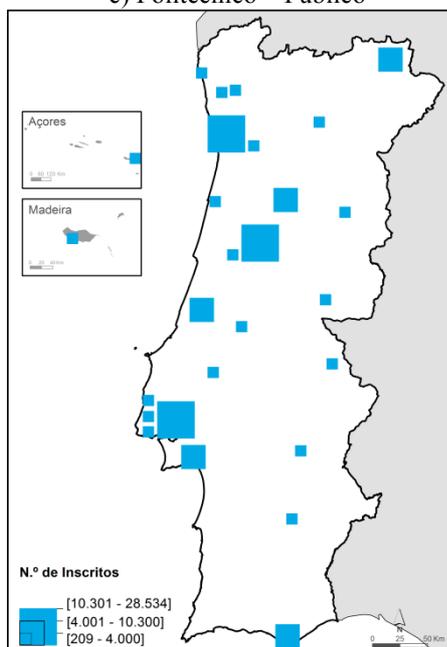
a) Universitário – Público

b) Universitário - Privado



c) Politécnico – Público

d) Politécnico - Privado



Com a entrada em funcionamento da A3ES – Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior, em 2009, o sistema de ensino superior foi submetido a um processo de avaliação e acreditação de todos os ciclos de estudos em funcionamento.

A partir da mesma data, a oferta de novos ciclos de estudos, por parte das IES, passou a ficar, também, condicionada à acreditação prévia, por parte da A3ES.

Assim, é possível distinguir, no momento actual, dois grandes conjuntos de ciclos de estudos que constituem a oferta formativa de ensino superior em Portugal²; os ciclos de estudos em funcionamento com acreditação preliminar ou em processo de avaliação/acreditação e os novos ciclos de estudos criados a partir do ano lectivo 2010/2011, distribuídos pelos seguintes quatro sub-grupos³:

CEF - Ciclos de Estudos em funcionamento com acreditação preliminar

São 3.600 os CEF actualmente em funcionamento, aos quais correspondem cerca de 132.000 vagas e quase 350.000 estudantes matriculados.

ACEF - Ciclos de Estudos em funcionamento em processo de avaliação/acreditação

São 421 os ACEF em funcionamento com um total de 17.000 vagas e cerca de 32 500 estudantes matriculados.

NCE 2009 – Novos Ciclos de Estudos submetidos para acreditação prévia, em 2009, para entrar em funcionamento no ano lectivo de 2010/11

- No ano lectivo de 2010/11 foram criados 201 NCE 2009, com um total de 6.700 vagas.

NCE 2010 – Novos Ciclos de Estudos submetidos para acreditação prévia, em 2010, para entrar em funcionamento no ano lectivo de 2011/12

- No ano lectivo de 2011/12, foram criados 220 NCE 2010, com cerca de 16.000 mil vagas.

Nos termos do artigo 83.º do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 107/2008, de 25 de Junho, os ciclos de estudos em funcionamento quando do início da actividade da Agência são objecto do procedimento de acreditação até ao termo do ano lectivo de 2010-2011.

Como existiam mais de 5.200 ciclos de estudos em funcionamento (Quadro 4), a dimensão do problema tornou inviável o lançamento de um sistema tradicional de avaliação/acreditação que cumprisse os prazos legais definidos. Por esse motivo, a A3ES optou pela introdução de uma forma preliminar de acreditação, após o que entrará em funcionamento o sistema de avaliação/acreditação em moldes mais tradicionais. Foi pedido às instituições que submetessem à acreditação preliminar, de entre os ciclos de estudo aprovados e registados de acordo com o regime anterior, os que pretendessem manter em funcionamento no futuro, naturalmente demonstrando que também dispunham das condições e requisitos, designadamente no respeitante a pessoal docente, para o efeito. Terminado o prazo, verificou-se que as instituições

² Os dados estatísticos usados no presente estudo foram obtidos na Plataforma Electrónica da A3ES – Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior, no dia 11 de Novembro de 2011.

³ À data de referência deste estudo – 11 de Novembro de 2011 – já tinham sido submetidos novos pedidos de acreditação de novos ciclos de estudos – NCE 2011 – mas ainda sem resultados de acreditação pelo que não foram considerados.

apresentaram o pedido de acreditação preliminar em relação a 4.379 ciclos de estudos (Quadro 5).

Desta forma, verificou-se que as instituições descontinuaram antes do próprio processo de submissão dos ciclos de estudos à acreditação, 883 ciclos de estudos anteriormente autorizados (diferença entre a última linha do Quadro 4 e a primeira linha do Quadro 5).

Quadro 4: Cursos registados na Direcção Geral do Ensino Superior em 2009*

	1.º ciclo	M. Integrados	2.º ciclo	3.º ciclo	Total
Universidades Públicas	515	115	1 370	612	2 612
Universidades Privadas	459	15	544	85	1 103
Total Universidades	974	130	1 914	697	3 715
Politécnicos Públicos	700		435		1 135
Politécnicos Privados	271		141		412
Total Politécnicos	971		576		1 547
TOTAL	1 945	130	2 490	697	5 262

*Fonte: DGES. Informação fornecida pela DGES à A3ES no início da actividade da A3ES

A partir do preenchimento dos guiões de auto-avaliação pelas instituições, foi construída uma base de dados, com informação sobre cada instituição e cada ciclo de estudos. Tendo em vista o desenvolvimento deste processo, a A3ES promoveu a elaboração do estudo intitulado “Indicadores de Desempenho para Apoiar os Processos de Avaliação e Acreditação de Ciclos de Estudos”, com base no qual se promoveu a discussão com as instituições dos indicadores de desempenho e respectivos padrões a utilizar, nesta fase, na avaliação/acreditação de ciclos de estudos. Informaticamente, procedeu-se à construção dos indicadores de desempenho para cada curso, os quais serviram de base para o processo de triagem estabelecido. Os resultados deste exercício foram discutidos individualmente com cada instituição, aproveitando-se essa discussão para chamar a atenção para a existência de alguns ciclos de estudos que dificilmente poderiam cumprir os padrões mínimos para acreditação. Dessa discussão resultou, desde logo, a eliminação de mais 335 ciclos de estudo em funcionamento (ver Quadro 5) por decisão voluntária das instituições⁴.

O Quadro 6 mostra a distribuição de ciclos de estudos descontinuados na fase inicial de pedidos de acreditação, após análise da base de dados e respectivo total, verificando-se que o sector público suprimiu mais ciclos de estudos (61,5%) do que o sector privado (38,5%).

⁴ Ajustamentos posteriores acabaram por reduzir o número de ciclos de estudo com acreditação prévia a 3.600, em 11 de Novembro de 2011.

Quadro 5: Cursos em funcionamento submetidos a acreditação da A3ES entre Outubro de 2009 e Abril de 2010

		1.º ciclo	M. Integrados	2.º ciclo	3.º ciclo	Total
Lista inicial de cursos	Total	1 669	138	2 004	568	4 379
	Universidades	76	1	146	36	259
Cursos descontinuados	Politécnicos	38		38		76
	Total	114	1	184	36	335
Cursos para acreditação	Universidades	125	8	90	59	282
	Politécnicos	85		54		139
	Total	210	8	144	59	421
Cursos com acreditação preliminar	Total	1 345	129	1 676	473	3 623

Quadro 6: Variação entre o número de ciclos de estudo propostos para acreditação e o número de ciclos de estudo registados na DGES

Tipo de Instituição	CE descontinuados antes da avaliação	CE descontinuados na avaliação preliminar	CE descontinuados Total	CE sem acreditação preliminar, para avaliação
Universidades Públicas	-440	-120	-560	46
Universidades Privadas	-252	-139	-391	236
Total Universidades	-692	-259	-951	282
Politécnicos Públicos	-158	-33	-191	47
Politécnicos Privados	-36	-43	-79	92
Total Politécnicos	-194	-76	-270	139
TOTAL	-886	-335	-1221	421

Actualmente, e no seguimento da implementação do Processo de Bolonha, são três os graus académicos de ensino superior oferecidos pelas IES em Portugal: licenciatura, mestrado e doutoramento. As universidades podem, ainda, oferecer mestrados integrados, ciclos de estudos com pelo menos 300 ECTS que integram, num único ciclo de estudos, o 1.º e o 2.º ciclos (Quadro 7).

As licenciaturas e mestrados do ensino público – universidades e politécnicos – concentravam mais de 80% dos estudantes inscritos em 2010/11, em ciclos de estudos CEF.

Para os novos ciclos de estudos, quer os submetidos em 2009 ou em 2010, ainda não há registos suficientes para se poder avaliar a sua procura; é importante, porém, verificar que predominam os ciclos de estudos de mestrado, em todas as tipologias de instituições; no ano de 2010, foram acreditados previamente 76 mestrados nas universidades públicas e 58 nos institutos politécnicos públicos, num total de 220 ciclos de estudos acreditados.

Quadro 7: Ciclos de estudos em funcionamento segundo a situação de acreditação

Tipo de Instituição	Tipo de Ensino	Grau	N.º Ciclos Estudo	%	Vagas	%	Estudantes 2009/10	%
CEF – Ciclos de Estudos em Funcionamento com Acreditação Preliminar								
Público	Universitário	Licenciatura	430	11,94	20023	15,15	86846	24,89
		Mestrado	1125	31,25	37297	28,23	84024	24,08
		Doutoramento	444	12,33	6589	4,99	10935	3,13
	Politécnico	Licenciatura	551	15,31	23636	17,89	90528	25,94
		Mestrado	335	9,31	8847	6,70	11144	3,19
		Doutoramento	194	5,39	13078	9,90	27983	8,02
Privado	Universitário	Mestrado	250	6,94	9592	7,26	16889	4,84
		Doutoramento	29	0,81	654	0,49	458	0,13
	Politécnico	Licenciatura	164	4,56	9423	7,13	17692	5,07
		Mestrado	78	2,17	2999	2,27	2430	0,70
Total			3600	100	132138	100	348929	100
ACEF – Ciclos de Estudos em Funcionamento em Avaliação/Acreditação								
Público	Universitário	Licenciatura	7	1,66	3579	21,00	776	2,39
		Mestrado	7	1,66	1324	7,77	612	1,89
		Doutoramento	32	7,60	489	2,87	396	1,22
	Politécnico	Licenciatura	28	6,65	6635	38,93	5762	17,75
		Mestrado	20	4,75	2473	14,51	30	0,09
		Doutoramento	117	27,79	1400	8,21	12979	39,98
Privado	Universitário	Mestrado	91	21,62	280	1,64	3518	10,84
		Doutoramento	27	6,41	368	2,16	681	2,10
	Politécnico	Licenciatura	59	14,01	290	1,70	7277	22,42
		Mestrado	33	7,84	205	1,20	430	1,32
Total			421	100	17043	100	32461	100
NCE 2009 – Novos Ciclos de Estudos com Acreditação Prévia (submetidos em 2009)								
Público	Universitário	Licenciatura	4	1,99	125	1,86		
		Mestrado	58	28,86	2772	41,31		
		Doutoramento	36	17,91	724	10,79		
	Politécnico	Licenciatura	8	3,98	279	4,16		
		Mestrado	49	24,38	1250	18,63		
		Doutoramento	7	3,48	310	4,62		
Privado	Universitário	Mestrado	22	10,95	725	10,80		
		Doutoramento	3	1,49	55	0,82		
	Politécnico	Licenciatura	2	1,00	110	1,64		
		Mestrado	12	5,97	360	5,37		
Total			201	100	6710	100		

NCE 2010 – Novos Ciclos de Estudos com Acreditação Prévia (submetidos em 2010)								
Público	Universitário	Licenciatura	6	2,73	10119	63,48		
		Mestrado	76	34,55	2153	13,51		
		Doutoramento	38	17,27	794	4,98		
	Politécnico	Licenciatura	9	4,09	275	1,73		
		Mestrado	58	26,36	1650	10,35		
		Licenciatura	5	2,27	210	1,32		
Privado	Universitário	Mestrado	15	6,82	395	2,48		
		Doutoramento	4	1,82	70	0,44		
	Politécnico	Licenciatura	4	1,82	125	0,78		
		Mestrado	5	2,27	150	0,94		
Total			220	100	15941	100		
CE – TOTAL								
Público	Universitário	Licenciatura	447	10,06	33846	19,70	87622	22,97
		Mestrado	1266	28,50	43546	25,34	84636	22,19
		Doutoramento	550	12,38	8596	5,00	11331	2,97
	Politécnico	Licenciatura	596	13,42	30825	17,94	96290	25,25
		Mestrado	462	10,40	14220	8,28	11174	2,93
		Licenciatura	323	7,27	14998	8,73	40962	10,74
Privado	Universitário	Mestrado	378	8,51	10992	6,40	20407	5,35
		Doutoramento	63	1,42	1147	0,67	1139	0,30
	Politécnico	Licenciatura	229	5,16	9948	5,79	24969	6,55
		Mestrado	128	2,88	3714	2,16	2860	0,75
TOTAL			4442	100	171832	100	381390	100

Fonte: A3ES, 11 de Novembro de 2011.

4. O SISTEMA DE ENSINO SUPERIOR EM PORTUGAL EM MAPAS E NÚMEROS

Integram o sistema de ensino superior em Portugal, actualmente, ciclos de estudos em funcionamento com acreditação preliminar da A3ES – CEF –, ciclos de estudos em funcionamento em processo de avaliação/acreditação até ao final de 2011 – ACEF – e novos ciclos de estudos – NCE – submetidos para acreditação prévia, à A3ES em 2009 e em 2010.

O sistema de ensino superior, globalmente, corresponde a um universo de 4.442 ciclos de estudos, com um total de 171.832 vagas (e cerca de 380 mil estudantes inscritos no ano lectivo de 2010/11).

Os Novos Ciclos de Estudos que entraram em funcionamento no ano lectivo de 2011/12 – NCE10 – num total de 220, com 15.941 novas vagas, não constam ainda das estatísticas oficiais, pelo que não serão considerados na análise que se segue.

Dos ciclos de estudos em funcionamento, 85% são CEF e correspondem a 91% do total de estudantes inscritos; os cursos em avaliação – ACEF – correspondem a cerca de 11% do universo em análise e a 8% dos estudantes inscritos; os NCE 2009 representam cerca de 5% do total do sistema mas, apenas, 1% do total dos alunos inscritos (Quadro 8).

Quadro 8: Tipologia de ciclos de estudos segundo a acreditação

Tipo de Ciclos de Estudos	Ciclos de Estudos	%	Vagas	%	Estudantes 2009/10 (A3ES)	%	Estudantes 2010/11 (GPEAR1)	%
CEF	3600	85,27	132138	84,76	348929	91,49	342065	90,64
ACEF	421	9,97	17043	10,93	32461	8,51	31272	8,29
NCE09	201	4,76	6710	4,30			4052	1,07
TOTAL	4222	100	155891	100	381390	100	377389	100

Os NCE de 2009 não têm ainda grande expressão ao nível dos inscritos porque iniciaram o seu funcionamento no ano lectivo de 2010/11, pelo que os seus alunos são apenas os matriculados pela primeira vez no primeiro ano. Em muitos casos, estes ciclos de estudos correspondem a reestruturações de ciclos de estudos antigos, em processo de descontinuação, sendo de admitir que alguns dos estudantes inscritos actualmente contabilizados em CEF, venham a migrar para estes NCE, nos próximos anos.

O ensino superior público, incluindo o ensino militar, representa quase 3/4 dos ciclos de estudos (74%), oferece 2/3 do total de vagas (66%), e concentra 77% dos estudantes inscritos no ano 2010/11.

O sub-sistema privado corresponde a cerca de 1/4 do total de ciclos de estudos do sistema, oferece 1/3 das vagas e representa pouco mais de 1/5 do total de inscritos, com 22% do sistema (Quadro 9).

Quadro 9: Ciclos de estudos por tipo de instituição

Tipo de Instituição	Ciclos de Estudos	%	Vagas	%	Estudantes 2009/10 (A3ES)	%	Estudantes 2010/11 (GPEAR1)	%
Público	3091	73,21	103762	66,56	289871	76,00	291802	77,32
Privado	1089	25,79	51841	33,25	90354	23,69	84465	22,38
Militar	42	0,99	288	0,18	1165	0,31	1122	0,30
TOTAL	4222	100	155891	100	381390	100	377389	100

As universidades correspondem a cerca de dois terços do sistema, enquanto os institutos politécnicos representam um terço; as universidades oferecem 68% dos ciclos de estudos, correspondentes a 66% das vagas e concentram 64% dos estudantes inscritos; os institutos politécnicos oferecem 32% dos ciclos de estudos, aos quais correspondem 34% das vagas, recebendo, actualmente, 36% dos estudantes inscritos (Quadro 10).

Quadro 10: Ciclos de estudos por tipo de ensino

Tipo de Ensino	CE	%	Vagas	%	A3ES Estudantes 2009/10	%	GPEAR1 HM 2010/11	%
Universitário	2887	68,38	102531	65,77	246215	64,56	242482	64,25
Politécnico	1335	31,62	53360	34,23	135175	35,44	134907	35,75
TOTAL	4222	100	155891	100	381390	100	377389	100

A distribuição dos ciclos de estudos por graus evidencia a expansão recente dos ciclos de estudos de 2º ciclo, os mestrados, na sequência da adequação ao processo de Bolonha (Quadro 11).

Com efeito, os mestrados são o segmento de maior dimensão em número de ciclos de estudos e correspondem já a quase metade do sistema, ainda que o seu peso ao nível dos estudantes inscritos seja, comparativamente, um pouco inferior, com 44% do total.

As licenciaturas, globalmente, correspondem a 37% dos ciclos de estudos, cerca de dois terços das vagas e metade dos estudantes inscritos – 50,6%.

A expansão dos doutoramentos fica, também, bem patente ao nível dos ciclos de estudos, com cerca de 14% do total de ciclos de estudos do sistema, ainda que com um menor peso relativo ao nível dos estudantes. É, porém, muito significativo o facto dos estudantes inscritos em ciclos de estudos de doutoramento representarem quase 4% do total, ainda que a oferta de vagas, corresponda já a cerca de 6%.

Quadro 11: Ciclos de estudos por graus

Grau	CE	%	Vagas	%	A3ES		GPEAR1	
					Estudantes 2009/10	%	HM 2010/11	%
Licenciaturas	1571	37,21	78888	50,60	249843	65,51	248219	65,77
Mestr. Integrados	139	3,29	11010	7,06	60553	15,88	61884	16,40
Mestrados	1941	45,97	57114	36,64	58524	15,34	53235	14,11
Doutoramentos	571	13,52	8879	5,70	12470	3,27	14051	3,72
TOTAL	4222	100	155891	100	381390	100	377389	100
Licenciaturas + Mestr. Integrados	1710	40,50	89898	57,67	310396	81,39	310103	82,17

Considerando todas as tipologias de instituições, de tipo de ensino e de graus (Quadro 12) é possível concluir que as universidades públicas correspondem aos pilares do sistema, não só com o maior significado global, como com o máximo em todos os tipos de oferta, sendo que as licenciaturas deverão ser consideradas em conjunto com os mestrados integrados, pelo menos, no que diz respeito ao acesso.

Comparando o peso relativo da oferta de ciclos de estudos e vagas com o peso dos estudantes matriculados, no ensino privado, pode concluir-se que existe algum sobredimensionamento a nível de vagas, essencialmente ao nível dos mestrados e doutoramentos (Quadro 12). De facto, no ensino superior universitário público existe uma relação de 2,7 entre alunos e vagas, valor que sobe para 3,1 no caso do politécnico público, sendo de apenas 1,7 no universitário privado e de 1,5 no politécnico privado.

As universidades públicas correspondem a cerca de metade do sistema, quer em termos de ciclos de estudos, quer em termos de estudantes inscritos e apresentam um padrão concentrado, com localizações em Lisboa, Porto e Coimbra, Évora, Braga/Guimarães, Aveiro, Vila Real, Covilhã e Faro, no Continente e, estabelecimentos nas ilhas das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores.

Tanto nas universidades como nos institutos politécnicos públicos, existem grandes contrastes na dimensão, aos quais correspondem, também, diferenças nos padrões locativos.

A importância relativa das universidades públicas e a forte polarização das áreas urbanas de Lisboa, Porto, Coimbra, Aveiro e Braga/Guimarães deixa-se evidenciar, de forma mais evidente, ao nível dos padrões territoriais de distribuição dos mestrados integrados, mestrados e doutoramentos (Figura 7, Figura 8, Figura 10 e Figura 12). Ao nível das licenciaturas (Figura 6) e dos mestrados (Figura 9) esses contrastes são menores.

Nas restantes localizações de universidades públicas, Vila Real, Covilhã, Évora, Faro, Madeira e Açores, a oferta é mais reduzida, não se destacando da mesma forma que as restantes localizações das universidades públicas, em todos os indicadores.

A rede de universidades públicas tem um número mais reduzido de localizações do que a rede de institutos politécnicos públicos e respectivos pólos, apenas co-existindo nos centros urbanos de Lisboa, Porto e Coimbra.

As universidades do Minho, Aveiro, Trás-os-Montes e Alto Douro, Évora e Algarve inseriram nas suas estruturas os institutos politécnicos locais ou escolas independentes de carácter politécnico como, por exemplo, escolas superiores de enfermagem.

O desempenho das universidades públicas localizadas nas cidades de segundo nível, em relação aos indicadores da oferta e procura de ensino superior, está, naturalmente, relacionado e é condicionado pela dimensão urbana, económica e de condições de acessibilidade das respectivas regiões, periféricas em relação às duas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto e a outros centros de maior dinamismo.

Os institutos politécnicos públicos, por seu turno, com um significado maior ao nível dos estudantes inscritos do que ao nível do número de ciclos de estudos e de vagas, caracterizam-se pela sua dispersão territorial, existindo, pelo menos, uma instituição em cada distrito de Portugal Continental.

O ponto forte dos institutos politécnicos públicos continuam a ser as licenciaturas, embora os mestrados, nos principais centros urbanos, assumam um significado relevante.

Nos três principais pólos de concentração de ensino superior, Lisboa, Porto e Coimbra, existem universidades públicas e institutos politécnicos públicos de grande dimensão, podendo considerar-se que estes últimos se apresentam, pelo seu desempenho em relação a vários indicadores, como concorrentes das universidades públicas das mesmas localizações.

A título de exemplo, verifica-se que nas licenciaturas em áreas das Ciências Empresarias (cnaef 34), como Contabilidade e Fiscalidade (cnaef 344) ou em Engenharias e Técnicas Afins (cnaef 52), especificamente em Electrónica e Automação (cnaef 523) e em Construção Civil e Engenharia Civil (cnaef 582) a oferta dos institutos politécnicos assume uma dimensão superior à das universidades públicas mas concentra-se nos três pólos de Lisboa, Porto e Coimbra, nos respectivos Institutos Politécnicos. Não se verifica assim, uma oferta alternativa, dispersa, num padrão de proximidade, por parte dos politécnicos de forma generalizada. Os institutos politécnicos públicos dispersos por pequenos centros urbanos secundários, no *hinterland* das grandes áreas metropolitanas, têm uma dimensão mais reduzida em toda a sua oferta, contando, também, com uma menor procura que, em certos indicadores, evidencia uma falta de sustentabilidade. Também aqui, porém, não se pode fazer uma generalização extrema. Nalgumas áreas, os institutos politécnicos das regiões periféricas assumem um grande protagonismo, com um número muito significativo de estudantes nos respectivos ciclos de estudos. No interior do país, nas cidades de pequena dimensão, a dimensão das universidades públicas é inferior às dos grandes centros urbanos e aproxima-se da dimensão dos institutos politécnicos das mesmas regiões.

No sub-sistema privado, quer ao nível do ensino universitário, quer ao nível do ensino politécnico, predominam as licenciaturas, em instituições em regra de pequena dimensão, fortemente concentradas nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto.

As universidades privadas apresentam uma maior dispersão territorial do que os institutos politécnicos privados, oferecendo alguns mestrados integrados e doutoramentos fora das duas principais áreas urbanas. Nas universidades privadas existem alguns casos de instituições de maior dimensão como, por exemplo, a Universidade Católica Portuguesa e a Universidade Lusíada, com localizações em Lisboa, Porto e outras cidades. Os institutos politécnicos privados, muito numerosos e de pequena dimensão, apresentam uma grande concentração em torno das grandes áreas metropolitanas de Lisboa e Porto onde existe um grande volume de procura.

Uma análise do sistema por áreas de formação irá permitir compreender os processos que estão subjacentes a estes padrões de comportamento.

Quadro 12: Ciclos de estudos por tipologia de IES e graus

Tipo insít.	Tipo ensino	Grau	Tipo CE	N.º de CE	%	Vagas	%	Alunos 0910 A3ES	%	Alunos 1011 GPEARI	%	
Ensino Público	L	CEF		430	10,18	20023	12,84	86846	22,77	88867	23,55	
	L	ACEF		7	0,17	290	0,19	776	0,20	778	0,21	
	L	NCE09		4	0,09	125	0,08			112	0,03	
	Total Licenc.			441	10,45	20438	13,11	87622	22,97	89757	23,78	
	MI	CEF		88	2,08	7866	5,05	47786	12,53	49464	13,11	
	MI	ACEF		1	0,02	75	0,05	375	0,10	374	0,10	
	MI	NCE09		2	0,05	85	0,05			453	0,12	
	Total M.Inte.			91	2,16	8026	5,15	48161	12,63	50291	13,33	
	M	CEF		1017	24,09	29213	18,74	35259	9,24	28338	7,51	
	M	ACEF		6	0,14	130	0,08	237	0,06	247	0,07	
	M	NCE09		58	1,37	2742	1,76			1325	0,35	
	Total Mestr.			1081	25,60	32085	20,58	35496	9,31	29910	7,93	
	D	CEF		445	10,54	6609	4,24	10959	2,87	11918	3,16	
	D	ACEF		32	0,76	368	0,24	396	0,10	470	0,12	
	D	NCE09		36	0,85	724	0,46			513	0,14	
	Total Doutor.			513	12,15	7701	4,94	11355	2,98	12901	3,42	
	Total Univ. Público			2126	50,36	68250	43,78	182634	47,89	182859	48,45	
	Ensino Politécnico	L	CEF		530	12,55	23608	15,14	90442	23,71	91264	24,18
		L	ACEF		28	0,66	1400	0,90	5762	1,51	4663	1,24
		L	NCE09		8	0,19	279	0,18			218	0,06
Total Licenc.			566	13,41	25287	16,22	96204	25,22	96145	25,48		
M		CEF		332	7,86	8750	5,61	11003	2,88	11664	3,09	
M		ACEF		20	0,47	280	0,18	30	0,01	164	0,04	
M		NCE09		47	1,11	1195	0,77			970	0,26	
Total Mestr.			399	9,45	10225	6,56	11033	2,89	12798	3,39		
Total PoliT. Público			965	22,86	35512	22,78	107237	28,12	108943	28,87		
Total Ensino Público			3091	73,21	103762	66,56	289871	76,00	291802	77,32		

	L	CEF	194	4,59	13078	8,39	27983	7,34	26265	6,96
	L	ACEF	117	2,77	6635	4,26	12979	3,40	13053	3,46
	L	NCE09	7	0,17	310	0,20			109	0,03
	Total Licenc.		318	7,53	20023	12,84	40962	10,74	39427	10,45
	MI	CEF	19	0,45	2244	1,44	9581	2,51	8880	2,35
	MI	ACEF	8	0,19	480	0,31	1787	0,47	1705	0,45
	MI	NCE09	1	0,02	25	0,02				
	Total M.Integr.		28	0,66	2749	1,76	11368	2,98	10585	2,80
	M	CEF	232	5,50	7378	4,73	7326	1,92	5484	1,45
	M	ACEF	83	1,97	1993	1,28	1731	0,45	1647	0,44
	M	NCE09	21	0,50	700	0,45			279	0,07
	Total Mestr.		336	7,96	10071	6,46	9057	2,37	7410	1,96
	D	CEF	28	0,66	634	0,41	434	0,11	469	0,12
	D	ACEF	27	0,64	489	0,31	681	0,18	671	0,18
	D	NCE09	3	0,07	55	0,04			10	0,00
	Total Doutor.		58	1,37	1178	0,76	1115	0,29	1150	0,30
	Total Univ. Privado		740	17,53	34021	21,82	62502	16,39	58572	15,52
	L	CEF	164	3,88	9423	6,04	17692	4,64	16017	4,24
	L	ACEF	59	1,40	3579	2,30	7277	1,91	6802	1,80
	L	NCE09	2	0,05	110	0,07				
	Total Licenc.		225	5,33	13112	8,41	24969	6,55	22819	6,05
	M	CEF	79	1,87	3024	1,94	2453	0,64	2313	0,61
	M	ACEF	33	0,78	1324	0,85	430	0,11	698	0,18
	M	NCE09	12	0,28	360	0,23			63	0,02
	Total Mestr.		124	2,94	4708	3,02	2883	0,76	3074	0,81
	Total PoliT. Privado		349	8,27	17820	11,43	27852	7,30	25893	6,86
	Total Ensino Privado		1089	25,79	51841	33,25	90354	23,69	84465	22,38
Ensino Militar	Univ.	MI CEF	20	0,47	235	0,15	1024	0,27	1008	0,27
		M CEF	1	0,02	25	0,02	55	0,01	43	0,01
	Polit.	L CEF	21	0,50	28	0,02	86	0,02	71	0,02
Total Ensino Militar			42	0,99	288	0,18	1165	0,31	1122	0,30
TOTAL GERAL			4222	100	155891	100	381390	100	377389	100

Figura 5: Ciclos de estudos de licenciatura por tipo de instituição e ensino

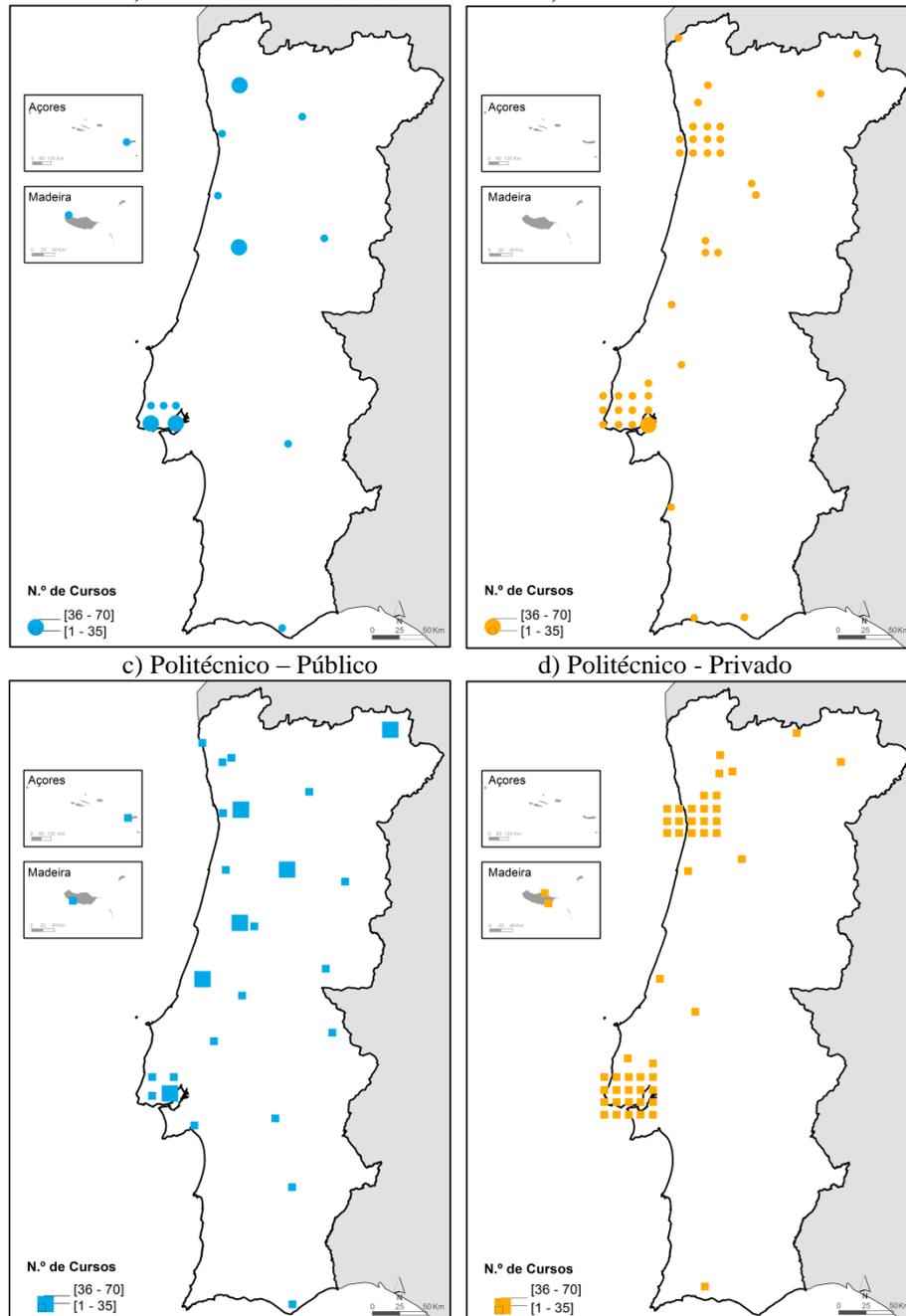


Figura 6: Estudantes inscritos em ciclos de estudos de licenciatura por tipo de instituição e ensino

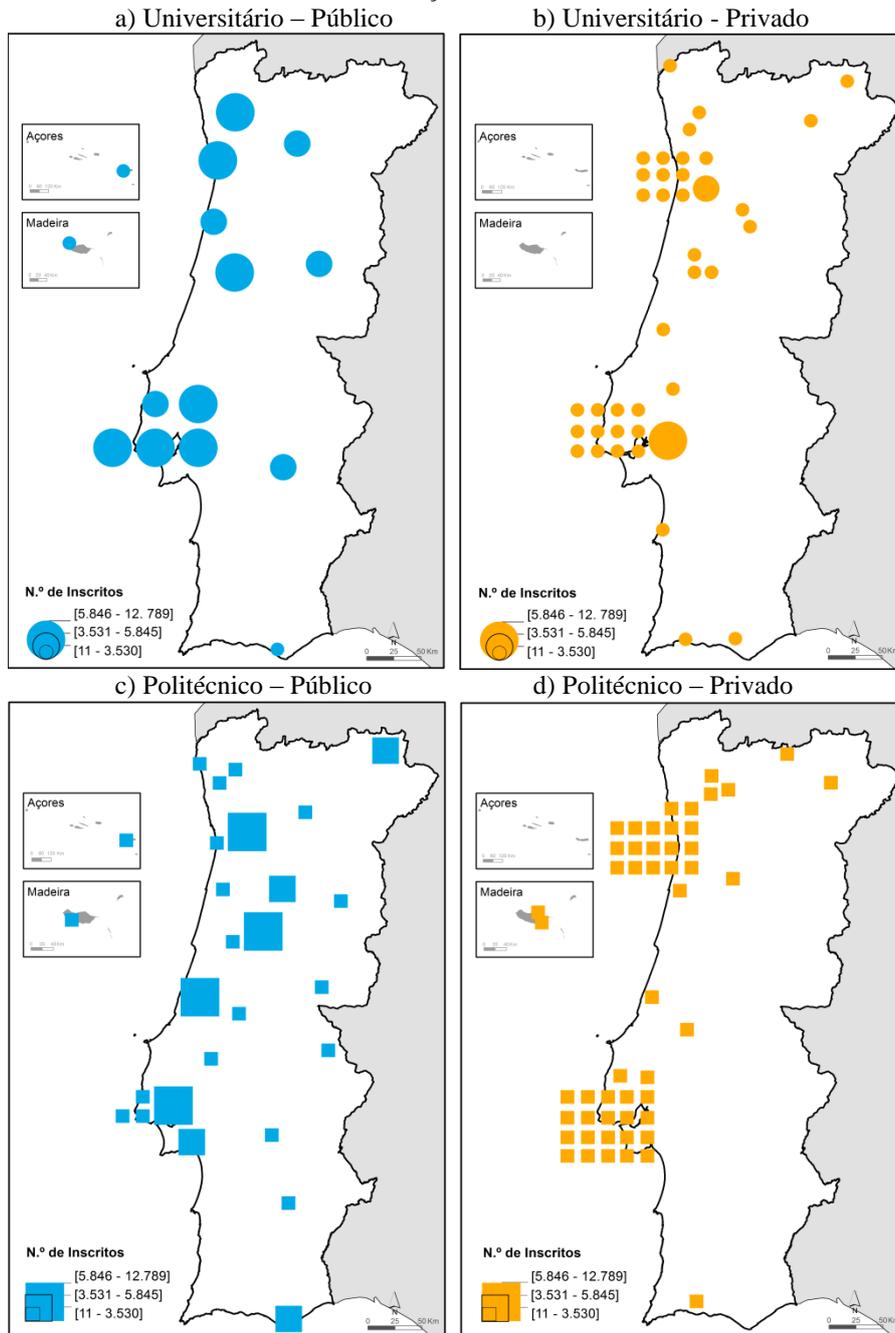


Figura 7: Ciclos de estudos de mestrado integrado por tipo de instituição e ensino
 a) Universitário – Público b) Universitário – Privado

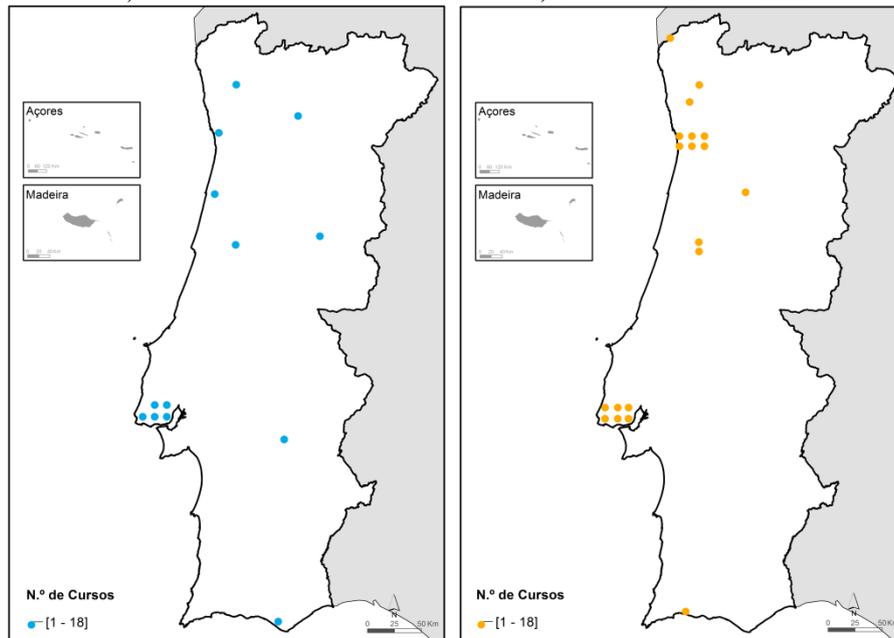


Figura 8: Estudantes inscritos mestrados integrados por tipo de instituição e ensino
 a) Universitário – Público b) Universitário - Privado

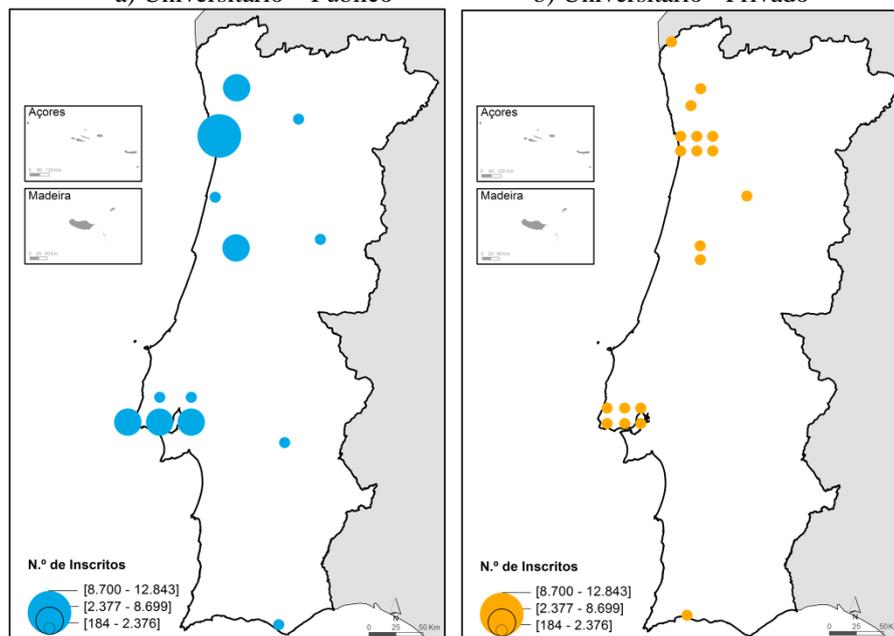


Figura 9: Ciclos de estudos de mestrado por tipo de instituição e ensino

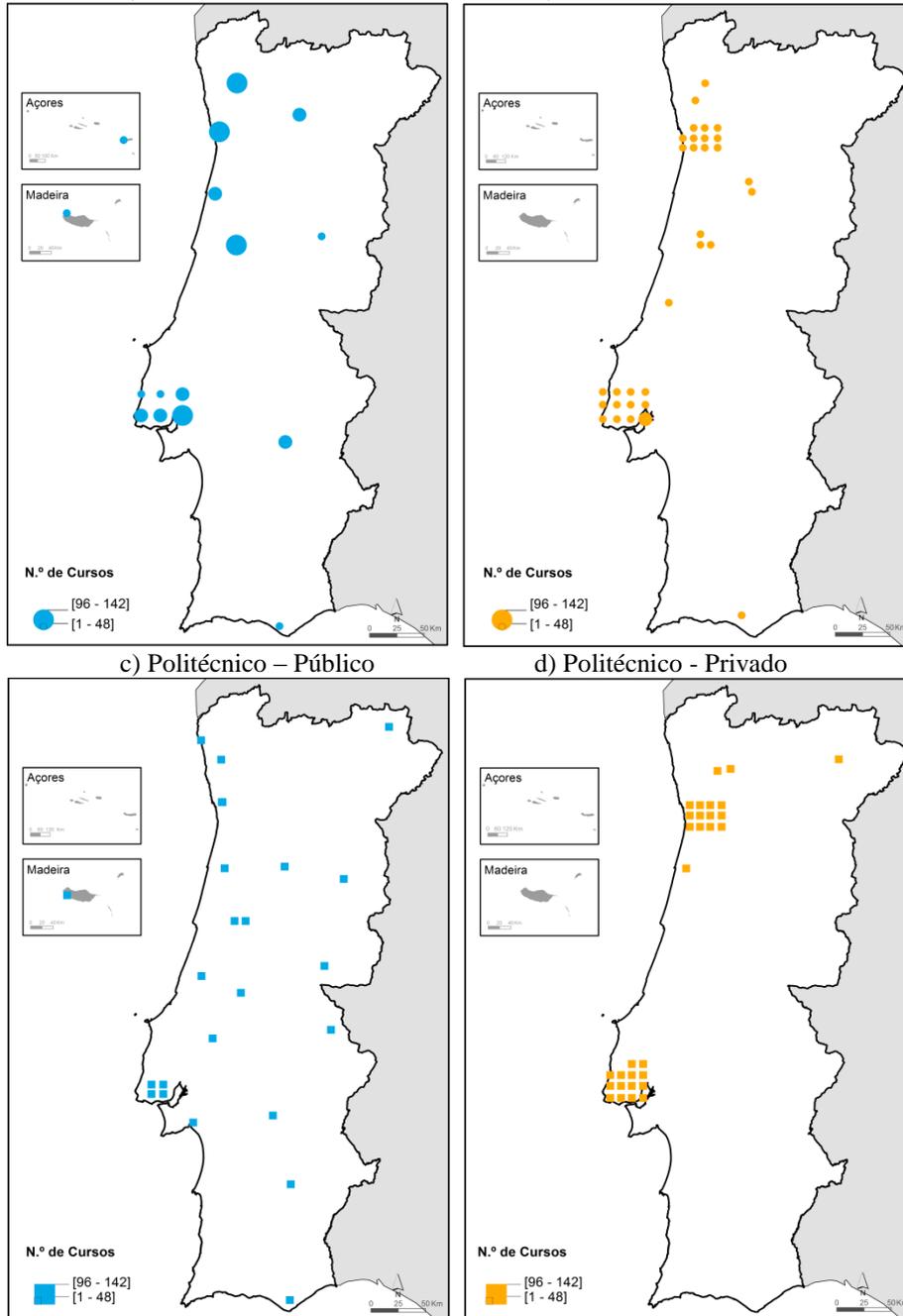


Figura 10: Estudantes inscritos em ciclos de estudos de mestrado por tipo de instituição e ensino

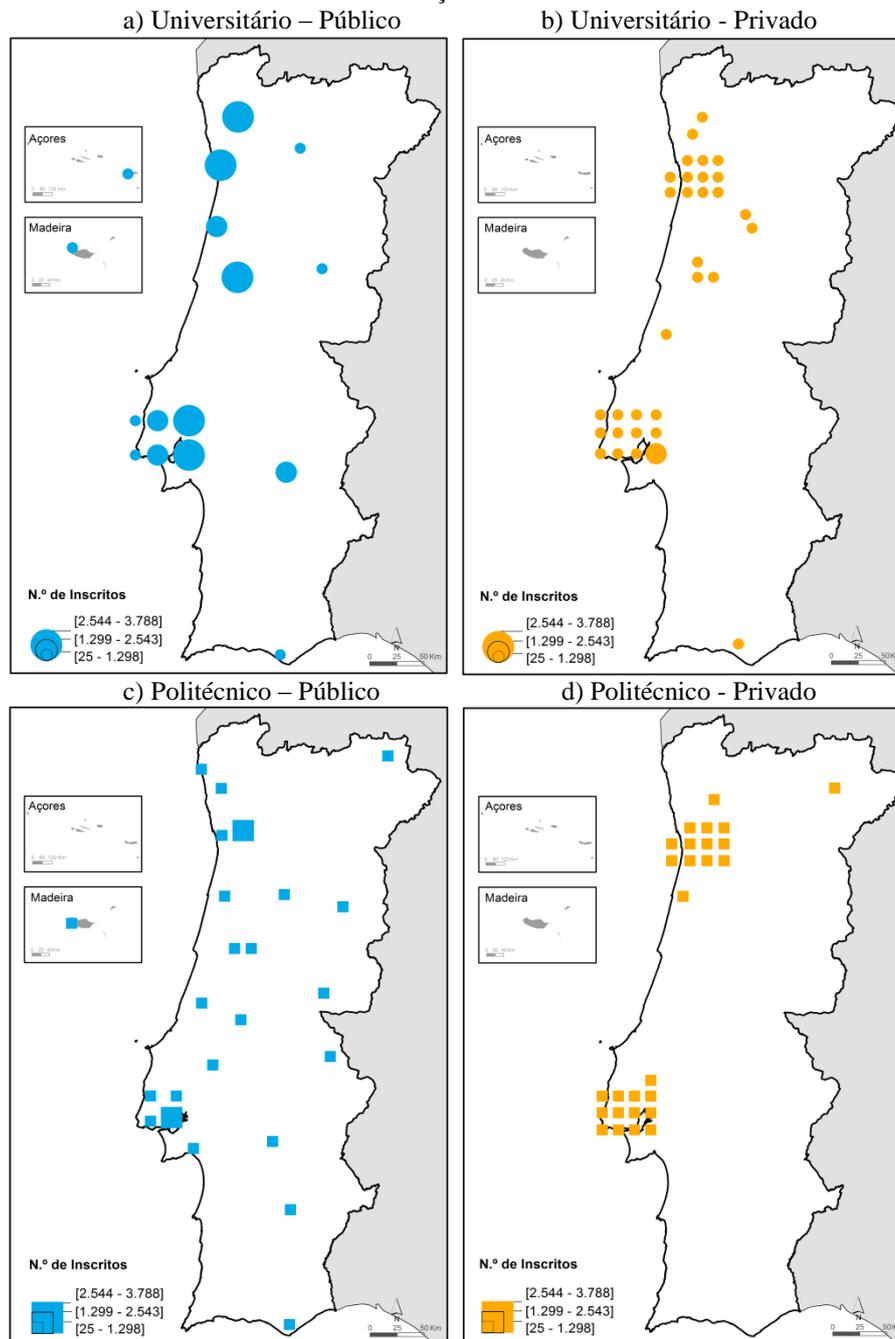


Figura 11: Ciclos de estudos de doutoramento por tipo de instituição e ensino

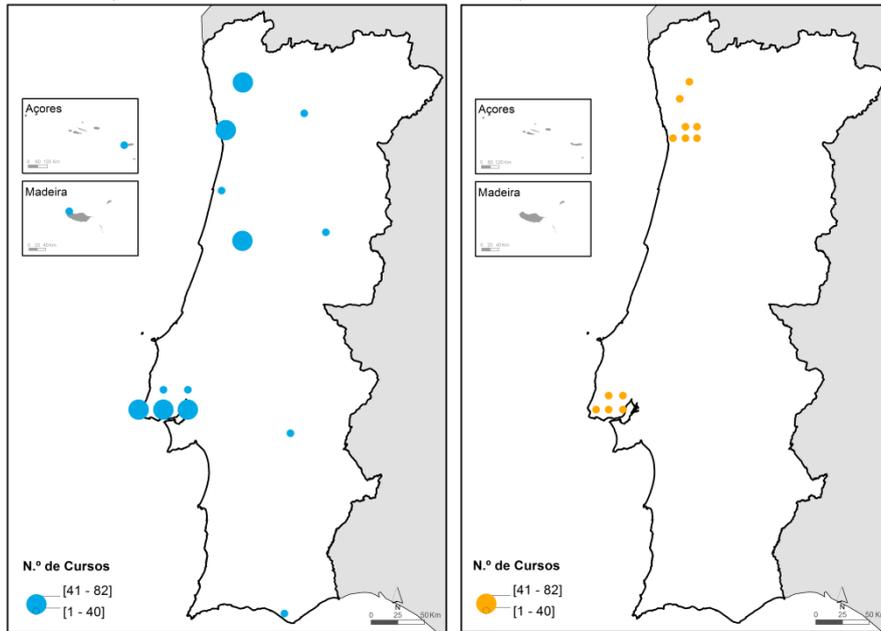
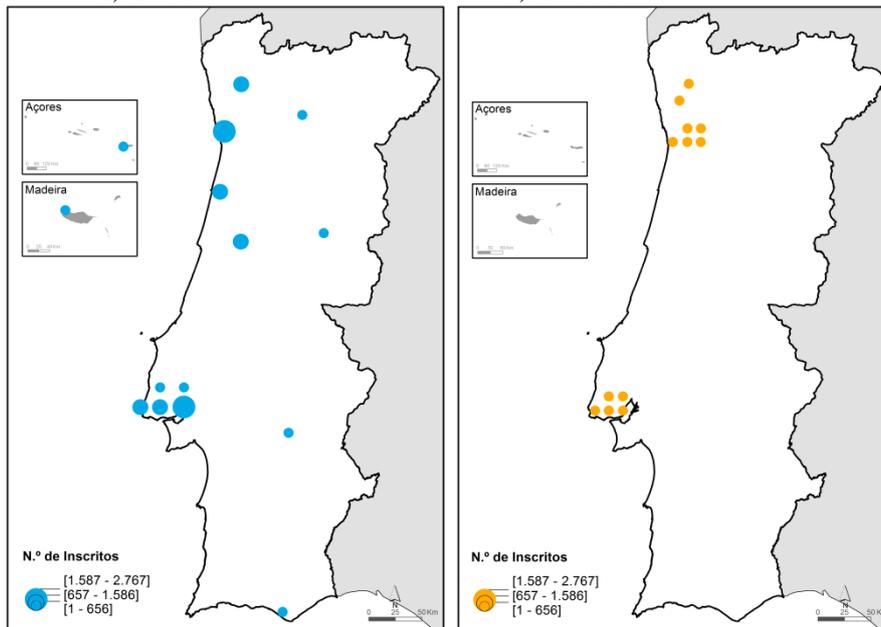


Figura 12: Estudantes inscritos em doutoramentos por tipo de instituição e ensino



5. AS UNIVERSIDADES PÚBLICAS

As universidades públicas constituem o maior sub-sistema do ensino superior, com o maior peso relativo em termos de ciclos de estudos, vagas e número de estudantes, oferecem um total de 2.126 ciclos de estudos, com quase 70 mil vagas e concentram, actualmente, cerca de 183 mil estudantes.

Os mestrados constituem o maior segmento da oferta das universidades públicas, com 1.017 ciclos de estudos, quase metade da totalidade dos ciclos de estudos deste tipo de instituições (Quadro 13).

As licenciaturas ainda representam, porém, o maior segmento ao nível dos estudantes, com 49% dos inscritos, sendo de admitir que venham a perder cada vez mais significado, a favor dos mestrados, cujo número de vagas é, actualmente, de 43% de todo o sub-sistema.

Os doutoramentos são, em termos relativos, um dos pontos fortes das universidades públicas e, seguramente, um elemento estruturante de qualquer intervenção sobre o sistema de ensino superior. As universidades públicas oferecem, actualmente, quase 500 ciclos de estudos de doutoramento.

Quadro13: Oferta de ciclos de estudos das universidades públicas

Grau	Ciclos Estudos (Tipologia face à acreditação)	N.º de ciclos de Estudos	%	Vagas	%	Estudantes Inscritos 2009/10 (A3ES)	%	Estudantes Inscritos 2010/11 (GPEARU)	%
Licenciaturas	CEF	430	20,23	20023	29,34	86846	47,55	88867	48,60
	ACEF	7	0,33	290	0,42	776	0,42	778	0,43
	NCE09	4	0,19	125	0,18			112	0,06
M. Integrados	CEF	88	4,14	7866	11,53	47786	26,16	49464	27,05
	ACEF	1	0,05	75	0,11	375	0,21	374	0,20
	NCE09	2	0,09	85	0,12			453	0,25
Mestrados	CEF	1017	47,84	29213	42,80	35259	19,31	28338	15,50
	ACEF	6	0,28	130	0,19	237	0,13	247	0,14
	NCE09	58	2,73	2742	4,02			1325	0,72
Doutoramentos	CEF	445	20,93	6609	9,68	10959	6,00	11918	6,52
	ACEF	32	1,51	368	0,54	396	0,22	470	0,26
	NCE09	36	1,69	724	1,06			513	0,28
TOTAL		2126	100	68250	100	182634	100	182859	100

A oferta formativa das universidades públicas, segundo as áreas CNAEF, encontra-se distribuída de forma mais equilibrada do que nas restantes tipologias, apresentando-se como menos especializada do que qualquer outro dos segmentos do sistema de ensino superior (Quadro 14).

Quadro 14: Oferta de ciclos de estudos por áreas CNAEF – universidades públicas

CNAEF	N.º ciclos de Estudos	%	Vagas	%	Inscritos 2009/10 (A3ES)	%	Inscritos H 2010/11 (GPEAR1)	%	Inscritos HM 2010/11 (GPEAR1)	%	Ratio H/HM
52	202	9,50	7787	11,41	28999	15,88	22945	26,10	29215	15,98	78,54
31	274	12,89	8995	13,18	25837	14,15	10337	11,76	26524	14,51	38,97
72	123	5,79	4848	7,10	18490	10,12	5619	6,39	18426	10,08	30,49
34	147	6,91	6126	8,98	17104	9,37	8337	9,48	16836	9,21	49,52
58	78	3,67	3142	4,60	13874	7,60	8298	9,44	13759	7,52	60,31
22	239	11,24	5919	8,67	10905	5,97	4280	4,87	11255	6,16	38,03
14	198	9,31	5666	8,30	9543	5,23	2217	2,52	9450	5,17	23,46
42	144	6,77	3839	5,62	9814	5,37	3309	3,76	9365	5,12	35,33
38	42	1,98	4180	6,12	8368	4,58	3358	3,82	8813	4,82	38,10
21	125	5,88	3467	5,08	7933	4,34	3388	3,85	8148	4,46	41,58
44	158	7,43	3515	5,15	6728	3,68	3698	4,21	6595	3,61	56,07
81	52	2,45	1578	2,31	4627	2,53	2418	2,75	3930	2,15	61,53
32	39	1,83	1321	1,94	3963	2,17	1212	1,38	3922	2,14	30,90
48	54	2,54	1758	2,58	3556	1,95	2999	3,41	3758	2,06	79,80
85	49	2,30	1197	1,75	2957	1,62	1204	1,37	2794	1,53	43,09
46	65	3,06	1389	2,04	2467	1,35	1107	1,26	2362	1,29	46,87
54	52	2,45	1185	1,74	2106	1,15	1072	1,22	2089	1,14	51,32
64	9	0,42	379	0,56	2119	1,16	624	0,71	2082	1,14	29,97
62	40	1,88	1001	1,47	1650	0,90	933	1,06	1696	0,93	55,01
76	16	0,75	453	0,66	1177	0,64	138	0,16	1206	0,66	11,44
86	13	0,61	385	0,56	366	0,20	366	0,42	568	0,31	64,44
84	7	0,33	120	0,18	51	0,03	47	0,05	66	0,04	71,21
TOTAL	2126	100	68250	100	182634	100	87906	100	182859	100	48,07

Ainda assim, há algumas áreas de maior dimensão, quer ao nível de ciclos de estudos, quer de vagas ou estudantes matriculados.

Nas universidades públicas, as áreas de ensino e formação de maior dimensão, considerando o número de estudantes inscritos, são, por ordem decrescente, Engenharia e Técnicas Afins (cnaef 52), Ciências Sociais e do Comportamento (cnaef 31), Saúde (cnaef 72) e Ciências Empresariais (cnaef 34), com cerca de 50% do total.

Nas universidades públicas há um equilíbrio global entre a participação de homens (48%) e mulheres (52%), naturalmente associado à grande diversidade de áreas científicas e de formação da oferta.

As universidades públicas acompanham a tendência média de todo o sistema de aproximação para o equilíbrio, devido ao aumento da participação de homens, nos últimos anos, que veio compensar um desequilíbrio anterior, onde as mulheres estavam em muito maior proporção (Fonseca, 2011).

Esse efeito parece ser devido ao ingresso dos maiores de 23 anos e dos CETs, onde predominam os homens (Amaral & Fonseca, 2012).

6. OS INSTITUTOS POLITÉCNICOS PÚBLICOS

Os institutos politécnicos públicos oferecem um total de 965 ciclos de estudos, com 35.512 vagas e registam, actualmente, cerca de 109 mil estudantes inscritos (Quadro 15).

O ponto forte dos institutos politécnicos públicos são as licenciaturas que, no caso dos estudantes, correspondem a mais de 88% do total de estudantes inscritos.

Os mestrados poderão vir a aumentar o seu peso em termos de matrículas se conseguirem atrair alunos, uma vez que o seu peso no número de ciclos de estudos é, por enquanto, muito superior ao dos estudantes inscritos.

Também o elevado número de novos ciclos de estudos, em funcionamento pela primeira vez no ano lectivo de 2010/11, pode corresponder a uma tendência para o crescimento dos mestrados.

Um dos pontos fortes do sub-sistema dos institutos politécnicos públicos é, como se viu anteriormente, a sua dispersão territorial.

Quadro 15: Oferta de ciclos de estudos dos institutos politécnicos públicos

Grau	Ciclos estudos (Tipologia face à acreditação)	N.º de ciclos de estudos	Vagas		Inscritos 2009/10 (A3ES)		Inscritos 2010/11 (GPEAR)		
			%	%	%	%			
Licenciaturas	CEF	530	54,92	23608	66,48	90442	84,34	91264	83,77
	ACEF	28	2,90	1400	3,94	5762	5,37	4663	4,28
	NCE09	8	0,83	279	0,79			218	0,20
Mestrados	CEF	332	34,40	8750	24,64	11003	10,26	11664	10,71
	ACEF	20	2,07	280	0,79	30	0,03	164	0,15
	NCE09	47	4,87	1195	3,37			970	0,89
TOTAL		965	100	35512	100	107237	100	108943	100

A oferta formativa dos institutos politécnicos não cobre a totalidade das áreas CNAEF, sendo mais limitada do que a das universidades e encontrando-se muito mais especializada em certas áreas (Quadro 16).

As áreas de ensino e formação de maior dimensão, em termos de estudantes inscritos, nos institutos politécnicos públicos são, por ordem decrescente, as Ciências Empresariais (cnaef 34), Engenharia e Técnicas Afins (cnaef 52), Saúde (cnaef 72), as Artes (cnaef 21) e os Serviços Pessoais (cnaef 81) as quais, em conjunto, concentram 72% dos estudantes de todo o segmento.

Nos capítulos sectoriais deste estudo será analisada a especialização dos politécnicos públicos nestas áreas, com particular incidência em Gestão e Administração (cnaef 345), na Engenharia e Técnicas afins (cnaef 52), na Saúde (cnaef 72, especificamente em Enfermagem e Tecnologias de Diagnóstico e Terapêutica), e áreas artísticas como Teatro, Música e Dança (cnaef 21).

Nalgumas áreas de especialização (por exemplo, Engenharia e Técnicas afins – cnaef 52 e Saúde – cnaef 72) os institutos politécnicos concorrem com as universidades, na oferta formativa, enquanto que noutras áreas, com destaque para as artes, são as instituições mais relevantes do sistema.

A participação das mulheres nos institutos politécnicos públicos é semelhante à das universidades públicas, havendo, em média, 47 homens por cada 100 estudantes dos institutos politécnicos públicos.

Quadro16: A oferta de ciclos de estudos por áreas CNAEF – institutos politécnicos públicos

CNAEF	N.º ciclos de Estudos	%	Vagas	%	Inscritos 2009/10 (A3ES)	%	Inscritos H 2010/11 (GPEARI)	%	Inscritos HM 2010/11 (GPEARI)	%	Ratio H/HM
34	169	17,51	7861	22,14	26109	24,35	10024	19,44	24448	22,44	41,0
52	126	13,06	5065	14,26	20798	19,39	17986	34,88	21039	19,31	85,5
72	141	14,61	5507	15,51	16153	15,06	3283	6,37	17952	16,48	18,3
21	104	10,78	2931	8,25	7904	7,37	4237	8,22	8254	7,58	51,3
81	66	6,84	2384	6,71	6133	5,72	3475	6,74	6767	6,21	51,4
58	36	3,73	1759	4,95	7054	6,58	4936	9,57	6607	6,06	74,7
14	110	11,40	2910	8,19	4766	4,44	595	1,15	5552	5,10	10,7
76	30	3,11	1226	3,45	3625	3,38	436	0,85	3829	3,51	11,4
38	9	0,93	655	1,84	2196	2,05	724	1,40	2319	2,13	31,2
48	31	3,21	978	2,75	2366	2,21	1755	3,40	2233	2,05	78,6
54	25	2,59	769	2,17	2096	1,95	624	1,21	2011	1,85	31,0
85	26	2,69	825	2,32	1917	1,79	752	1,46	1863	1,71	40,4
62	31	3,21	771	2,17	1912	1,78	1119	2,17	1732	1,59	64,6
32	12	1,24	504	1,42	1506	1,40	527	1,02	1548	1,42	34,0
64	6	0,62	224	0,63	673	0,63	153	0,30	694	0,64	22,0
22	14	1,45	339	0,95	576	0,54	157	0,30	590	0,54	26,6
42	8	0,83	238	0,67	499	0,47	173	0,34	511	0,47	33,9
86	7	0,73	234	0,66	438	0,41	241	0,47	436	0,40	55,3
84	5	0,52	115	0,32	344	0,32	274	0,53	343	0,31	79,9
31	8	0,83	192	0,54	147	0,14	75	0,15	176	0,16	42,6
44	1	0,10	25	0,07	25	0,02	20	0,04	39	0,04	51,3
TOTAL	965	100	35512	100	107237	100	51566	100	108943	100	47,3

7. AS UNIVERSIDADES PRIVADAS

As universidades privadas oferecem 740 ciclos de estudos e 34.021 vagas, tendo matriculados, actualmente, cerca de 62 mil estudantes (Quadro 17), o que a nível do sistema corresponde a 16% dos estudantes inscritos, e a uma percentagem de ciclos de estudos comparável (17%).

As universidades privadas concentram a sua oferta nas licenciaturas que correspondem a cerca de 40% dos ciclos de estudos, a quase 60% das vagas e a quase 70% dos estudantes inscritos. O número de ciclos de doutoramento oferecido pelas universidades privadas é ainda reduzido (58 ciclos de estudos de doutoramento, no total de 740 ciclos de estudos).

Por outro lado, há um número muito significativo de instituições universitárias privadas que são escolas especializadas, de pequena dimensão, que não oferecem qualquer ciclo de estudos de doutoramento, o que ajuda a explicar a menor oferta deste tipo de grau pelo sector privado.

Uma das características deste sub-sistema é o seu padrão de localização com uma grande concentração nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto e apenas algumas instituições localizadas noutras cidades do *hinterland* do país.

Quadro17: Oferta de ciclos de estudos das universidades privadas

Grau	Ciclos estudos (Tipologia face à acreditação)	N.º de ciclos de estudos	%		Vagas	%		Inscritos 2009/10 (A3ES)	%		
									Inscritos 2010/11 (GPEARI)		
Licenciaturas	CEF	194	26,22		13078	38,44		27983	44,77	26265	44,84
	ACEF	117	15,81		6635	19,50		12979	20,77	13053	22,29
	NCE09	7	0,95		310	0,91				109	0,19
Mestrados Integrados	CEF	19	2,57		2244	6,60		9581	15,33	8880	15,16
	ACEF	8	1,08		480	1,41		1787	2,86	1705	2,91
	NCE09	1	0,14		25	0,07					
Mestrados	CEF	232	31,35		7378	21,69		7326	11,72	5484	9,36
	ACEF	83	11,22		1993	5,86		1731	2,77	1647	2,81
	NCE09	21	2,84		700	2,06				279	0,48
Doutoramentos	CEF	28	3,78		634	1,86		434	0,69	469	0,80
	ACEF	27	3,65		489	1,44		681	1,09	671	1,15
	NCE09	3	0,41		55	0,16				10	0,02
TOTAL		740	100		34021	100		62502	100	58572	100

A oferta formativa das universidades privadas cobre menos áreas CNAEF que as instituições públicas e, acima de tudo, encontra-se fortemente concentrada num conjunto restrito de áreas científicas (Quadro 18). As áreas de ensino e formação CNAEF de maior dimensão, nas universidades privadas, são, por ordem decrescente do número de estudantes inscritos, as Ciências Empresariais (cnaef 34), as Ciências Sociais e do Comportamento (cnaef 31), o Direito (cnaef 38), a Arquitectura e Construção (cnaef 58) e Saúde (cnaef 72), num total de 66% do total.

Há uma maior participação de mulheres nas universidades privadas (54%) do que nas instituições públicas (52%), ainda que a diferença seja pequena.

Quadro18: A oferta de ciclos de estudos por áreas CNAEF – universidades privadas

CNAEF	N.º ciclos de Estudos	%	Vagas	%	Inscritos 2009/10 (A3ES)	%	Inscritos H 2010/11 (GPEAR1)	%	Inscritos HM 2010/11 (GPEAR1)	%	Ratio H/HM
34	126	17,03	6489	19,07	12234	19,57	6020	22,18	11362	19,40	52,98
31	141	19,05	6438	18,92	11451	18,32	3068	11,30	9717	16,59	31,57
38	36	4,86	3388	9,96	7165	11,46	2991	11,02	6855	11,70	43,63
58	29	3,92	1768	5,20	6251	10,00	3401	12,53	5323	9,09	63,89
72	43	5,81	1627	4,78	5048	8,08	1388	5,11	5317	9,08	26,10
21	81	10,95	3306	9,72	4104	6,57	2226	8,20	4144	7,08	53,72
81	26	3,51	1763	5,18	3410	5,46	2274	8,38	3637	6,21	62,52
52	40	5,41	1404	4,13	2233	3,57	1754	6,46	2125	3,63	82,54
76	27	3,65	1190	3,50	2186	3,50	183	0,67	1960	3,35	9,34
32	28	3,78	1200	3,53	2180	3,49	673	2,48	1954	3,34	34,44
14	49	6,62	1772	5,21	1684	2,69	539	1,99	1800	3,07	29,94
22	46	6,22	1318	3,87	1143	1,83	669	2,47	1085	1,85	61,66
48	21	2,84	724	2,13	1104	1,77	847	3,12	981	1,67	86,34
64	2	0,27	150	0,44	679	1,09	251	0,92	700	1,20	35,86
86	10	1,35	473	1,39	603	0,96	317	1,17	506	0,86	62,65
42	12	1,62	369	1,08	429	0,69	112	0,41	450	0,77	24,89
85	12	1,62	350	1,03	321	0,51	186	0,69	321	0,55	57,94
84	3	0,41	155	0,46	179	0,29	216	0,80	248	0,42	87,10
54	4	0,54	75	0,22	79	0,13	15	0,06	73	0,12	20,55
46	2	0,27	30	0,09	19	0,03	8	0,03	13	0,02	61,54
44	2	0,27	32	0,09	0	0,00	1	0,00	1	0,00	100,00
TOTAL	740	100	34021	100	62502	100	27139	100	58572	100	46,33

8. OS INSTITUTOS POLITÉCNICOS PRIVADOS

Os institutos politécnicos privados oferecem 349 ciclos de estudos e têm, actualmente, cerca de 26 mil estudantes inscritos (Quadro 19).

Trata-se do mais pequeno sub-sistema de ensino superior em Portugal, caracterizado por um grande número de instituições de pequena dimensão, regra geral, fortemente especializadas.

Mais de metade dos ciclos de estudos e das vagas e quase 90% dos estudantes dos institutos politécnicos privados concentram-se nas licenciaturas.

O padrão de localização dos institutos politécnicos privados é marcado pela concentração nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto.

Integram este segmento do sistema de ensino superior um vasto conjunto de pequenas e médias instituições, muito especializadas, procurando captar estudantes em áreas muito procuradas e como, por exemplo, Saúde.

Quadro19: Oferta de ciclos de estudos dos institutos politécnicos privados

Grau	Ciclos estudos (Tipologia face à acreditação)	N.º de ciclos de estudos	%		Vagas	%		Inscritos 2009/10 (A3ES)	%		Inscritos 2010/11 (GPEAR)	%	
Licenciaturas	CEF	164	46,99		9423	52,88		17692	63,52		16017	61,86	
	ACEF	59	16,91		3579	20,08		7277	26,13		6802	26,27	
	NCE09	2	0,57		110	0,62							
Mestrados	CEF	79	22,64		3024	16,97		2453	8,81		2313	8,93	
	ACEF	33	9,46		1324	7,43		430	1,54		698	2,70	
	NCE09	12	3,44		360	2,02					63	0,24	
TOTAL		349	100		17820	100		27852	100		25893	100	

Com efeito, regista-se uma grande especialização dos institutos politécnicos privados num conjunto muito restrito de áreas de formação e ensino (Quadro 20).

Para além da sua oferta ser mais limitada em termos de diversidade de áreas, também se encontra mais concentrada num pequeno conjunto das mesmas.

As áreas de ensino e formação CNAEF, de maior dimensão, nos institutos politécnicos privados são, por ordem decrescente do número de estudantes inscritos, Saúde (cnaef 72), Ciências Empresariais (cnaef 34), Formação de Professores/Formadores e Ciências de Educação (cnaef 14) e Artes (cnaef 21), com 82% do total.

Nas áreas artísticas os institutos politécnicos privados apresentam uma especialização ligada às próprias actividades artísticas, desempenhando um papel de relevo num sector onde, tradicionalmente, o sistema de ensino superior público não teve um grande desenvolvimento, em particular nas universidades.

Há 35 homens por cada 100 estudantes nos institutos politécnicos privados, indicador que contrasta com as restantes tipologias de instituições, evidenciando uma forte feminização, facto que não será alheio às áreas de formação dominantes nestas instituições.

Quadro 20: A oferta de ciclos de estudos por áreas CNAEF nos institutos politécnicos privados

CNAEF	N.º de ciclos de Estudos	%	Vagas	%	Inscritos 2009/10 (A3ES)	%	Inscritos H 2010/11 (GPEAR1)	%	Inscritos HM 2010/11 (GPEAR1)	%	Ratio H/HM
72	101	28,94	5308	29,79	12623	45,32	2493	27,71	10945	42,27	22,8
34	65	18,62	3495	19,61	5211	18,71	2665	29,62	4768	18,41	55,9
14	71	20,34	3834	21,52	3514	12,62	363	4,04	3877	14,97	9,4
21	31	8,88	1156	6,49	1683	6,04	708	7,87	1694	6,54	41,8
81	19	5,44	1105	6,20	1472	5,29	911	10,13	1585	6,12	57,5
48	10	2,87	520	2,92	742	2,66	643	7,15	741	2,86	86,8
52	14	4,01	675	3,79	682	2,45	582	6,47	646	2,49	90,1
76	16	4,58	575	3,23	613	2,20	70	0,78	543	2,10	12,9
38	6	1,72	445	2,50	637	2,29	186	2,07	533	2,06	34,9
86	4	1,15	200	1,12	340	1,22	240	2,67	314	1,21	76,4
58	1	0,29	100	0,56	140	0,50	96	1,07	105	0,41	91,4
32	3	0,86	120	0,67	87	0,31	13	0,14	49	0,19	26,5
31	2	0,57	67	0,38	37	0,13	3	0,03	34	0,13	8,8
84	2	0,57	60	0,34	23	0,08	19	0,21	24	0,09	79,2
22	1	0,29	50	0,28	9	0,03	1	0,01	21	0,08	4,8
42	2	0,57	50	0,28	39	0,14	3	0,03	14	0,05	21,4
85	1	0,29	60	0,34							
TOTAL	349	100	17820	100	27852	100	8996	100	25893	100	34,7

9. ÁREAS DE ENSINO E FORMAÇÃO

A distribuição da oferta formativa, número de ciclos de estudos, vagas e os estudantes matriculados por área CNAEF, em todo o sistema de ensino superior, apresenta grandes contrastes.

Há um primeiro conjunto de áreas que se destacam como as de maior dimensão, quer quanto ao número de ciclos de estudos, quer quanto ao volume de vagas oferecidas e que, simultaneamente, concentram o maior número de estudantes matriculados (Quadro 21).

Integram este conjunto as áreas de Ciências Empresariais (cnaef 34), Formação de Professores/Formadores e Ciências da Educação (cnaef 14), Ciências Sociais e do Comportamento (cnaef 31), Engenharia (cnaef 52), Saúde (cnaef 72), Artes (cnaef 21) e Humanidades (cnaef 22):

- i. As Ciências Empresariais (cnaef 34) são a área com maior número de ciclos de estudos, num total de 507 (12%), de vagas, com cerca de 24 mil (15%) e de estudantes inscritos em 2010/11, cujo total se aproximava dos 60 mil (15%).
- ii. Com um total de ciclos de estudos entre 300 e 428 e um peso relativo entre 7 e 10%, integram, ainda, este grupo de maior dimensão, a Formação de Professores/Formadores e Ciências da Educação (cnaef 14), as Ciências Sociais e do Comportamento (cnaef 31), a Engenharia (cnaef 52), a Saúde (cnaef 72), as Artes (cnaef 21) e as Humanidades (cnaef 22).
- iii. Quanto ao número de ciclos de estudos, a Formação de Professores/Formadores e Ciências da Educação (10,1%) e as Ciências Sociais e do Comportamento (10,1%) seguem-se à área das Ciências Empresariais.
- iv. Quanto ao número de vagas, a Saúde (11,1%), as Ciências Sociais e do Comportamento (10,1%) e a Engenharia (9,6%) seguem-se às Ciências Empresariais.
- v. A importância relativa das Ciências Empresariais, Saúde, Engenharia e Ciências Sociais e do Comportamento evidencia-se, de forma mais relevante, em termos de estudantes inscritos, concentrando as 4 áreas cerca de 200 mil estudantes, valor superior a metade do total nacional (52%).
- vi. Artes e Humanidades é uma área que, embora integrando o grupo de maior oferta do sistema, oferece, comparativamente, menos vagas do que as restantes acima enumeradas, sendo assim o seu peso relativo maior em termos de ciclos de estudos do que de vagas.
- vii. Direito (cnaef 380) destaca-se pela sua dimensão, ao nível das vagas, integrando, nesta variável, o grupo das áreas de maior dimensão.
- viii. Arquitectura e Construção (cnaef 58), Artes (cnaef 21) e Formação de Professores/Formadores e Ciências da Educação (cnaef 14) correspondem, por seu turno, a um segundo grupo de dimensão relevante, ao nível dos estudantes inscritos, em 2010/2011.

Quadro 21: A oferta de ciclos de estudos por áreas CNAEF

CNAEF	Descrição	Ciclos de Estudo		Vagas		Estudantes 2009/10		Estudantes 2010/11	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
14	Formação de professores/formadores e ciências da educação	428	10,1	14182	9,1	19507	5,2	20679	5,5
21	Artes	341	8,1	10860	7,0	21624	5,7	22240	5,9
22	Humanidades	300	7,1	7626	4,9	12633	3,3	12951	3,4
31	Ciências sociais e do comportamento	425	10,1	15692	10,1	37472	9,9	36451	9,7
32	Informação e jornalismo	82	1,9	3145	2,0	7736	2,0	7473	2,0
34	Ciências empresariais	507	12,0	23971	15,4	60658	16,1	57414	15,2
38	Direito	93	2,2	8668	5,6	18366	4,9	18520	4,9
42	Ciências da vida	166	3,9	4496	2,9	10781	2,9	10340	2,7
44	Ciências físicas	161	3,8	3572	2,3	6753	1,8	6635	1,8
46	Matemática e Estatística	67	1,6	1419	0,9	2486	0,7	2375	0,6
48	Informática	116	2,7	3980	2,6	7768	2,1	7713	2,0
52	Engenharia e técnicas afins	382	9,0	14931	9,6	52712	14,0	53025	14,1
54	Indústrias transformadoras	81	1,9	2029	1,3	4281	1,1	4173	1,1
58	Arquitectura e construção	144	3,4	6769	4,3	27319	7,2	25794	6,8
62	Agricultura, silvicultura e pescas	71	1,7	1772	1,1	3562	0,9	3428	0,9
64	Ciências veterinárias	17	0,4	753	0,5	3471	0,9	3476	0,9
72	Saúde	408	9,7	17290	11,1	52314	13,9	52640	13,9
76	Serviços sociais	89	2,1	3444	2,2	7601	2,0	7538	2,0
81	Serviços pessoais	163	3,9	6830	4,4	15642	4,1	15919	4,2
84	Serviços de transporte	17	0,4	450	0,3	597	0,2	681	0,2
85	Protecção do ambiente	88	2,1	2432	1,6	5195	1,4	4978	1,3
86	Serviços de segurança	76	1,8	1580	1,0	2912	0,8	2946	0,8
TOTAL		4222	100	155891	100	381390	100	377389	100

Para todo o sistema, as áreas com menor significado, quer no número de ciclos de estudos que oferecem, quer nos respectivos contingentes de vagas, são as Ciências Veterinárias (cnaef 64) e os Serviços de Transporte (cnaef 84).

Entre os dois grupos antes descritos, as restantes áreas de formação apresentam valores intermédios, oscilando entre 4,3% e 1,8% dos ciclos de estudos e 4,5% e 0,8% das vagas.

Uma análise das diferenças entre a oferta pública e a privada mostra que estas são significativas em relação às áreas de ensino e formação onde a oferta pública é maior e mais diversificada, apresentando-se a oferta privada com menor dimensão na sua globalidade e mais concentrada em áreas específicas, o que evidencia uma maior especialização (Figura 13 a Figura 15).

- i. As áreas de maior oferta, anteriormente referidas, são aquelas em que a oferta privada também assume maior significado. No entanto, as Engenharias são uma exceção, sendo a oferta privada significativamente menor que a pública.
- ii. Direito (cnaef 38), Informação e Jornalismo (cnaef 32) e Serviços Sociais (cnaef 76), não sendo as áreas de maior oferta no sector privado, são, porém, aquelas onde a oferta privada se aproxima da pública e podem ser apontadas como áreas de especialização das instituições de ensino superior privado.

Ciências da Vida, Ciências Físicas, Matemática e Estatística, Indústrias Transformadoras, Agricultura, Silvicultura e Pescas, Ciências Veterinárias, Serviços de Transporte, Protecção do Ambiente e Serviços de Segurança têm uma oferta privada muito inferior à do sector público, sendo mesmo nula em alguns casos.

Figura 13: Ciclos de estudos por área de ensino e formação CNAEF: público/ privado

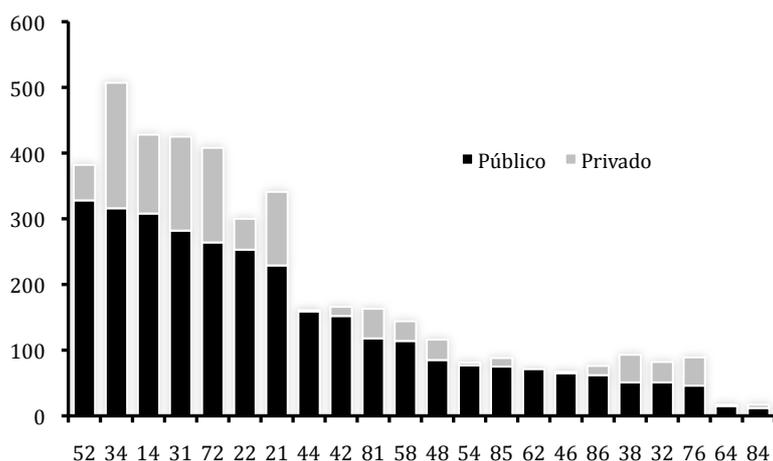


Figura 14: Vagas por área de ensino e formação CNAEF: público/ privado

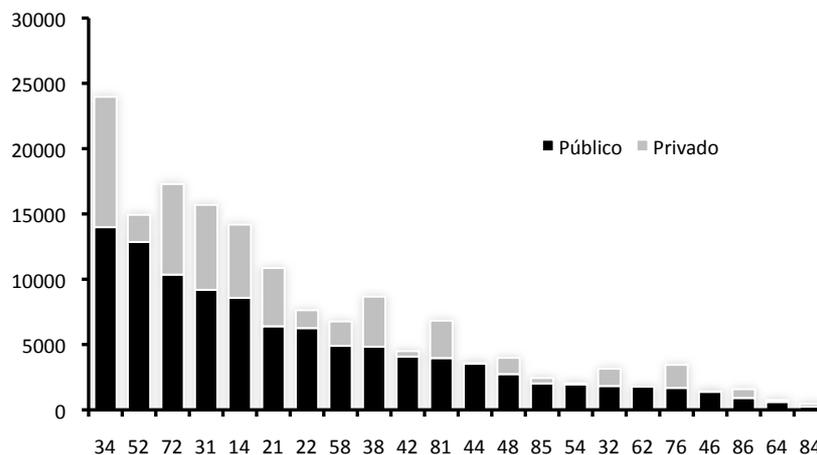
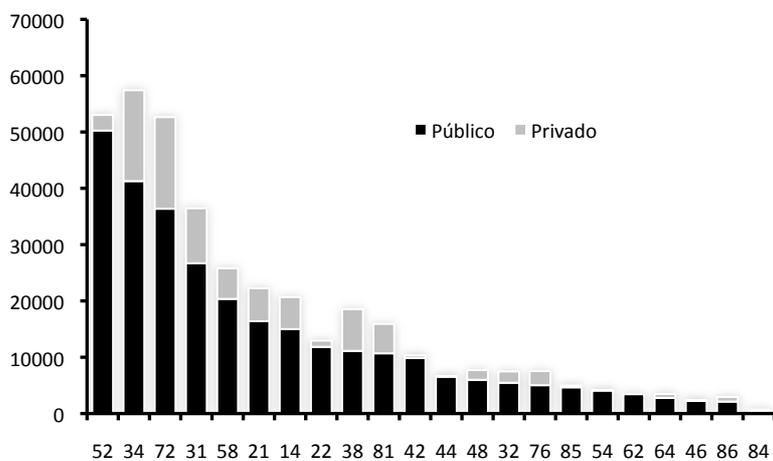


Figura 15: Estudantes inscritos 2010/11 por área de ensino e formação CNAEF: público/ privado



A oferta de ciclos de estudos nas universidades e nos institutos politécnicos tem uma distribuição distinta, por áreas de formação, como seria de esperar, atendendo às diferentes naturezas e missões (Figura 16 a Figura 18).

Algumas áreas CNAEF incluem diferentes tipos de ciclos de estudos de oferta exclusiva de universidades ou de politécnicos, pelo que a análise da distribuição relativa terá de ser feita com cuidado. A análise pormenorizada das áreas CNAEF permitirá identificar o tipo de ciclos de estudos em que estas tendências assumem maior dimensão como, por exemplo, a Enfermagem na área da Saúde e outras.

Figura 16: Ciclos de estudos por área de ensino e formação CNAEF:
universidades/ institutos politécnicos

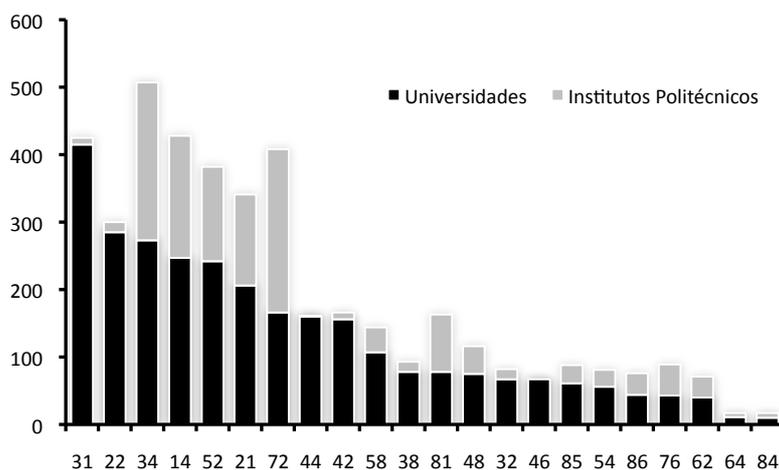
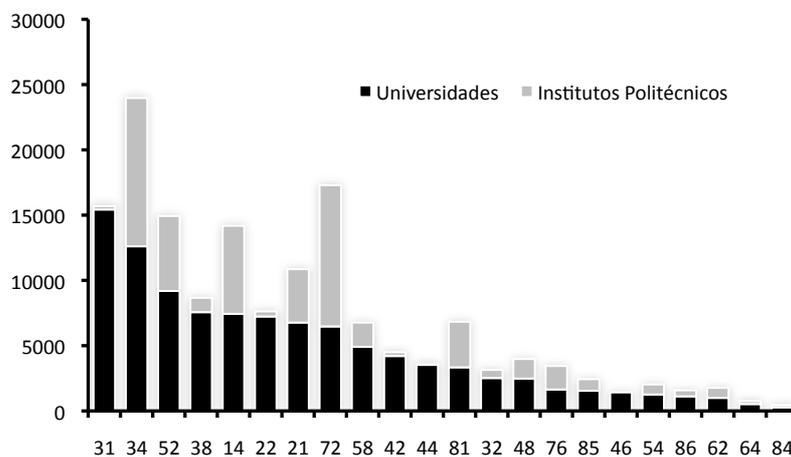


Figura 17: Vagas por área de ensino e formação CNAEF:
universidades/ institutos politécnicos



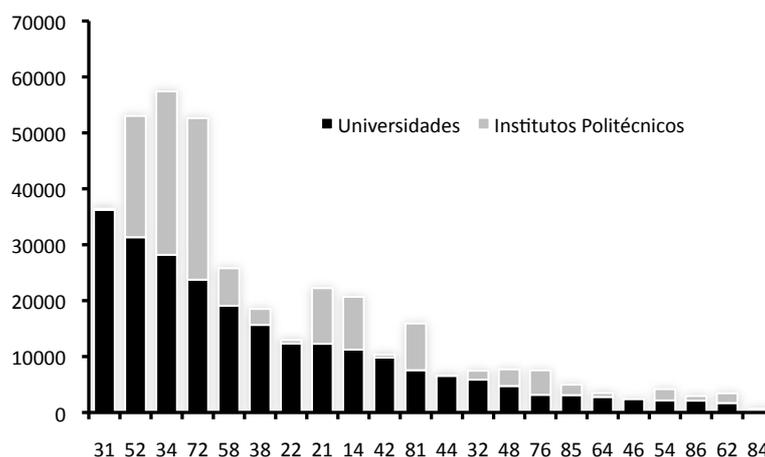
Saúde (cnaef 72) de forma muito significativa, Serviços Pessoais (cnaef 81) e Serviços Sociais (cnaef 76), com uma pequena diferença, são as únicas onde se regista um peso do ensino politécnico superior ao universitário.

Ciências Empresariais (cnaef 34), a área de maior número de ciclos de estudos, é oferecida pelos dois tipos de instituições de forma aproximadamente igual, o que evidencia, de certa forma, a tendência para uma “aproximação” relativa entre o peso dos dois tipos de ensino. São poucas as áreas onde essa situação se verifica, já que a oferta das universidades se encontra, regra geral, distribuída de forma mais equilibrada.

Matemática e Estatística, Ciências Físicas, Ciências da Vida, Humanidades e Ciências Sociais e do Comportamento são as áreas de maior especialização das universidades, face aos institutos politécnicos.

Ciências Sociais e do Comportamento que, por seu turno, inclui ciclos de estudos de Psicologia, Sociologia, Ciência Política e Economia, tem uma oferta quase exclusivamente universitária.

Figura 18: Estudantes inscritos 2010/11 por área de ensino e formação CNAEF: universidades/ institutos politécnicos



A distribuição dos ciclos de estudos por tipos de graus – licenciatura, mestrado integrado, mestrado e doutoramento – põe em evidência a tendência dos últimos anos para o aumento significativo do número de mestrados, no âmbito da adequação do sistema de ensino superior ao processo de Bolonha (Figura 19 a Figura 21).

Formação de Professores/Formadores e Ciências da Educação destaca-se como sendo a área em que o peso relativo dos mestrados é superior, em todo o sistema, facto que se prende com a alteração legislativa relativa à profissionalização dos professores dos ensinos básico e secundário.

O número de vagas e o número de estudantes, em todo o sistema, é, porém, superior nas licenciaturas, como aliás seria de esperar, ainda que tendencialmente continue a aumentar nos cursos de mestrado.

Os doutoramentos representam, ainda, o segmento mais pequeno da oferta formativa do sistema.

As áreas onde os doutoramentos assumem maior dimensão são, por ordem decrescente da oferta de ciclos de estudos, as Humanidades, as Ciências Sociais e do Comportamento e a Engenharia. Ao nível dos estudantes inscritos em doutoramentos destacam-se, porém, para além destas áreas, a Saúde, as Ciências da Vida e as Ciências Físicas. O aumento da oferta de ciclos de estudos na pós-graduação – mestrados e doutoramentos – está a ser levado a cabo de forma dominante pelas universidades públicas.

Figura 19: Ciclos de estudos por área de ensino e formação CNAEF por graus

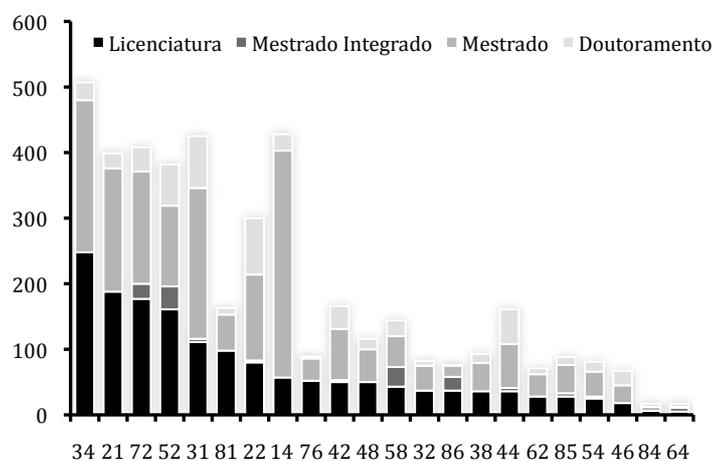


Figura 20: Vagas por área de ensino e formação CNAEF por graus

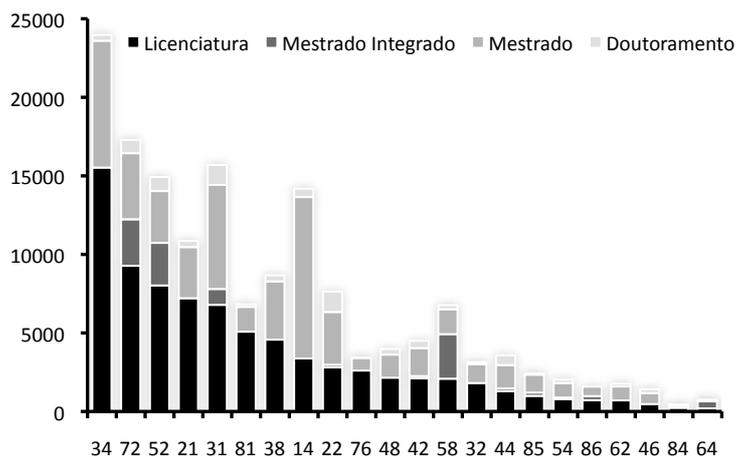
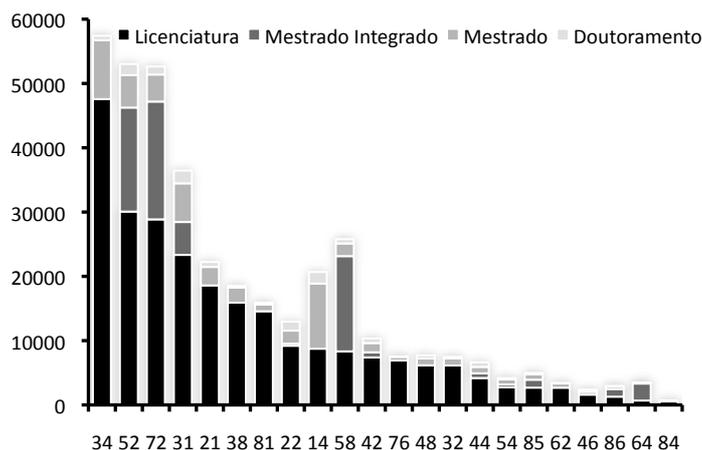


Figura 21: Estudantes inscritos 2010/11 por área de ensino e formação CNAEF por graus



O perfil de cada tipologia de instituição, segundo as áreas de ensino e formação, pode ser avaliado quando comparado o peso relativo de cada área, na tipologia em relação ao peso médio no sistema.

Para cada uma das variáveis – ciclos de estudos, vagas e estudantes inscritos – foram calculados os valores de cada área, o seu peso relativo e o rácio entre o peso relativo em cada uma das tipologias de instituições e o total do sistema, que se designou por quociente de especialização (ou localização) – QL (Quadro 22 a Quadro 24).

A análise do quociente de especialização é feita em relação ao valor 1; quando o quociente de especialização é superior à unidade, há especialização, caso contrário, não há, estando a variável sub-representada, nas respectivas tipologias de instituições e áreas CNAEF em relação ao valor médio do sistema.

O somatório dos três quocientes de especialização constitui o que se designou por quociente de especialização global, cujo significado tem de ser visto em relação ao valor 3; a especialização das tipologias de instituições, nas áreas CNAEF, ocorre, agora, para os valores superiores a 3.

Nos quadros 22 a 24 foram assinalados (*bold*) os valores dos quocientes de especialização (QL) superiores à unidade que indicam uma maior especialização face ao padrão médio, em cada uma das variáveis:

- i. Nas universidades públicas existe um maior equilíbrio.
- ii. A maior especialização das universidades públicas, face à média, regista-se nas Ciências Físicas, Matemática e Estatística, Ciências da Vida e Humanidades.

- iii. Nos institutos politécnicos públicos, os valores mais altos do QL registam-se na área de Agricultura, Silvicultura e Pescas e nos Serviços Sociais.
- iv. Nas universidades privadas há uma concentração num número mais reduzido de áreas, o que acaba por se reflectir nos valores dos quocientes de especialização, destacando-se Direito como a área com o valor mais elevado.
- v. Para além da forte especialização em Direito, as universidades privadas têm ainda como pontos fortes, Ciências Sociais e do Comportamento, Informação e Jornalismo e Serviços Sociais.
- vi. Os institutos politécnicos privados restringem a sua oferta a um número reduzido de áreas de educação e formação o que lhe confere, de imediato, um perfil de forte especialização num número reduzido de áreas.
- vii. São pontos fortes dos institutos politécnicos privados ou áreas de forte especialização, Saúde e Formação de Professores/Formadores e Ciências da Educação.

No Quadro 25, por seu turno, foram assinalados os valores do quociente de especialização global superiores a 3 e que reforçam as conclusões anteriores sobre a especialização de cada tipologia de instituição de ensino superior:

- i. As áreas de especialização das universidades públicas, onde o quociente de especialização global apresenta o valor máximo de 6,2, são, por ordem decrescente de importância, Matemática e Estatística (cnaef 46), Ciências Físicas (cnaef 44), Ciências da Vida (cnaef 42), Humanidades (cnaef 22), Ciências Sociais e do Comportamento (cnaef 31), Indústrias Transformadoras (cnaef 54), Engenharia e Técnicas Afins (cnaef 52), Agricultura, Silvicultura e Pescas (cnaef 62), Ciências Veterinárias (cnaef 64) e Protecção do Ambiente (cnaef 85);
- ii. Nas universidades públicas registam um quociente de especialização igual a 3, isto é, igual à média do sistema, as áreas de Informação e Jornalismo (cnaef32) e Direito (cnaef38);
- iii. Nos institutos politécnicos públicos o valor máximo do quociente de especialização global não regista valores superiores a 5.5, com um conjunto de 13 áreas com valores superiores a 3;
- iv. Para além da Agricultura, Silvicultura e Pescas (cnaef 62) e Serviços Sociais (cnaef 76) há assim um vasto conjunto de áreas de especialização dos institutos politécnicos públicos que, quando são analisadas separadamente as 3 variáveis – ciclos de estudos, vagas e estudantes inscritos – não se evidencia claramente, aqui se incluindo Serviços Pessoais (cnaef 81), Indústrias Transformadoras (cnaef 54), Ciências Empresariais (cnaef 34), Engenharia e Técnicas Afins (cnaef 52), Saúde (cnaef 72), Serviços de Transporte (cnaef 84), Protecção do Ambiente (cnaef 85), Artes (cnaef 21), Ciências Veterinárias, Informática (cnaef 48) e Arquitectura e Construção (cnaef 58);

- v. As universidades privadas apresentam a maior especialização global em Direito (cnaef 38), com um quociente de especialização global de 6,4, seguindo-se, com valores inferiores, as Ciências Sociais e do Comportamento (cnaef 31), Informação e Jornalismo (cnaef 32), Serviços Sociais (cnaef 76), Serviços de Transporte (cnaef 84), Artes (cnaef 21), Arquitectura e Construção (cnaef 58), Serviços Pessoais (cnaef 81), Serviços de Segurança (cnaef 86) com um quociente de especialização global de 3,2.
- vi. Os institutos politécnicos privados apresentam os valores mais elevados dos quocientes de especialização global, com 8,7 para a Saúde (cnaef 72) e 7,1 para a Formação de Professores/Formadores e Ciências da Educação (cnaef 14). No total, os institutos politécnicos privados registam quocientes de especialização global superiores a 3, em 8 áreas CNAEF. Para além das já enumeradas, incluem-se aqui, Serviços Sociais (cnaef 76), Serviços Pessoais (cnaef 81), Ciências Empresariais (cnaef 34), Informática (cnaef 48), Serviços de Segurança (cnaef 86) e Serviços de Transporte (cnaef 84).

Quadro 22: Ciclos de estudos por áreas CNAEF, por tipologias de instituições e quocientes de especialização QL(CE)

CNAEF	TOTAL		Universidades Públicas*		I. Politécnicos Públicos*		Universidades Privadas		I. Politécnicos Privados			
	N.º	%	N.º	%	N.º	QL	N.º	%	N.º	QL		
14	428	10,1	198	9,2	0,9	11,2	1,1	49	6,6	0,7	20,3	2,0
21	341	8,1	125	5,8	0,7	10,5	1,3	81	10,9	1,4	8,9	1,1
22	300	7,1	239	11,1	1,6	1,4	0,2	46	6,2	0,9	1	0,3
31	425	10,1	274	12,8	1,3	8	0,8	141	19,1	1,9	2	0,6
32	82	1,9	39	1,8	0,9	1,2	0,6	28	3,8	1,9	3	0,9
34	507	12,0	147	6,8	0,6	17,1	1,4	126	17,0	1,4	65	18,6
38	93	2,2	42	2,0	0,9	9	0,9	36	4,9	2,2	6	1,7
42	166	3,9	144	6,7	1,7	8	0,8	12	1,6	0,4	2	0,6
44	161	3,8	158	7,4	1,9	1	0,1	2	0,3	0,1		
46	67	1,6	65	3,0	1,9			2	0,3	0,2		
48	116	2,7	54	2,5	0,9	3,1	1,1	21	2,8	1,0	10	2,9
52	382	9,0	202	9,4	1,0	12,8	1,4	40	5,4	0,6	14	4,0
54	81	1,9	52	2,4	1,3	2,5	1,3	4	0,5	0,3		
58	144	3,4	78	3,6	1,1	3,7	1,1	29	3,9	1,1	1	0,3
62	71	1,7	40	1,9	1,1	3,1	1,9					
64	17	0,4	9	0,4	1,0	0,6	1,5	2	0,3	0,7		
72	408	9,7	123	5,7	0,6	14,3	1,5	43	5,8	0,6	101	28,9
76	89	2,1	16	0,7	0,4	3,0	1,4	27	3,6	1,7	16	4,6
81	163	3,9	52	2,4	0,6	6,7	1,7	26	3,5	0,9	19	5,4
84	17	0,4	7	0,3	0,8	5	0,5	3	0,4	1,0	2	0,6
85	88	2,1	49	2,3	1,1	2,6	1,3	12	1,6	0,8	1	0,3
86	76	1,8	34	1,6	0,9	2,8	1,6	10	1,4	0,8	4	1,1
TOTAL	4222	100	2147	100	1,0	986	1,0	740	100	1,0	349	100

* Incluindo ensino militar

Quadro 23: Vagas por áreas CNAEF, por tipologias de instituições e quocientes de especialização QL (Vagas)

CNAEF	TOTAL			Universidades Públicas*			I. Politécnicos Públicos*			Universidades Privadas			I. Politécnicos Privados		
	Vagas	%	QL	Vagas	%	QL	Vagas	%	QL	Vagas	%	QL	Vagas	%	QL
14	14182	9,1	5666	8,3	0,9	2910	8,2	0,9	1772	5,2	0,6	3834	21,5	2,4	
21	10860	7,0	3467	5,1	0,7	2931	8,2	1,2	3306	9,7	1,4	1156	6,5	0,9	
22	7626	4,9	5919	8,6	1,8	339	1,0	0,2	1318	3,9	0,8	50	0,3	0,1	
31	15692	10,1	8995	13,1	1,3	192	0,5	0,1	6438	18,9	1,9	67	0,4	0,0	
32	3145	2,0	1321	1,9	1,0	504	1,4	0,7	1200	3,5	1,7	120	0,7	0,3	
34	23971	15,4	6126	8,9	0,6	7861	22,1	1,4	6489	19,1	1,2	3495	19,6	1,3	
38	8668	5,6	4180	6,1	1,1	655	1,8	0,3	3388	10,0	1,8	445	2,5	0,4	
42	4496	2,9	3839	5,6	1,9	238	0,7	0,2	369	1,1	0,4	50	0,3	0,1	
44	3572	2,3	3515	5,1	2,2	25	0,1	0,0	32	0,1	0,0				
46	1419	0,9	1389	2,0	2,2				30	0,1	0,1				
48	3980	2,6	1758	2,6	1,0	978	2,8	1,1	724	2,1	0,8	520	2,9	1,1	
52	14931	9,6	7787	11,4	1,2	5065	14,3	1,5	1404	4,1	0,4	675	3,8	0,4	
54	2029	1,3	1185	1,7	1,3	769	2,2	1,7	75	0,2	0,2	0	0,0	0,0	
58	6769	4,3	3142	4,6	1,1	1759	4,9	1,1	1768	5,2	1,2	100	0,6	0,1	
62	1772	1,1	1001	1,5	1,3	771	2,2	1,9							
64	753	0,5	379	0,6	1,1	224	0,6	1,3	150	0,4	0,9				
72	17290	11,1	4848	7,1	0,6	5507	15,5	1,4	1627	4,8	0,4	5308	29,8	2,7	
76	3444	2,2	453	0,7	0,3	1226	3,4	1,6	1190	3,5	1,6	575	3,2	1,5	
81	6830	4,4	1578	2,3	0,5	2384	6,7	1,5	1763	5,2	1,2	1105	6,2	1,4	
84	450	0,3	120	0,2	0,6	115	0,3	1,1	155	0,5	1,6	60	0,3	1,2	
85	2432	1,6	1197	1,7	1,1	825	2,3	1,5	350	1,0	0,7	60	0,3	0,2	
86	1580	1,0	645	0,9	0,9	262	0,7	0,7	473	1,4	1,4	200	1,1	1,1	
TOTAL	155891	100	68510	100	1,0	35540	100	1,0	34021	100	1,0	17820	100	1,0	

* Incluindo ensino militar

Quadro 24: Estudantes inscritos (2010-11) por áreas CNAEF, tipologias de instituições e quocientes de especialização QL(Inscritos)

CNAEF	TOTAL			Universidades Públicas*			Institutos Polit. Públicos*			Universidades Privadas			Institutos Polit. Privados		
	Inscritos	%	QL	Inscritos	%	QL	Inscritos	%	QL	Inscritos	%	QL	Inscritos	%	QL
14	20679	5,5	0,9	9450	5,1	0,9	5552	5,1	0,9	1800	3,1	0,6	3877	15,0	2,7
21	22240	5,9	0,8	8148	4,4	0,8	8254	7,6	1,3	4144	7,1	1,2	1694	6,5	1,1
22	12951	3,4	1,8	11255	6,1	1,8	590	0,5	0,2	1085	1,9	0,5	21	0,1	0,0
31	36451	9,7	1,5	26524	14,4	1,5	176	0,2	0,0	9717	16,6	1,7	34	0,1	0,0
32	7473	2,0	1,1	3922	2,1	1,1	1548	1,4	0,7	1954	3,3	1,7	49	0,2	0,1
34	57414	15,2	0,6	16836	9,2	0,6	24448	22,4	1,5	11362	19,4	1,3	4768	18,4	1,2
38	18520	4,9	1,0	8813	4,8	1,0	2319	2,1	0,4	6855	11,7	2,4	533	2,1	0,4
42	10340	2,7	1,9	9365	5,1	1,9	511	0,5	0,2	450	0,8	0,3	14	0,1	0,0
44	6635	1,8	2,0	6595	3,6	2,0	39	0,0	0,0	1	0,0	0,0			
46	2375	0,6	2,0	2362	1,3	2,0				13	0,0	0,0			
48	7713	2,0	1,0	3758	2,0	1,0	2233	2,0	1,0	981	1,7	0,8	741	2,9	1,4
52	53025	14,1	1,1	29215	15,9	1,1	21039	19,3	1,4	2125	3,6	0,3	646	2,5	0,2
54	4173	1,1	1,0	2089	1,1	1,0	2011	1,8	1,7	73	0,1	0,1	0	0,0	0,0
58	25794	6,8	1,1	13759	7,5	1,1	6607	6,1	0,9	5323	9,1	1,3	105	0,4	0,1
62	3428	0,9	1,0	1696	0,9	1,0	1732	1,6	1,7						
64	3476	0,9	1,2	2082	1,1	1,2	694	0,6	0,7	700	1,2	1,3			
72	52640	13,9	0,7	18426	10,0	0,7	17952	16,5	1,2	5317	9,1	0,7	10945	42,3	3,0
76	7538	2,0	0,3	1206	0,7	0,3	3829	3,5	1,8	1960	3,3	1,7	543	2,1	1,0
81	15919	4,2	0,5	3930	2,1	0,5	6767	6,2	1,5	3637	6,2	1,5	1585	6,1	1,5
84	681	0,2	0,2	66	0,0	0,2	343	0,3	1,7	248	0,4	2,3	24	0,1	0,5
85	4978	1,3	1,2	2794	1,5	1,2	1863	1,7	1,3	321	0,5	0,4			
86	2946	0,8	1,1	1619	0,9	1,1	507	0,5	0,6	506	0,9	1,1	314	1,2	1,6
TOTAL	377389	100	1,0	183910	100	1,0	109014	100	1,0	58572	100	1,0	25893	100	1,0

* Incluindo ensino militar

Quadro 25: Quociente de especialização global (QLCE + QLVagas + QLEstudantes), por tipologia de ensino

CNAEF	Descrição	Univ. Públicas*		Univ. Privadas		Inst. Polit. Privados	
		Univ. Públicas*	Inst. Polit. Públicas*	Univ. Privadas	Inst. Polit. Privadas	Univ. Públicas*	Inst. Polit. Privados
14	Formação de professores/formadores e ciências da educação	2,8	2,9	1,8	7,1		
21	Artes	2,2	3,8	4,0	3,1		
22	Humanidades	5,1	0,6	2,2	0,1		
31	Ciências sociais e do comportamento	4,1	0,2	5,5	0,1		
32	Informação e jornalismo	3,0	2,0	5,4	0,9		
34	Ciências empresariais	1,8	4,3	3,9	4,0		
38	Direito	3,0	1,2	6,4	1,6		
42	Ciências da vida	5,5	0,6	1,1	0,3		
44	Ciências físicas	6,2	0,1	0,1			
46	Matemática e Estatística	6,2	0,0	0,3			
48	Informática	2,9	3,2	2,7	3,6		
52	Engenharia e técnicas afins	3,4	4,3	1,3	1,0		
54	Indústrias transformadoras	3,6	4,7	0,6			
58	Arquitectura e construção	3,2	3,1	3,7	0,3		
62	Agricultura, silvicultura e pescas	3,4	5,5				
64	Ciências veterinárias	3,4	3,5	2,9			
72	Saúde	1,9	4,1	1,7	8,7		
76	Serviços sociais	1,0	4,8	5,0	4,7		
81	Serviços pessoais	1,7	4,7	3,6	4,3		
84	Serviços de transporte	1,6	4,1	4,9	3,1		
85	Protecção do ambiente	3,4	4,0	1,9	0,4		
86	Serviços de segurança	2,9	2,9	3,2	3,3		
TOTAL		3,0	3,0	3,0	3,0		

* Incluindo ensino militar

10. A DEPENDÊNCIA DAS LICENCIATURAS – PRIMEIRA ENTRADA NO SISTEMA

A estrutura do sistema de ensino superior segundo os graus dos ciclos de estudos – licenciatura, mestrado e doutoramento – não está apenas condicionada pela relação entre a procura e oferta mas, também, pela natureza das instituições, da sua localização e, acima de tudo, da capacidade em termos de recursos humanos, ao nível do corpo docente, investigadores e do potencial científico e recursos técnicos e tecnológicos para oferecer formações mais ou menos avançadas. As universidades públicas e, dentro destas, as de maior dimensão, dispõem de centros de investigação e desenvolvem uma investigação científica mais intensiva e avançada que a generalidade das outras instituições. Em conformidade com isso, têm vindo a alargar e diversificar o seu leque de oferta formativa, posicionando-se com particular destaque na oferta de mestrados e doutoramentos.

Enquanto que o acesso às licenciaturas e aos mestrados integrados se encontra regulado pelo regime de *numerus clausus*, associado a um processo centralizado de alocação de vagas, no caso do sistema público, o acesso aos ciclos de estudos de mestrado e doutoramento é feito directamente nas instituições que recrutam os seus próprios estudantes. Os estudantes candidatam-se directamente às instituições onde pretendem inscrever-se nesses ciclos de estudos, cujos critérios podem variar, ainda que dentro de certos limites legais.

Neste contexto, a dependência das instituições em relação às licenciaturas pode constituir um bom indicador da sustentabilidade das instituições, já que a mesma não depende apenas da capacidade de captar estudantes mas, também, de os conservar ou manter ao longo dos diferentes ciclos.

Com vista à avaliação dessa dependência, foram desenvolvidos dois indicadores correspondentes, respectivamente, aos rácios entre os estudantes inscritos em licenciaturas e o total dos estudantes inscritos, e entre as vagas nas licenciaturas e o total de vagas.

Inicialmente, consideraram-se as licenciaturas e os mestrados integrados. Contudo, como existem instituições privadas, de natureza universitária, que não oferecem doutoramentos e os únicos mestrados que oferecem são mestrados integrados, os resultados eram distorcidos e levavam a conclusões irreais. Assim e uma vez que apenas essas instituições são afectadas pelos resultados, optou-se por considerar só as licenciaturas.

No cálculo dos indicadores não foram tidas em conta as instituições de ensino superior militares nem a Universidade Aberta, já que nestas, o acesso não é abrangido pelo sistema central de alocação das vagas.

Territorialmente, as variações dos indicadores sugerem o reforço da tendência para a polarização nos actuais pólos urbanos que já concentram o maior número de instituições, vagas e estudantes.

10.1. DEPENDÊNCIA DAS LICENCIATURAS (L1) POR ESTUDANTES INSCRITOS

Este indicador mede o rácio entre o total de estudantes inscritos nas licenciaturas (L1) e o total de estudantes inscritos em todos os ciclos de estudos das respectivas instituições. Quanto maior o valor do indicador maior será a dependência de determinada instituição relativamente à procura ao nível dos graus de ensino de licenciatura:

$$I_{IT} = \frac{\text{Inscritos (L1)}}{\text{Total Inscritos}}$$

Quadro 26: I_IT mínimo, máximo e média

	I_IT
Mínimo	0,03
Máximo	1
Média	0,80

Quadro 27: Número de IES por intervalo de valores de I_IT

Tipos de IES		Número de IES	I_IT		
			≤ 0,80	>0,80 < 1	= 1
Público	Universitário	12	12		
	Politécnico	25	1	22	2
Privado	Universitário	39	23	11	5
	Politécnico	49	9	18	22
TOTAL		125	45	51	29

Quadro 28: I_IT mínimo, máximo e média, por tipologias de IES

Tipos de IES		I_IT (Min.)	I_IT (Max.)	I_IT (Média)
Público	Universitário	0,34	0,72	0,51
	Politécnico	0,71	1	0,89
Privado	Universitário	0,03	1	0,70
	Politécnico	0,31	1	0,90

Quadro 29: Percentagem de IES por intervalo de valores de I_IT

Tipos de IES		% face ao total de IES em cada tipologia			Total %
		$\leq 0,80$	$>0,80 < 1$	$= 1$	
Público	Universitário	100,0			100
	Politécnico	4,0	88,0	8,0	100
Privado	Universitário	59,0	28,2	12,8 ⁴	100
	Politécnico	18,4	36,7	44,9	100

Verifica-se que em todas as tipologias de instituições de ensino superior existe uma forte dependência relativamente às licenciaturas, o que seria de esperar na medida em que estas representam o maior segmento de vagas e o maior contingente de estudantes inscritos (66% do total de estudantes, em 2011). Não obstante, existem comportamentos diferenciados entre as diferentes tipologias.

O ensino público é aquele que apresenta menor dependência face às licenciaturas, sendo o valor médio para o ensino universitário público de 0,51 (Quadro 28), o mais baixo de todo o sistema. Em contrapartida é no ensino privado que se registam, em média, as maiores dependências face às licenciaturas (Quadro 27 a 29).

A distribuição das instituições de ensino superior por 3 grandes grupos, valores abaixo da média ($\leq 0,80$), acima da média ($> 0,80$ e < 1) e iguais a 1 (i.e. uma total dependência face às licenciaturas), permite reforçar a ideia anterior (Quadro 27 e Quadro 29). De facto, a totalidade das instituições de ensino superior universitário público registam valores abaixo da média global neste indicador, evidenciando uma oferta mais diversificada face à procura dos diferentes graus de ciclos de estudo.

A maior dependência do ensino politécnico público, com 88% das respectivas instituições a apresentarem valores acima da média, poderá ser em parte explicado pelo facto de não existir oferta do grau de doutoramento nesta tipologia, desencorajando os estudantes de ali prosseguirem para o mestrado, optando pela transferência para a universidade. Este valor, demasiado elevado face à média parece indicar, indirectamente que a oferta de mestrados, nesta tipologia, não tem a procura desejada.

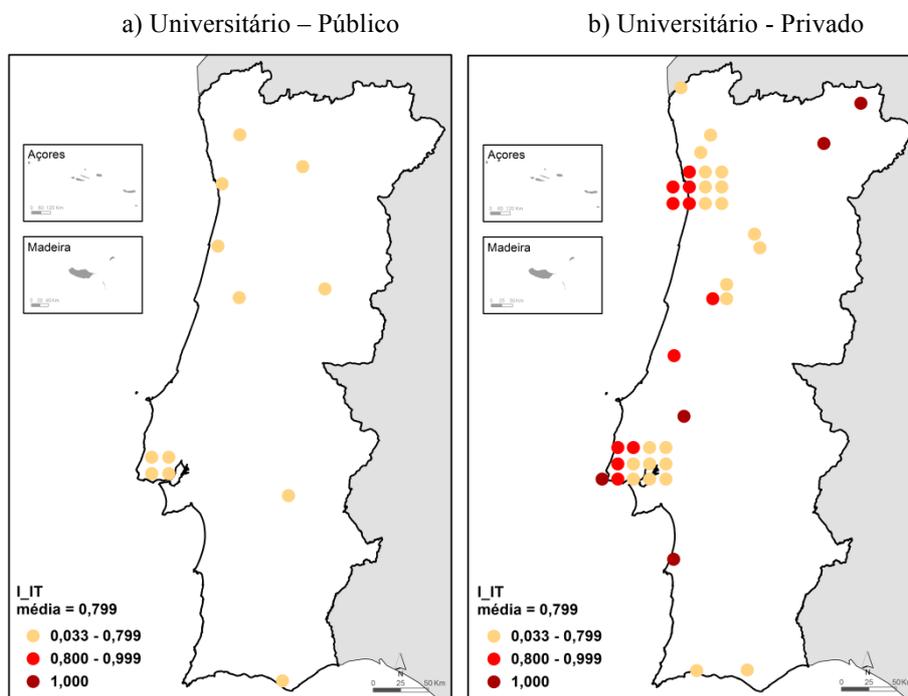
O sector privado revela, no seu conjunto, uma maior dependência face às licenciaturas, sendo esta total no que diz respeito a cerca de 45% das instituições privadas e ensino politécnico. A expressão territorial deste indicador permite-nos constatar que (Quadro 29 e Figura 22):

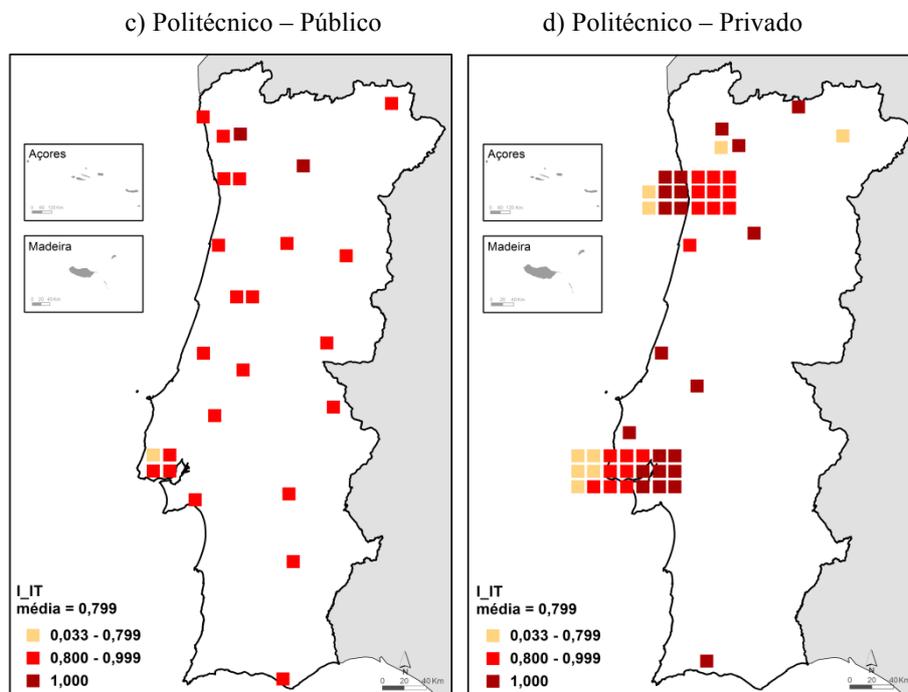
- i. A totalidade das universidades públicas não estão dependentes das licenciaturas.

⁴ Este valor (teoricamente impossível) corresponde a um pequeno conjunto de instituições que não oferecem doutoramentos e os únicos mestrados que oferecem são mestrados integrados.

- ii. No sistema politécnico público a generalidade das instituições apresenta valores superiores à média global.
- iii. É exceção, nos institutos politécnicos públicos, a Escola Superior de Enfermagem de Lisboa com valor inferior à média, isto é, com menor dependência das licenciaturas.
- iv. O ensino politécnico das universidades de Trás-os-Montes e Alto Douro e do Minho regista, porém, uma total dependência das licenciaturas ($I_{IT} = 1$), o que não será de estranhar uma vez que as instituições dispõem de unidades orgânicas (de ensino universitário) melhor posicionadas para oferecer pós-graduações.
- v. No ensino universitário privado a totalidade das instituições com total dependência das licenciaturas ($I_{IT} = 1$) localiza-se fora dos grandes centros urbanos, à exceção da Spesi – Sociedade de Promoção do Ensino Superior Imobiliário, de Lisboa.
- vi. O sistema politécnico privado regista, mesmo nos grandes centros urbanos, uma forte dependência das licenciaturas, destacando-se, fora destes centros, as exceções do Instituto Piaget – Nordeste, a Fedrave em Aveiro e a Escola Superior Artística do Porto localizada em Guimarães, com uma menor dependência.

Figura 22: I_{IT} por tipologias de IES





10.2. DEPENDÊNCIA DAS LICENCIATURAS POR OFERTA DE VAGAS

Este indicador mede o rácio entre as vagas nas licenciaturas (L1) e o total de vagas nas respectivas instituições. Quanto maior o valor do indicador, maior será a dependência de determinada instituição relativamente à oferta ao nível dos graus de ensino de licenciatura:

$$V_VT = \frac{VAGAS(L1)}{Total\ de\ Vagas}$$

Quadro 30: V_VT mínimo, máximo e média

	V_VT
Mínimo	0,21
Máximo	1
Média	0,69

Quadro 31: Número de IES por intervalo de valores de V_VT

Tipos de IES		Número de IES	V_VT		
			≤ 0,69	>0,69 < 1	= 1
Público	Universitário	12	12		
	Politécnico	25	9	14	2
Privado	Universitário	39	24	10	5
	Politécnico	49	16	14	19
TOTAL		125	61	38	26

Quadro 32: V_VT mínimo, máximo e média, por tipologias de IES

Tipos de IES		I_IT (Min.)	I_IT (Max.)	I_IT (Média)
Público	Universitário	0,22	0,43	0,31
	Politécnico	0,50	1	0,73
Privado	Universitário	0,21	1	0,65
	Politécnico	0,31	1	0,80

Quadro 33: Percentagem de IES por intervalo de valores de V_VT

Tipos de IES		% face ao total de IES em cada tipologia			Total %
		≤ 0,69	>0,69 < 1	= 1	
Público	Universitário	100			100
	Politécnico	36,0	56,0	8,0	100
Privado	Universitário	61,5	25,6	12,8	100
	Politécnico	32,7	28,6	38,8	100

De uma forma geral, os resultados deste indicador vêm reforçar as conclusões da análise anterior do índice de dependência das licenciaturas por estudantes inscritos.

As universidades públicas são as que apresentam menor dependência face à oferta do grau de licenciatura. Por oposição, é o ensino politécnico dos sub-sistemas público e privado (Quadro 32) o que apresenta os valores mais elevados no presente indicador.

A percentagem de instituições com valores abaixo da média ($\leq 0,69$), acima da média ($> 0,69 < 1$) e igual a 1 (i.e. uma total dependência face às licenciaturas), por tipologia (Quadro 33) põe em evidência os grandes contrastes entre as diferentes tipologias.

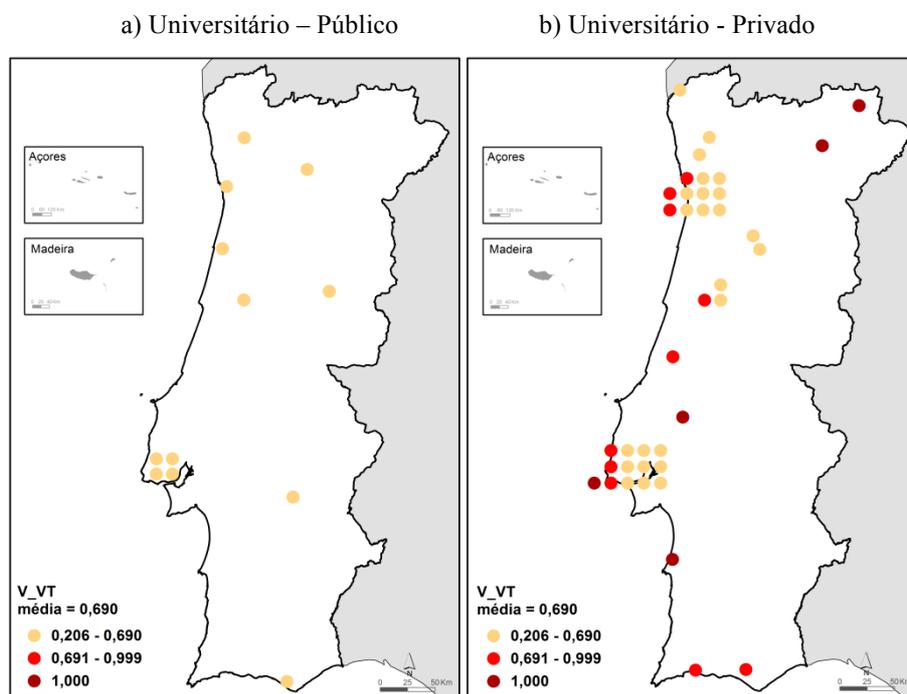
A totalidade das universidades públicas apresentam valores abaixo da média. Os institutos politécnicos, quer públicos, quer privados, registam os valores mais elevados da dependência das licenciaturas.

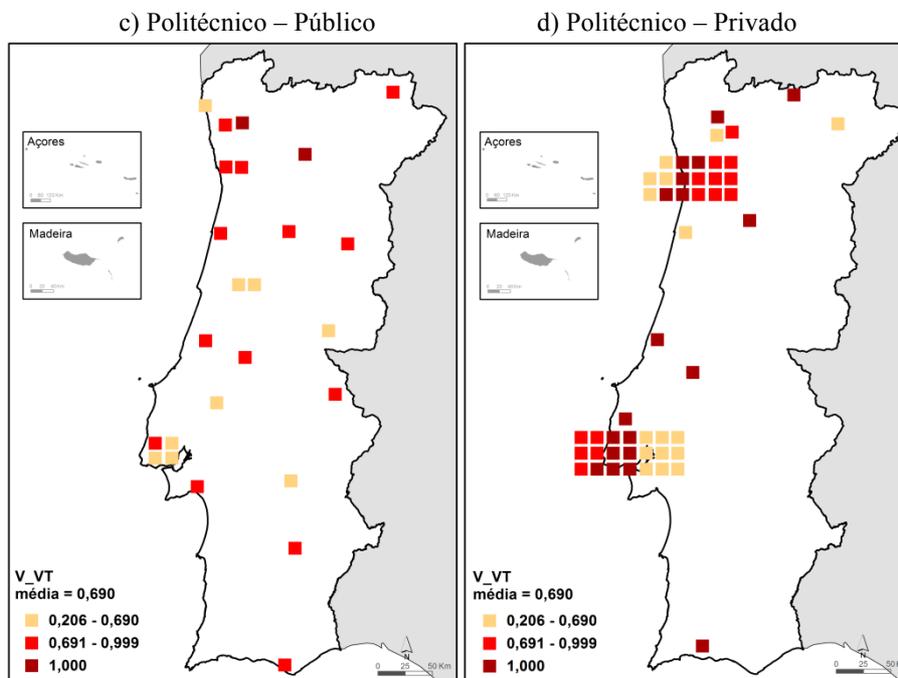
O ensino politécnico público apresenta um maior número de instituições com menor dependência das licenciaturas ao nível das vagas do que dos inscritos o que leva a concluir que os mestrados nestas instituições, estarão sobredimensionados (Figura 23).

Também as instituições privadas em geral, incluindo as universidades privadas, deixam evidenciar sobredimensionamento na oferta de pós-graduações já que, a partir deste indicador, é possível inferir que os mestrados e doutoramentos em funcionamento não têm estudantes suficientes, tendo em conta o indicador anterior, com base nos estudantes inscritos. Com efeito, ao nível da oferta dos vários graus de ciclos de estudos, parece existir uma oferta diversificada, embora a mesma não tenha total correspondência por parte da procura.

Com base nestes indicadores, pode inferir-se, também, que há oferta de vagas em instituições fora dos grandes centros urbanos para as quais não existe procura suficiente.

Figura 23: V_VT por tipologias de IES





Estas afirmações podem ser clarificadas do seguinte modo: uma grande dependência das instituições em relação às licenciaturas em termos de alunos inscritos significa que há um grande predomínio dos alunos de primeiro ciclo (e mestrado integrado) em relação ao total dos alunos, ou seja, a presença de alunos de pós-graduação (mestrado e doutoramento) é pequena.

Uma grande dependência das instituições em relação às licenciaturas em termos de vagas significa que há um grande predomínio das vagas dos primeiros ciclos (e mestrados integrados) em relação ao total do número de vagas, ou seja, a oferta de ciclos de estudos de pós-graduação (mestrado e doutoramento) é pequena.

O facto de a dependência de uma instituição ser maior em termos de alunos do que em termos de vagas mostra, naturalmente, um menor preenchimento das vagas oferecidas nas pós-graduações.

11. O ACESSO 2011/12

O acesso ao ensino superior em Portugal é regulado por um sistema de *numerus clausus* extensivo à totalidade do sistema, incluindo todos os ciclos de estudos de licenciatura e mestrados integrados, nas instituições públicas e privadas, universidades e institutos politécnicos. O número de vagas por ciclo de estudos é aprovado a nível central, pela DGES⁵.

A entrada no primeiro ano dos ciclos de estudos de licenciatura e mestrados integrados do sub-sistema público realiza-se por um processo centralizado de alocação de candidatos pelas vagas, em função de 6 preferências indicadas pelos mesmos e tendo em conta as classificações de candidatura, calculadas de acordo com as condições de acesso para cada par de curso/instituição.

O presente estudo utilizou a base de dados do acesso, da responsabilidade da DGES e tem em conta apenas a informação quantitativa ali contida. A metodologia aplicada no tratamento dessa informação consistiu no desenvolvimento de indicadores, a partir dos quais foi possível inferir conclusões que permitem compreender o processo global do acesso para além da informação quantitativa. Algumas conclusões de carácter qualitativo serão, apenas, hipóteses explicativas, baseadas na informação quantitativa.

Os factores que determinam as escolhas dos estudantes e o seu comportamento face ao acesso têm sido estudados e investigados e envolvem uma vasto leque de parâmetros (Koucky, Bartusek, & Kovarovic, 2010; Fonseca, 2011; Tavares, 2010; Teixeira *et al*, 2009).

Do leque de parâmetros que condicionam as escolhas dos estudantes, é possível identificar os seguintes, sem que a ordem pela qual se apresentam corresponda, sempre, a uma ordem decrescente de importância:

- i. Capacidade financeira para frequentar o ensino superior, incluindo possibilidade de obtenção de bolsa de estudo ou recurso ao crédito/empréstimos.
- ii. Nota de candidatura.
- iii. Curso/ área científica da preferência do estudante.
- iv. Instituição (reconhecimento, prestígio, etc.) de preferência do estudante.
- v. Proximidade da instituição à residência do estudante ou à localização de menores custos, incluindo a possibilidade financeira de mudança de residência.
- vi. Factores emocionais e outros de carácter social e psicológico, incluindo a propensão e vontade para mudar de residência e sair da casa dos pais/família.

⁵ No âmbito da Acreditação prévia de novos ciclos de estudos, pela Agência, é aprovado um número máximo de vagas para os respectivos ciclos de estudos.

Estes e outros factores mais específicos actuam de forma diferenciada e interferem entre si nas decisões dos estudantes.

A generalidade dos candidatos começa por tomar as suas decisões de candidatura tendo por base a sua nota, considerando as notas do último admitido no concurso de acesso do ano anterior (informação disponível no site da DGES) e eliminando, de imediato, algumas alternativas, incluindo as que seriam de facto as suas preferidas.

Há assim, à partida, todo um comportamento estratégico por parte dos candidatos, nem sempre fácil de identificar nos indicadores globais do acesso. A informação inclui as 6 opções de cada candidato, por ordem de preferência, mas o candidato poderá ter eliminado as combinações que correspondiam de facto às suas primeiras escolhas, por não ter uma nota suficientemente alta para entrar.

Ainda que os dados do concurso nacional do acesso digam respeito apenas ao sub-sistema público, é importante ter presente a oferta privada, nomeadamente nas áreas metropolitanas onde existe grande procura. De facto, não existe no sector privado um sistema similar de concurso nacional permitindo aferir as preferências relativas dos candidatos, sendo apenas possível determinar o número de candidatos que a cada ano lectivo ingressa no sector privado. No entanto, para compreender as decisões dos candidatos quanto à opção pelo curso e instituição em que se inscrevem será necessário recorrer a outro tipo de informação, nomeadamente por meio de inquéritos.

Em relação aos candidatos não colocados que se deslocaram para instituições no estrangeiro não há, naturalmente, informação, nem é possível fazer estimativas verosímeis.

Sumariamente pode dizer-se que, em 2011, como em anos anteriores (CIPES, 2008, 2009, 2010), houve um desajuste entre a oferta e a procura de vagas de acesso ao ensino superior em Portugal, sendo que as diferenças se manifestam a 4 níveis:

- i. Ao nível do total de vagas e candidatos, tendo-se verificado, no ano de 2011, um número superior das primeiras face aos segundos. Há porém, sistematicamente, oscilações anuais, não se podendo afirmar de forma inequívoca que haja, actualmente, excesso de vagas.
- ii. Ao nível institucional, registando-se, globalmente, uma maior preferência dos candidatos pelas universidades em detrimento dos institutos politécnicos.
- iii. Ao nível de áreas de ensino e formação e dos cursos, destacando-se Medicina como a mais procurada e existindo um conjunto de cursos que não registaram qualquer candidatura, ainda que tenham tido estudantes matriculados no final do processo.
- iv. Ao nível territorial, os desequilíbrios reproduzem as assimetrias territoriais do sistema de ensino superior, da distribuição da população e rede urbana e, paralelamente dos potenciais candidatos. Assim, os principais pólos de concentração da oferta correspondem às maiores universidades públicas, e oferecem os cursos mais procurados, nalguns casos de forma exclusiva. Esses pólos correspondem, por seu turno, aos maiores centros urbanos do país, convertendo-se simultaneamente nos pólos da maior oferta e de maior procura. Lisboa, Porto, Coimbra,

Braga e Aveiro, por ordem decrescente de relevância numérica, funcionam, assim, como os pilares do sistema ou a rede estruturante de base que condiciona a mobilidade dos candidatos.

Teoricamente e tendo em conta a grande dispersão da rede de estabelecimentos, por todo o território do Continente, a probabilidade de um candidato se deslocar da sua área de residência seria reduzida, já que ele poderá encontrar na sua proximidade, oferta de ensino superior. Tal não acontece e é possível identificar mobilidade, quer entre localizações, quer entre cursos.

A partir dos dados do acesso é possível fazer algumas aproximações a uma quantificação da potencial mobilidade dos candidatos e estudantes. A mobilidade dos candidatos é, porém, condicionada pelos cursos ou tipo de cursos e instituições da sua preferência.

Com efeito, a probabilidade de um candidato concorrer a uma localização fora da sua área de residência está, antes de mais, condicionada pela existência ou não do curso que pretende frequentar e/ou em certas condições, na sua localização. Há, seguramente, candidatos com objectivos definidos em termos de curso e instituição e dispostos a deslocar-se, desde que tenham a nota de candidatura que lhe permita conseguir uma vaga, assim como os recursos financeiros e a liberdade familiar para o fazer. Mesmo estes, porém, poderão optar, na hora da matrícula, por outra solução, ficando na sua área de residência, no mesmo curso ou noutra alternativo, não se deslocando.

Sem surpresa, Medicina foi em 2011, como em anos anteriores, o curso mais procurado e com uma maior mobilidade potencial por parte dos candidatos.

O concurso nacional de acesso decorre em três fases, nas quais são sucessivamente disponibilizadas as vagas sobranes da fase anterior, para candidatos que, entretanto, tenham conseguido as habilitações necessárias, para concorrer ao ensino superior ou para os colocados nas fases anteriores, que queiram mudar de colocação.

A análise da situação no final da primeira ronda, isto é da primeira fase, considerou 5 situações principais:

- i. Os estudantes colocados na sua primeira opção, na sua área de residência ou fora;
- ii. Os estudantes que ficaram colocados num curso diferente do da sua candidatura para se manterem na mesma instituição;
- iii. Os estudantes que ficaram colocados numa instituição diferente da da sua candidatura para entrar no curso da sua preferência;
- iv. Os estudantes que ficaram colocados num curso e numa instituição diferentes das da sua candidatura;
- v. Os estudantes que não ficaram colocados.

A terceira situação, correspondente aos estudantes que ficaram colocados numa instituição que não a da sua primeira opção, mantendo-se no curso da sua primeira opção, pode constituir um bom indicador da elasticidade dos cursos e foi analisada em função das áreas CNAEF e dos distritos de candidatura.

No concurso nacional de acesso ao ensino superior público de 2011 foram disponibilizadas 53.500 vagas para os ciclos de estudos de licenciatura e mestrado integrado. Registaram-se 46.642 candidatos, na primeira fase (Quadro 34).

O número de candidatos corresponde às primeiras opções. Cada candidato pode ter escolhido, porém, até um máximo de 6 opções de pares de curso/instituição. Nem todos os candidatos conseguem uma vaga na sua primeira opção, tudo dependendo da sua nota de candidatura, a qual, por seu turno, é calculada com base nos exames do 12º ano e nas condições específicas de acesso, de cada par de curso/instituição. Os candidatos colocados podem, assim, ter conseguido uma vaga, numa das suas escolhas que não, necessariamente a primeira.

Ficaram colocados na primeira fase, 42.252, dos 46.642 candidatos, tendo-se matriculado 37.337 dos mesmos. A taxa de ocupação correspondente à percentagem de vagas ocupadas com os estudantes matriculados foi, assim, de 69,79%.

Quadro 34: Caracterização geral do acesso ao ensino superior em Portugal, 2010/11

Vagas	Candidatos	Colocados 1ª Fase	Matriculados 1ª Fase	Matriculados 1ª Opção 1ª Fase	Índice de Força	Taxa de Ocupação	Taxa de Ocupação primeiras opções	Nota Min 1
53500	46642	42252	37337	23083	0,87	69,79	43,15	131,2

Nem todos os candidatos ficaram colocados no curso e instituição que constituía a sua primeira opção. Com efeito, matricularam-se nas suas primeiras escolhas, na primeira fase, 23.083 estudantes, o que corresponde a 62% do total de matriculados.

Os estudantes matriculados nas suas primeiras opções na primeira fase, ocuparam 43% das vagas disponibilizadas. Este valor permite ter uma primeira aproximação à eficiência do sistema ao nível do acesso, mostrando, desde logo, um primeiro desequilíbrio.

Em 2011, o rácio entre os candidatos em primeira opção e as vagas, indicador desenvolvido nos anteriores estudos sobre o acesso, a que se convencionou chamar *índice de força*, foi inferior à unidade (0,87) já que houve menos candidatos que vagas.

Ainda que, globalmente o total de vagas tenha sido, em 2011, superior ao número de candidatos, só menos de metade das primeiras foram preenchidas de acordo com as primeiras preferências dos estudantes colocados.

A oferta não vai, de imediato, ao encontro da procura e o processo de acesso vai acomodando, sucessivamente, os candidatos não colocados na sua primeira preferência, que vão tomando novas decisões, matriculando-se nas suas segundas escolhas ou desistindo do ensino superior público, eventualmente adiando mesmo, para os anos seguintes, o seu ingresso ou saindo para o estrangeiro.

No final das três fases do concurso nacional de acesso, a taxa de ocupação atingiu um valor superior à primeira, com 86,3%, aproximando-se mais dos 100%, como nos anos anteriores. A primeira fase tem, porém, uma importância particular e permite inferir conclusões sobre a organização do sistema de ensino superior, para além do próprio acesso, nomeadamente quanto à atractividade dos ciclos de estudos

e das instituições, da competição pelas vagas e das estratégias dos candidatos para as conseguir, incluindo a sua mobilidade, real ou potencial.

O número de vagas por ciclo de estudos e instituição apresenta uma grande diversidade. Como a organização interna das instituições também varia, com maior ou menor número de unidades orgânicas especializadas, faculdades ou escolas superiores, até estruturas únicas, a análise dos indicadores do acesso deverá ser feita com cuidado e completada com a análise mais pormenorizada, por áreas e instituições.

A distribuição das vagas no sistema público abrangido pelo concurso nacional de acesso é relativamente equilibrada, globalmente, entre universidades e politécnicos.

Embora o número de vagas nas universidades seja pouco superior aos institutos politécnicos, respectivamente com cerca de 54% e 46% das mesmas, os candidatos privilegiaram as universidades que registaram 67% das candidaturas na primeira fase, na primeira opção (Quadro 35). Trata-se de um indicador muito relevante no que diz respeito ao processo de decisão dos candidatos ao ensino superior.

Quadro 35: Vagas e candidatos em 1ª opção, por tipo de ensino

	Vagas	%	Candidatos	%
Universidades	28743	53,73	31411	67,34
Institutos Politécnicos	24757	46,27	15231	32,66
TOTAL	53500	100	46642	100

A maioria dos candidatos consegue colocação na tipologia de ensino a que se candidatou, com 80,4% no ensino universitário e 83,5% no ensino politécnico verificando-se, no entanto, que o número de candidatos a universidades, colocados em institutos politécnicos é superior ao número de candidatos a institutos politécnicos colocados em universidades, como seria de esperar (Quadro 36).

Desde logo, a colocação em universidades é, assim, mais “difícil” do que nos institutos politécnicos, facto que a análise de outros indicadores irá reforçar.

Quadro 36: Candidaturas e colocações por tipo de ensino, na primeira fase, primeira opção do concurso nacional de acesso

Tipologia de candidatura	Tipologia de colocação							
	Universidade Pública		I. Politécnico Público		Não Colocado		Total	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Universidade Pública	25246	80,4	3211	10,2	2954	9,4	31411	100
I. Politécnico Público	1080	7,1	12715	83,5	1436	9,4	15231	100
TOTAL	26326	56,4	15926	34,1	4390	9,4	46642	100

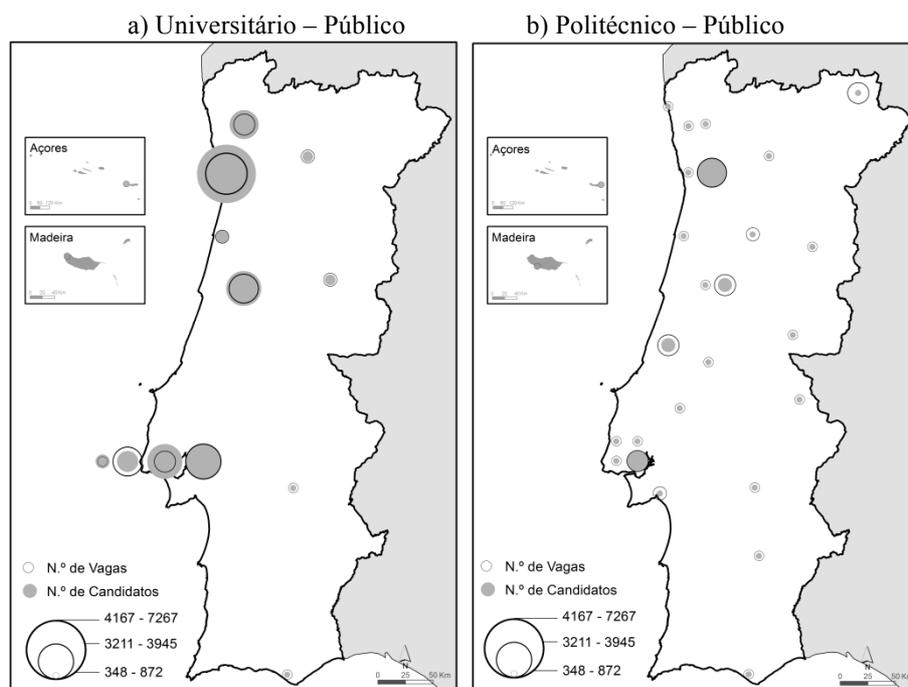
O Quadro 50 no final do livro, identifica, para as instituições, com uma desagregação por unidade orgânica, os indicadores sintéticos do acesso, relativos às

vagas, aos candidatos, colocados e matriculados, na primeira fase do concurso nacional de acesso de 2011, nomeadamente *índice de força*, *taxa de ocupação* e percentagem de vagas preenchidas com primeiras escolhas na primeira fase.

Em relação ao *índice de força* há, fundamentalmente, três situações: um conjunto de instituições regista uma procura, em termos de candidatos em primeiras escolhas na primeira fase, superior ao seu número de vagas, mesmo quando consideradas ambas as variáveis em termos percentuais relativamente ao total nacional; um segundo grupo apresenta valores inferiores à unidade mas acima da média nacional de 0,87, enquanto um terceiro grupo de instituições não atingiu aquele valor médio.

As universidades públicas registam, na maior parte dos casos, uma procura superior às vagas oferecidas, destacando-se a Universidade do Porto como a de maior dimensão, quer nas vagas, quer nos candidatos, sendo a única instituição universitária pública na Área Metropolitana do Porto (Figura 24).

Figura 24: Acesso 2011 – Vagas e candidatos para as IES públicas



Na Área Metropolitana de Lisboa existem 4 instituições universitárias públicas, registando-se um índice de força inferior à unidade em apenas uma delas, a Universidade de Lisboa. As Universidades do Minho, de Coimbra e de Aveiro, esta última de menor dimensão, registam índices de força superiores à unidade.

As restantes universidades públicas do Continente – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Universidade da Beira Interior, Universidade de Évora e Universidade do Algarve - tiveram uma procura inferior à oferta, ainda que tenham

vindo a atingir taxas de ocupação acima da média do sistema, no final do concurso de acesso.

Os institutos politécnicos públicos, em muito maior número de localizações, como já foi referido, registaram, à excepção dos Institutos Politécnicos de Lisboa e Porto, um *índice de força* inferior à média do sistema. Também no caso dos institutos politécnicos se viria a verificar, no final do concurso do acesso, uma melhoria na taxa de ocupação. Tendo em conta que se registou uma redução global do número de candidatos, no concurso de 2011, relativamente aos anos anteriores, verifica-se que os institutos politécnicos foram as instituições mais afectadas.

Relativamente à *taxa de ocupação*, por seu turno, podem-se dividir as instituições em dois grandes grupos, respectivamente com valores superiores ou inferiores à média nacional que, na primeira fase, foi de 69,8%. Tendo em conta os dois indicadores *índice de força* e *taxa de ocupação*, é possível definir 4 grandes grupos de instituições (Figura 25):

- i. Instituições com uma procura em 1ª opção acima da oferta e com uma taxa de ocupação acima da média.
- ii. Instituições em que a procura em 1ª opção de candidatos é inferior à oferta de vagas, mas que atingem uma taxa de ocupação superior à média.
- iii. Instituições com uma procura em 1ª opção acima da oferta, mas com taxas de ocupação inferiores à média.
- iv. Instituições em que o número de candidatos em 1ª opção é inferior ao número de vagas e a taxa de ocupação também fica aquém da média nacional.

As duas primeiras situações (quadrantes I e II) podem caracterizar-se como sustentáveis e, no caso da primeira, de grande potencial de crescimento e dinamismo. As duas últimas situações apresentam fragilidades.

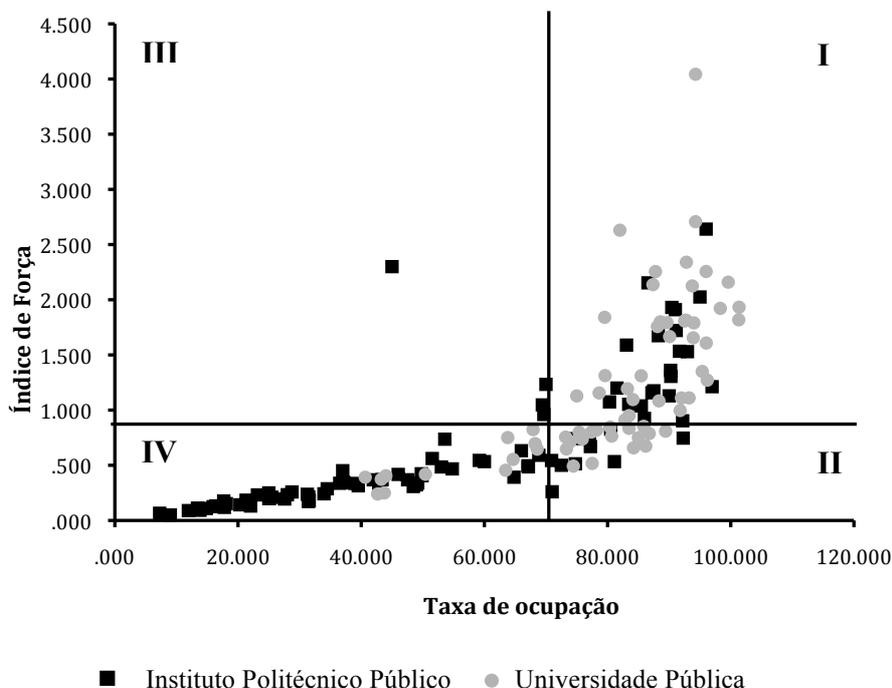
As instituições que, apesar de terem candidatos, não atingem o nível médio da taxa de ocupação, revelam-se vulneráveis enquanto que as segundas revelam incapacidade de se tornarem atractivas para os potenciais candidatos.

No caso das instituições com *índice de força* positivo mas uma *taxa de ocupação* inferior à média – quadrante III – só existe um caso com algum significado, referente à Escola Superior de Enfermagem da Universidade da Madeira; os restantes, poucos, encontram-se muito próximos da média da taxa de ocupação.

O quadrante IV, correspondente a uma situação muito problemática, abrange quase exclusivamente ensino politécnico. São excepções, neste quadrante, unidades orgânicas da Universidade de Lisboa (Instituto de Educação e IGOT), da UTAD (Escola de Ciências Sociais e Humanas), da Universidade de Évora, da Universidade do Algarve e Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa.

É importante registar o *mix* de tipologias de cada quadrante; mesmo no quadrante mais problemático (IV) surgem unidades orgânicas de instituições que, globalmente, têm uma grande procura e um desempenho muito eficiente no processo do acesso.

Figura 25: Instituições de ensino superior por índice de força e taxa de ocupação



Da mesma forma, no quadrante de maior dinamismo (I) surgem unidades orgânicas de diferentes instituições, algumas mais periféricas e com uma menor procura global. Nos dois quadrantes da direita (I e II) dominam as universidades.

Atendendo aos diferentes modelos organizacionais, à diferente natureza das instituições e à diversidade de ciclos de estudos oferecidos, é necessário analisar o acesso por áreas de ensino e formação e de forma regionalizada.

Considerando a desagregação do acesso por áreas cnaef na desagregação a 3 dígitos identificam-se como as 10 áreas mais procuradas, com o maior número de candidatos, em termos absolutos, Gestão e Administração, Medicina, Electrónica e Automação, Enfermagem, Direito, Biologia e Bioquímica, Terapia e Reabilitação, Áudio-Visuais e Produção dos Media, Jornalismo e Reportagem e Psicologia

Com o mais elevado *índice de força e taxas de ocupação* acima da média, isto é, as áreas mais procuradas, em termos relativos, face ao número de vagas, surgem, por ordem decrescente, Medicina, Jornalismo e Reportagem, Ciências Dentárias, Terapia e Reabilitação, Psicologia, Ciências Farmacêuticas, Ciências Empresariais, programas não classificados noutra área de formação, Enquadramento na Organização/Empresa, Construção e Reparação de Veículos a Motor e Enfermagem. Nas 71 áreas cnaef, deste nível de desagregação, registam-se fortes contrastes: em oposição a 16 áreas em que a procura é superior à oferta, existem 55 áreas em que

acontece o contrário, sendo que o desvio padrão para o índice de força é de 0,45 (valor máximo 2,1 e mínimo 0,04. (Quadro 38).

É possível tipificar as principais situações dos candidatos face ao acesso, nomeadamente: 1) candidatos colocados no estabelecimento e curso da 1ª opção, 2) candidatos colocados noutra opção, que mudam de curso para ficar no mesmo estabelecimento da 1ª opção, 3) candidatos colocados noutra opção, que mudam de estabelecimento para ficar no mesmo curso da 1ª opção, 4) candidatos colocados noutra opção, que mudam de estabelecimento e de curso face à 1ª opção e 5) candidatos não colocados) (Quadro 39 a Quadro 41).

Os Quadros 39 a 41 representam, para todas as áreas cnaef, as situações antes descritas para os candidatos que concorreram ao seu distrito de residência – Dentro - (Quadro 39); para os candidatos que concorreram a outro distrito que não o de residência – Fora – (Quadro 40), e o total dos dois anteriores (Quadro 41).

Considerando os resultados da primeira ronda das colocações, verificou-se que cerca de 53 % dos colocados o foram na sua primeira opção (independentemente de se terem ou não matriculado); cerca de 9% ficaram colocados no estabelecimento da sua preferência mas noutro curso que não a 1ª opção; cerca de 7% pelo contrário, mudaram de estabelecimento de colocação mas ficaram no curso da sua primeira opção, 21% ficaram colocados noutro curso e noutro estabelecimento que não a primeira opção e 9,4% não ficaram colocados (Quadro 41).

Estes resultados reflectem, indirectamente, a predisposição dos candidatos para mudarem de curso e de estabelecimento, admitindo que a hierarquia das suas 6 opções traduz essa flexibilidade. Assim, se considerarmos o grau de elasticidade das diferentes áreas, a partir dos candidatos colocados no curso da sua preferência mas noutro estabelecimento (situação 3 – Quadro 41), isto é, considerando os estudantes que estão dispostos a deslocar-se (de estabelecimento e/ou localização), com o objectivo de entrarem no curso da sua preferência, são as seguintes as áreas com maior capacidade de induzir mobilidade nos candidatos, por ordem decrescente (Quadro 37):

Quadro 37: As áreas de maior elasticidade face à mobilidade dos candidatos

CNAEF	Descrição
314	Economia
721	Medicina
581	Arquitectura e Urbanismo
144	Formação de Professores do Ensino Básico (1.º e 2.º Ciclos)
723	Enfermagem
421	Biologia e Bioquímica
640	Ciências Veterinárias
345	Gestão e Administração
813	Desporto
521	Metalurgia e Metalomecânica

Os indicadores de base de caracterização do acesso assumem, no entanto, uma grande variação nas diferentes áreas CNAEF, não se identificando um padrão regular.

Como as áreas não são muito homogêneas e abrangem, cada uma delas, uma grande diversidade de cursos, os valores médios têm de ser considerados com cuidado, assumindo naturalmente, maior precisão numas do que noutras áreas.

É impossível, em conformidade com isso, definir qualquer ranking de áreas seguindo o desempenho face ao acesso. A mesma área pode apresentar comportamentos diferentes não só segundo os cursos, mas segundo a tipologia de instituição e a localização da mesma.

Esse facto contribui para explicar, por exemplo que, havendo oferta de uma determinada área de ensino e formação num distrito, os candidatos aí residentes (que aí entregam a sua candidatura), concorram a outros distritos, alguns a grande distância.

A desagregação dos indicadores por pares de cursos/instituição poderá clarificar essa variedade de situações. Embora disponível, essa informação não será desde já considerada na primeira fase deste estudo. Análises sectoriais, por áreas CNAEF desagregadas por ciclos de estudos, vagas, estudantes inscritos, por tipologias de instituições, graus e situação perante a acreditação vão permitir a melhor compreensão destas dinâmicas.

Na Figura 26 estão representadas em percentagens, as candidaturas ao próprio distrito de residência e a outros distritos, fora do da residência, por áreas CNAEF, no sentido de se identificarem, ainda que de forma global, as áreas onde ocorrerá maior mobilidade.

Quadro 38: O acesso por áreas CNAEF

CNAEF	Descrição	Nº de pares Cursos/Instituição	Vagas	Nota Mini	Candidatos	Colocados	Matriculados	Matriculados na 1ª Opção	Índice de Força	Taxa de Ocupação	Matriculados 1ª Opção (% do total de Vagas)	Dentro (0)	Fora (1)	Dentro (0) %	Fora (1) %
142	Ciências da Educação	12	487	117.9	198	329	281	131	0.41	57.70	26.90	152	46	76.77	23.23
144	Formação de Professores do Ensino Básico (1.º e 2.º Ciclos)	23	1246	117.5	946	961	827	603	0.76	66.37	48.39	737	209	77.91	22.09
146	Formação de Professores e Formadores de Áreas Tecnológicas	1	20	126.2	10	10	9	9	0.50	45.00	45.00	7	3	70.00	30.00
211	Belas-Artes	18	687	129.2	646	620	539	307	0.94	78.46	44.69	387	259	59.91	40.09
212	Artes do Espetáculo	17	449	120.3	320	305	236	187	0.71	52.56	41.65	136	184	42.50	57.50
213	Áudio-Visuais e Produção dos Media	37	1337	130.0	1527	1114	927	614	1.14	69.33	45.92	908	619	59.46	40.54
214	Design	24	847	130.1	775	778	649	410	0.91	76.62	48.41	409	366	52.77	47.23
215	Artesanato	2	60	121.6	39	42	35	27	0.65	58.33	45.00	8	31	20.51	79.49
222	Línguas e Literaturas Estrangeiras	25	1099	126.7	1023	1051	934	666	0.93	84.99	60.60	698	325	68.23	31.77
223	Língua e Literatura Materna	13	390	118.2	147	261	218	111	0.38	55.90	28.46	99	48	67.35	32.65
225	História e Arqueologia	17	618	118.4	444	518	453	311	0.72	73.30	50.32	295	149	66.44	33.56
226	Filosofia e Ética	7	255	112.3	91	155	120	65	0.36	47.06	25.49	55	36	60.44	39.56
229	Humanidades - programas não classificados noutra área de formação	1	30	130.5	29	31	24	16	0.97	80.00	53.33	17	12	58.62	41.38

CNAEF	Descrição	Nº de pares Curso/Instituição	Vagas	Nota Mini	Candidatos	Colocados	Matriculados	Matriculados na 1ª Opção	Índice de Força	Taxa de Ocupação	Matriculados 1ª Opção (% do total de Vagas)	Dentro (0)	Fora (1)	Dentro (0) %	Fora (1) %
311	Psicologia	13	879	137.2	1424	891	780	525	1.62	88.74	59.73	852	572	59.83	40.17
312	Sociologia e Outros Estudos	31	1285	118.5	962	1153	994	512	0.75	77.35	39.84	600	362	62.37	37.63
313	Ciência Política e Cidadania	12	538	135.7	653	521	455	270	1.21	84.57	50.19	376	277	57.58	42.42
314	Economia	14	1256	139.0	1350	1231	1077	758	1.07	85.75	60.35	859	491	63.63	36.37
321	Jornalismo e Reportagem	16	810	139.5	1521	769	671	422	1.88	82.84	52.10	915	606	60.16	39.84
322	Biblioteconomia, Arquivo e Documentação (BAD)	4	119	117.1	53	92	71	25	0.45	59.66	21.01	36	17	67.92	32.08
329	Informação e Jornalismo - programas não classificados noutra área de formação	2	65	121.2	46	49	45	32	0.71	69.23	49.23	32	14	69.57	30.43
341	Comércio	3	90	118.2	41	65	53	25	0.46	58.89	27.78	34	7	82.93	17.07
342	Marketing e Publicidade	30	1207	119.5	897	769	636	428	0.74	52.69	35.46	658	239	73.36	26.64
343	Finanças, Banca e Seguros	11	435	125.9	208	321	294	126	0.48	67.59	28.97	166	42	79.81	20.19
344	Contabilidade e Fiscalidade	32	1725	114.8	741	1012	901	600	0.43	52.23	34.78	590	151	79.62	20.38
345	Gestão e Administração	80	4310	123.9	3689	3143	2694	1879	0.86	62.51	43.60	2623	1066	71.10	28.90
346	Secretariado e Trabalho Administrativo	10	305	124.0	90	122	107	67	0.30	35.08	21.97	68	22	75.56	24.44
347	Enquadramento na Organização/Empresa	6	230	129.6	324	208	184	141	1.41	80.00	61.30	199	125	61.42	38.58

CNAEF	Descrição	Nº de pares Curso/ Instituição	Vagas	Nota Mini	Candidatos	Colocados	Matriculados	Matriculados na 1ª Opção	Índice de Força	Taxa de Ocupação	Matriculados 1ª Opção (% do total de Vagas)	Dentro (0)	Fora (1)	Dentro (0) %	Fora (1) %
349	Ciências Empresariais - programas não classificados noutra área de formação	2	80	138.3	113	80	74	39	1.41	92.50	48.75	93	20	82.30	17.70
380	Direito	22	2002	125.6	1913	1691	1454	1131	0.96	72.63	56.49	979	934	51.18	48.82
421	Biologia e Bioquímica	40	1917	137.5	1721	1822	1632	793	0.90	85.13	41.37	966	755	56.13	43.87
422	Ciências do Ambiente	3	77	126.4	35	38	34	25	0.45	44.16	32.47	30	5	85.71	14.29
441	Física	14	394	125.5	288	320	293	197	0.73	74.37	50.00	156	132	54.17	45.83
442	Química	8	340	128.2	148	283	253	98	0.44	74.41	28.82	65	83	43.92	56.08
443	Ciências da Terra	17	700	113.3	343	516	444	248	0.49	63.43	35.43	201	142	58.60	41.40
461	Matemática	9	357	128.2	254	284	253	200	0.71	70.87	56.02	159	95	62.60	37.40
462	Estatística	2	50	105.1	8	16	12	7	0.16	24.00	14.00	7	1	87.50	12.50
481	Ciências Informáticas	28	1046	119.9	426	584	538	328	0.41	51.43	31.36	309	117	72.54	27.46
489	Informática - programas não classificados noutra área de formação	2	60	119.4	20	22	22	20	0.33	36.67	33.33	18	2	90.00	10.00
521	Metalurgia e Metalomecânica	22	1318	132.2	1266	1104	1052	633	0.96	79.82	48.03	783	483	61.85	38.15
522	Electricidade e Energia	24	1005	116.9	412	519	487	358	0.41	48.46	35.62	254	158	61.65	38.35
523	Electrónica e Automação	70	4131	123.4	2776	3034	2882	2001	0.67	69.77	48.44	1818	958	65.49	34.51
524	Tecnologia dos Processos Químicos	32	1342	138.2	1048	1138	1032	412	0.78	76.90	30.70	555	493	52.96	47.04

CNAEF	Descrição	Nº de pares Curso/ Instituição	Vagas	Nota Mini	Candidatos	Colocados	Matriculados	Matriculados na 1ª Opção	Índice de Força	Taxa de Ocupação	Matriculados 1ª Opção (% do total de Vagas)	Dentro (0)	Fora (1)	Dentro (0) %	Fora (1) %
525	Construção e Reparação de Veículos a Motor	7	285	136.8	375	219	207	161	1.32	72.63	56.49	160	215	42.67	57.33
529	Engenharia e Técnicas Afins - programas não classificados noutra área de formação	17	740	130.7	629	519	484	334	0.85	65.41	45.14	410	219	65.18	34.82
541	Indústrias Alimentares	14	515	111.3	114	233	182	98	0.22	35.34	19.03	51	63	44.74	55.26
543	Materiais (Indústrias da Madeira, Cortiça, Papel, Plástico, Vidro e outros)	7	176	123.1	77	128	122	43	0.44	69.32	24.43	41	36	53.25	46.75
544	Indústrias Extractivas	3	70	127.5	46	70	63	26	0.66	90.00	37.14	30	16	65.22	34.78
581	Arquitectura e Urbanismo	21	1010	131.3	963	853	756	519	0.95	74.85	51.39	520	443	54.00	46.00
582	Construção Civil e Engenharia Civil	34	1934	121.9	935	1187	1099	719	0.48	56.83	37.18	587	348	62.78	37.22
621	Produção Agrícola e Animal	22	591	120.8	205	277	240	163	0.35	40.61	27.58	79	126	38.54	61.46
623	Silvicultura e Caça	5	117	109.6	19	33	31	19	0.16	26.50	16.24	10	9	52.63	47.37
640	Ciências Veterinárias	10	478	139.5	579	396	339	178	1.21	70.92	37.24	224	355	38.69	61.31
721	Medicina	9	1517	182.7	3183	1528	1517	888	2.10	100.00	58.54	1686	1497	52.97	47.03
723	Enfermagem	30	2128	134.0	2702	2073	1832	1099	1.27	86.09	51.64	1899	803	70.28	29.72
724	Ciências Dentárias	6	272	154.0	493	259	219	54	1.81	80.51	19.85	221	272	44.83	55.17
725	Tecnologias de Diagnóstico e Terapêutica	30	944	144.4	821	939	789	296	0.87	83.58	31.36	373	448	45.43	54.57

CNAEF	Descrição	Nº de pares Cursos/ Instituição	Vagas	Nota Mini	Candidatos	Colocados	Matriculados	Matriculados na 1ª Opção	Índice de Força	Taxa de Ocupação	Matriculados 1ª Opção (% do total de Vagas)	Dentro (0)	Fora (1)	Dentro (0) %	Fora (1) %
726	Terapia e Reabilitação	25	887	147.2	1538	883	747	407	1.73	84.22	45.89	731	807	47.53	52.47
727	Ciências Farmacêuticas	13	923	158.0	1351	927	824	233	1.46	89.27	25.24	604	747	44.71	55.29
729	Saúde - programas não classificados noutra área de formação	1	80	154.5	60	80	68	21	0.75	85.00	26.25	40	20	66.67	33.33
762	Trabalho Social e Orientação	37	1381	119.5	712	798	680	488	0.52	49.24	35.34	456	256	64.04	35.96
811	Hotelaria e Restauração	8	281	119.9	164	177	150	104	0.58	53.38	37.01	91	73	55.49	44.51
812	Turismo e Lazer	34	1210	121.6	831	877	758	519	0.69	62.64	42.89	518	313	62.33	37.67
813	Desporto	26	1172	122.7	1372	1150	978	648	1.17	83.45	55.29	731	641	53.28	46.72
840	Serviços de Transporte	3	83	118.3	67	60	48	35	0.81	57.83	42.17	35	32	52.24	47.76
851	Tecnologia de Protecção do Ambiente	20	708	124.5	279	382	332	193	0.39	46.89	27.26	143	136	51.25	48.75
852	Ambientes Naturais e Vida Selvagem	2	45	119.9	12	16	14	11	0.27	31.11	24.44	9	3	75.00	25.00
853	Serviços de Saúde Pública	4	135	120.0	49	121	104	22	0.36	77.04	16.30	32	17	65.31	34.69
861	Protecção de Pessoas e Bens	1	25	115.2	1	2	2	1	0.04	8.00	4.00	0	1	0.00	100.00
862	Segurança e Higiene no Trabalho	5	135	120.8	48	61	45	24	0.36	33.33	17.78	26	22	54.17	45.83
999	Desconhecido ou não especificado	1	30	138.5	52	30	29	23	1.73	96.67	76.67	36	16	69.23	30.77
Total		1151	53470		46642	42250	37335	23083				28052	18590	60.14	39.86

Quadro 39: Colocação, face ao acesso e por CNAEF, dos candidatos ao próprio distrito

CNAEF	Descrição	Dentro					Total	Dentro (%)					Total %
		1ª	2ª	3ª	4ª	5ª		1ª %	2ª %	3ª %	4ª %	5ª %	
142	Ciências da Educação	102	17	4	16	13	152	67.11	11.18	2.63	10.53	8.55	100
144	Formação de Professores do Ensino Básico (1.º e 2.º Ciclos)	499	60	96	32	50	737	67.71	8.14	13.03	4.34	6.78	100
146	Formação de Professores e Formadores de Áreas Tecnológicas	7					7	100.00					100
211	Belas-Artes	195	24	9	88	71	387	50.39	6.20	2.33	22.74	18.35	100
212	Artes do Espectáculo	102	9		10	15	136	75.00	6.62		7.35	11.03	100
213	Áudio-Visuais e Produção dos Media	359	133	5	238	173	908	39.54	14.65	0.55	26.21	19.05	100
214	Design	221	63	7	69	49	409	54.03	15.40	1.71	16.87	11.98	100
215	Artesanato	2			6		8	25.00			75.00		100
222	Línguas e Literaturas Estrangeiras	469	75	20	62	72	698	67.19	10.74	2.87	8.88	10.32	100
223	Língua e Literatura Materna	85	5	2		7	99	85.86	5.05	2.02		7.07	100
225	História e Arqueologia	215	21	14	23	22	295	72.88	7.12	4.75	7.80	7.46	100
226	Filosofia e Ética	43		4	2	6	55	78.18		7.27	3.64	10.91	100
229	Humanidades - não classificados noutra área de formação	9	2			6	17	52.94	11.76			35.29	100

CNAEF	Descrição	Dentro					Dentro (%)					Total %	
		1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	Total	1ª %	2ª %	3ª %	4ª %		5ª %
311	Psicologia	322	121	36	230	143	852	37.79	14.20	4.23	27.00	16.78	100
312	Sociologia e Outros Estudos	357	62	19	108	54	600	59.50	10.33	3.17	18.00	9.00	100
313	Ciência Política e Cidadania	150	73	7	91	55	376	39.89	19.41	1.86	24.20	14.63	100
314	Economia	530	55	131	90	53	859	61.70	6.40	15.25	10.48	6.17	100
321	Jornalismo e Reportagem	270	189	33	280	143	915	29.51	20.66	3.61	30.60	15.63	100
322	Biblioteconomia, Arquivo e Documentação (BAD)	20	2		11	3	36	55.56	5.56		30.56	8.33	100
329	Informação e Jornalismo - não classificados noutra área de formação	22	9		1		32	68.75	28.13		3.13		100
341	Comércio	25	4		3	2	34	73.53	11.76		8.82	5.88	100
342	Marketing e Publicidade	335	97	8	129	89	658	50.91	14.74	1.22	19.60	13.53	100
343	Finanças, Banca Seguros	104	24		23	15	166	62.65	14.46		13.86	9.04	100
344	Contabilidade e Fiscalidade	516	21	6	30	17	590	87.46	3.56	1.02	5.08	2.88	100
345	Gestão e Administração	1468	292	243	379	241	2623	55.97	11.13	9.26	14.45	9.19	100
346	Secretariado e Trabalho Administrativo	54	8		3	3	68	79.41	11.76		4.41	4.41	100
347	Enquadramento na Organização/Empresa	96	38		42	23	199	48.24	19.10		21.11	11.56	100

CNAEF	Descrição	Dentro					Total	Dentro (%)					Total %
		1 ^a	2 ^b	3 ^c	4 ^d	5 ^e		1 ^a %	2 ^b %	3 ^c %	4 ^d %	5 ^e %	
349	Ciências Empresariais - não classificados noutra área de formação	37	32		10	14	93	39.78	34.41		10.75	15.05	100
380	Direito	646	95	67	94	77	979	65.99	9.70	6.84	9.60	7.87	100
421	Biologia e Bioquímica	450	194	92	160	70	966	46.58	20.08	9.52	16.56	7.25	100
422	Ciências do Ambiente	24	2		1	3	30	80.00	6.67		3.33	10.00	100
441	Física	112	31		10	3	156	71.79	19.87		6.41	1.92	100
442	Química	49	6		10		65	75.38	9.23		15.38		100
443	Ciências da Terra	146	6	7	20	22	201	72.64	2.99	3.48	9.95	10.95	100
461	Matemática	131	9	4	13	2	159	82.39	5.66	2.52	8.18	1.26	100
462	Estatística	7					7	100.00					100
481	Ciências Informáticas	243	23		32	11	309	78.64	7.44		10.36	3.56	100
489	Informática - programas não classificados noutra área de formação	18					18	100.00					100
521	Metalurgia e Metalomecânica	411	185	39	120	28	783	52.49	23.63	4.98	15.33	3.58	100
522	Electricidade e Energia	230	5		16	3	254	90.55	1.97		6.30	1.18	100
523	Electrónica e Automação	1324	142	86	224	42	1818	72.83	7.81	4.73	12.32	2.31	100
524	Tecnologia dos Processos Químicos	220	120	21	170	24	555	39.64	21.62	3.78	30.63	4.32	100

CNAEF	Descrição	Dentro					Total	Dentro (%)					Total %
		1 ^a	2 ^b	3 ^c	4 ^d	5 ^e		1 ^a %	2 ^b %	3 ^c %	4 ^d %	5 ^e %	
525	Construção e Reparação de Veículos a Motor	81	53		21	5	160	50.63	33.13		13.13	3.13	100
529	Engenharia e Técnicas Afins - não classificados noutra área de formação	233	100	5	64	8	410	56.83	24.39	1.22	15.61	1.95	100
541	Indústrias Alimentares	51					51	100.00					100
543	Materiais (Indústrias da Madeira, Cortiça, Papel, Plástico, Vidro e outros)	29	2		10		41	70.73	4.88		24.39		100
544	Indústrias Extractivas	20	4		5	1	30	66.67	13.33		16.67	3.33	100
581	Arquitectura e Urbanismo	316	62	54	53	35	520	60.77	11.92	10.38	10.19	6.73	100
582	Construção Civil e Engenharia Civil	474	22	33	46	12	587	80.75	3.75	5.62	7.84	2.04	100
621	Prod. Agrícola e Animal	71	5	3			79	89.87	6.33	3.80			100
623	Silvicultura e Caça	10					10	100.00					100
640	Ciências Veterinárias	67	8	36	85	28	224	29.91	3.57	16.07	37.95	12.50	100
721	Medicina	562	49	312	492	271	1686	33.33	2.91	18.51	29.18	16.07	100
723	Enfermagem	917	97	206	358	321	1899	48.29	5.11	10.85	18.85	16.90	100
724	Ciências Dentárias	30	8		151	32	221	13.57	3.62		68.33	14.48	100
725	Tecnologias de Diagnóstico e Terapêutica	141	77	15	72	68	373	37.80	20.64	4.02	19.30	18.23	100

CNAEF	Descrição	Dentro					Total	Dentro (%)					Total %
		1ª	2ª	3ª	4ª	5ª		1ª %	2ª %	3ª %	4ª %	5ª %	
726	Terapia e Reabilitação	207	108	19	249	148	731	28.32	14.77	2.60	34.06	20.25	100
727	Ciências Farmacêuticas	122	50	23	303	106	604	20.20	8.28	3.81	50.17	17.55	100
729	Saúde - não classificados noutra área de formação	16			20	4	40	40.00			50.00	10.00	100
762	Trabalho Social e Orientação	353	41	11	29	22	456	77.41	8.99	2.41	6.36	4.82	100
811	Hotelaria e Restauração	57	17		10	7	91	62.64	18.68		10.99	7.69	100
812	Turismo e Lazer	368	56	5	55	34	518	71.04	10.81	0.97	10.62	6.56	100
813	Desporto	362	59	67	135	108	731	49.52	8.07	9.17	18.47	14.77	100
840	Serviços de Transporte	19	5		4	7	35	54.29	14.29		11.43	20.00	100
851	Tecnologia de Protecção do Ambiente	95	7	8	31	2	143	66.43	4.90	5.59	21.68	1.40	100
852	Ambientes Naturais e Vida Selvagem	9					9	100.00					100
853	Serviços de Saúde Pública	12		1	12	7	32	37.50		3.13	37.50	21.88	100
861	Protecção de Pessoas e Bens												
862	Segurança e Higiene no Trabalho	15	1		6	4	26	57.69	3.85		23.08	15.38	100

CNAEF	Descrição	Dentro					Total	Dentro (%)					Total %
		1 ^a	2 ^b	3 ^c	4 ^d	5 ^e		1 ^a %	2 ^b %	3 ^c %	4 ^d %	5 ^e %	
999	Desconhecido ou não especificado	16	13		6	1	36	44.44	36.11		16.67	2.78	100
TOTAL		15278	3098	1758	5063	2855	28052	54.46	11.04	6.27	18.05	10.18	100

a: 1 - Colocados no estabelecimento e curso da 1^a opção

b: 2 - Colocados no estabelecimento da sua primeira opção mas noutro curso

c: 3 - Colocados no curso da sua primeira opção mas noutro estabelecimento

d: 4 - Colocados num curso e num estabelecimento diferentes da sua primeira opção

e: 5 - Não colocados

Quadro 40: Colocação, face ao acesso e por CNAEF, dos candidatos a outros distritos

CNAEF	Descrição	Fora					Total					Fora (%)					Total %
		1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	Total	1ª %	2ª %	3ª %	4ª %	5ª %	1ª %	2ª %	3ª %	4ª %	
142	Ciências da Educação	40	2		2	2	46	86.96	4.35			4.35	4.35				100
144	Formação de Professores do Ensino Básico (1.º e 2.º Ciclos)	154	8	26	10	11	209	73.68	3.83	12.44	4.78	5.26	5.26				100
146	Formação de Professores e Formadores de Áreas Tecnológicas	3					3	100.00									100
211	Belas-Artes	138	8	23	69	21	259	53.28	3.09	8.88	26.64	8.11	8.11				100
212	Artes do Espectáculo	128	13	4	24	15	184	69.57	7.07	2.17	13.04	8.15	8.15				100
213	Áudio-Visuais e Produção dos Media	308	49	9	202	51	619	49.76	7.92	1.45	32.63	8.24	8.24				100
214	Design	220	21	11	92	22	366	60.11	5.74	3.01	25.14	6.01	6.01				100
215	Artesanato	27			3	1	31	87.10			9.68	3.23	3.23				100
222	Línguas e Literaturas Estrangeiras	238	15	8	51	13	325	73.23	4.62	2.46	15.69	4.00	4.00				100
223	Língua e Literatura Materna	46	1		1		48	95.83	2.08		2.08						100
225	História e Arqueologia	117	7	6	12	7	149	78.52	4.70	4.03	8.05	4.70	4.70				100
226	Filosofia e Ética	31		1	2	2	36	86.11		2.78	5.56	5.56	5.56				100
229	Humanidades - não classificados noutra área de formação	10	1			1	12	83.33	8.33		8.33						100

CNAEF	Descrição	Fora					Total	Fora (%)					Total %
		1ª	2ª	3ª	4ª	5ª		1ª %	2ª %	3ª %	4ª %	5ª %	
311	Psicologia	238	40	34	194	66	572	41.61	6.99	5.94	33.92	11.54	100
312	Sociologia e Outros Estudos	201	18	12	113	18	362	55.52	4.97	3.31	31.22	4.97	100
313	Ciência Política e Cidadania	138	21	15	83	20	277	49.82	7.58	5.42	29.96	7.22	100
314	Economia	280	19	121	51	20	491	57.03	3.87	24.64	10.39	4.07	100
321	Jornalismo e Reportagem	179	61	70	239	57	606	29.54	10.07	11.55	39.44	9.41	100
322	Biblioteconomia, Arquivo e Documentação (BAD)	11	1	1	4	1	17	64.71	5.88		23.53	5.88	100
329	Informação e Jornalismo - não classificados noutra área de formação	12	1	1	1		14	85.71	7.14		7.14		100
341	Comércio	7					7	100.00					100
342	Marketing e Publicidade	136	16	4	74	9	239	56.90	6.69	1.67	30.96	3.77	100
343	Finanças, Banca Seguros	27	1	1	14		42	64.29	2.38		33.33		100
344	Contabilidade e Fiscalidade	126	2	1	16	6	151	83.44	1.32	0.66	10.60	3.97	100
345	Gestão e Administração	595	93	126	185	67	1066	55.82	8.72	11.82	17.35	6.29	100
346	Secretariado e Trabalho Administrativo	19			2	1	22	86.36			9.09	4.55	100
347	Enquadramento na Organização/Empresa	59	19		37	10	125	47.20	15.20		29.60	8.00	100

CNAEF	Descrição	Fora					Total	Fora (%)					Total %
		1 ^a	2 ^b	3 ^c	4 ^d	5 ^e		1 ^a %	2 ^b %	3 ^c %	4 ^d %	5 ^e %	
349	Ciências Empresariais - não classificados noutra área de formação	6	6	6	7	1	20	30.00	30.00	30.00	35.00	5.00	100
380	Direito	610	27	81	146	70	934	65.31	2.89	8.67	15.63	7.49	100
421	Biologia e Bioquímica	373	76	107	164	35	755	49.40	10.07	14.17	21.72	4.64	100
422	Ciências do Ambiente	2	1	2	2	5	5	40.00	20.00	40.00	40.00	100	
441	Física	98	15	15	17	2	132	74.24	11.36	12.88	1.52	100	
442	Química	54	8	5	13	3	83	65.06	9.64	6.02	15.66	3.61	100
443	Ciências da Terra	117	6	6	14	5	142	82.39	4.23	9.86	3.52	100	
461	Matemática	79	5	1	8	2	95	83.16	5.26	1.05	8.42	2.11	100
462	Estatística	1					1	100.00					100
481	Ciências Informáticas	100	3		11	3	117	85.47	2.56	9.40	2.56	100	
489	Informática - programas não classificados noutra área de formação	2					2	100.00					100
521	Metalurgia e Metalomecânica	240	69	66	96	12	483	49.69	14.29	13.66	19.88	2.48	100
522	Electricidade e Energia	140	7		10	1	158	88.61	4.43	6.33	0.63	100	
523	Electrónica e Automação	734	36	56	120	12	958	76.62	3.76	5.85	12.53	1.25	100
524	Tecnologia dos Processos Químicos	215	63	31	157	27	493	43.61	12.78	6.29	31.85	5.48	100

CNAEF	Descrição	Fora					Total	Fora (%)					Total %
		1 ^a	2 ^b	3 ^c	4 ^d	5 ^e		1 ^a %	2 ^b %	3 ^c %	4 ^d %	5 ^e %	
525	Construção e Reparação de Veículos a Motor	82	57		68	8	215	38.14	26.51		31.63	3.72	100
529	Engenharia e Técnicas Afins - não classificados noutra área de formação	113	41	3	49	13	219	51.60	18.72	1.37	22.37	5.94	100
541	Indústrias Alimentares	61		2			63	96.83		3.17			100
543	Materiais (Indústrias da Madeira, Cortiça, Papel, Plástico, Vidro e outros)	14	2		13	7	36	38.89	5.56		36.11	19.44	100
544	Indústrias Extractivas	7	2		7		16	43.75	12.50		43.75		100
581	Arquitectura e Urbanismo	239	29	83	67	25	443	53.95	6.55	18.74	15.12	5.64	100
582	Construção Civil e Engenharia Civil	283	2	39	22	2	348	81.32	0.57	11.21	6.32	0.57	100
621	Prod. Agrícola e Animal	109	6	6	5		126	86.51	4.76	4.76	3.97		100
623	Silvicultura e Caça	9					9	100.00					100
640	Ciências Veterinárias	120	26	29	136	44	355	33.80	7.32	8.17	38.31	12.39	100
721	Medicina	331	36	222	623	285	1497	22.11	2.40	14.83	41.62	19.04	100
723	Enfermagem	248	32	119	237	167	803	30.88	3.99	14.82	29.51	20.80	100
724	Ciências Dentárias	37	5	3	182	45	272	13.60	1.84	1.10	66.91	16.54	100
725	Tecnologias de Diagnóstico e Terapêutica	186	42	37	143	40	448	41.52	9.38	8.26	31.92	8.93	100

CNAEF	Descrição	Fora					Total	Fora (%)					Total %
		1ª	2ª	3ª	4ª	5ª		1ª %	2ª %	3ª %	4ª %	5ª %	
726	Terapia e Reabilitação	232	65	56	332	122	807	28.75	8.05	6.94	41.14	15.12	100
727	Ciências Farmacêuticas	119	46	67	415	100	747	15.93	6.16	8.97	55.56	13.39	100
729	Saúde - não classificados noutra área de formação	9			9	2	20	45.00			45.00	10.00	100
762	Trabalho Social e Orientação	187	7	17	39	6	256	73.05	2.73	6.64	15.23	2.34	100
811	Hotelaria e Restauração	55	7		9	2	73	75.34	9.59		12.33	2.74	100
812	Turismo e Lazer	198	30	23	49	13	313	63.26	9.58	7.35	15.65	4.15	100
813	Desporto	326	50	56	157	52	641	50.86	7.80	8.74	24.49	8.11	100
840	Serviços de Transporte	22	5		1	4	32	68.75	15.63		3.13	12.50	100
851	Tecnologia de Protecção do Ambiente	104	5	6	20	1	136	76.47	3.68	4.41	14.71	0.74	100
852	Ambientes Naturais e Vida Selvagem	3					3	100.00					100
853	Serviços de Saúde Pública	10		1	5	1	17	58.82		5.88	29.41	5.88	100
861	Protecção de Pessoas e Bens	1					1	100.00					100
862	Segurança e Higiene no Trabalho	11	1		9	1	22	50.00	4.55		40.91	4.55	100

CNAEF	Descrição	Fora					Total	Fora (%)					Total %
		1 ^a	2 ^b	3 ^c	4 ^d	5 ^e		1 ^a %	2 ^b %	3 ^c %	4 ^d %	5 ^e %	
999	Desconhecido ou não especificado	7	4	4	4	1	16	43.75	25.00	25.00	25.00	6.25	100
TOTAL		9382	1233	1593	4847	1535	18590	50.47	6.63	8.57	26.07	8.26	100

a: 1 - Colocados no estabelecimento e curso da 1^a opção

b: 2 - Colocados no estabelecimento da sua primeira opção mas noutra curso

c: 3 - Colocados no curso da sua primeira opção mas noutra estabelecimento

d: 4 - Colocados num curso e num estabelecimento diferentes da sua primeira opção

e: 5 - Não colocados

Quadro 41: Total de colocações face ao acesso

CNAEF	Descrição	Total					Total (%)					Total %	
		1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	Total	1ª %	2ª %	3ª %	4ª %		5ª %
142	Ciências da Educação	142	19	4	18	15	198	71.72	9.60	2.02	9.09	7.58	100
144	Formação de Professores do Ensino Básico (1.º e 2.º Ciclos)	653	68	122	42	61	946	69.03	7.19	12.90	4.44	6.45	100
146	Formação de Professores e Formadores de Áreas Tecnológicas	10	0	0	0	0	10	100.00					100
211	Belas-Artes	333	32	32	157	92	646	51.55	4.95	4.95	24.30	14.24	100
212	Artes do Espectáculo	230	22	4	34	30	320	71.88	6.88	1.25	10.63	9.38	100
213	Áudio-Visuais e Produção dos Media	667	182	14	440	224	1527	43.68	11.92	0.92	28.81	14.67	100
214	Design	441	84	18	161	71	775	56.90	10.84	2.32	20.77	9.16	100
215	Artesanato	29	0	0	9	1	39	74.36			23.08	2.56	100
222	Línguas e Literaturas Estrangeiras	707	90	28	113	85	1023	69.11	8.80	2.74	11.05	8.31	100
223	Língua e Literatura Materna	131	6	2	1	7	147	89.12	4.08	1.36	0.68	4.76	100
225	História e Arqueologia	332	28	20	35	29	444	74.77	6.31	4.50	7.88	6.53	100
226	Filosofia e Ética	74	0	5	4	8	91	81.32		5.49	4.40	8.79	100
229	Humanidades - não classificados noutra área de formação	19	3	0	0	7	29	65.52	10.34			24.14	100

CNAEF	Descrição	Total					Total (%)					Total %	
		1 ^a	2 ^b	3 ^c	4 ^d	5 ^e	Total	1 ^a %	2 ^b %	3 ^c %	4 ^d %		5 ^e %
311	Psicologia	560	161	70	424	209	1424	39.33	11.31	4.92	29.78	14.68	100
312	Sociologia e Outros Estudos	558	80	31	221	72	962	58.00	8.32	3.22	22.97	7.48	100
313	Ciência Política e Cidadania	288	94	22	174	75	653	44.10	14.40	3.37	26.65	11.49	100
314	Economia	810	74	252	141	73	1350	60.00	5.48	18.67	10.44	5.41	100
321	Jornalismo e Reportagem	449	250	103	519	200	1521	29.52	16.44	6.77	34.12	13.15	100
322	Biblioteconomia, Arquivo e Documentação (BAD)	31	3	0	15	4	53	58.49	5.66		28.30	7.55	100
329	Informação e Jornalismo - não classificados noutra área de formação	34	10	0	2	0	46	73.91	21.74		4.35		100
341	Comércio	32	4	0	3	2	41	78.05	9.76		7.32	4.88	100
342	Marketing e Publicidade	471	113	12	203	98	897	52.51	12.60	1.34	22.63	10.93	100
343	Finanças, Banca Seguros	131	25	0	37	15	208	62.98	12.02		17.79	7.21	100
344	Contabilidade e Fiscalidade	642	23	7	46	23	741	86.64	3.10	0.94	6.21	3.10	100
345	Gestão e Administração	2063	385	369	564	308	3689	55.92	10.44	10.00	15.29	8.35	100
346	Secretariado e Trabalho Administrativo	73	8	0	5	4	90	81.11	8.89		5.56	4.44	100
347	Enquadramento na Organização/Empresa	155	57	0	79	33	324	47.84	17.59		24.38	10.19	100

CNAEF	Descrição	Total					Total (%)					Total %	
		1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	1ª %	2ª %	3ª %	4ª %	5ª %		
349	Ciências Empresariais - não classificados noutra área de formação	43	38	0	17	15	113	38.05	33.63	15.04	13.27	100	
380	Direito	1256	122	148	240	147	1913	65.66	6.38	7.74	12.55	7.68	100
421	Biologia e Bioquímica	823	270	199	324	105	1721	47.82	15.69	11.56	18.83	6.10	100
422	Ciências do Ambiente	26	3	0	3	3	35	74.29	8.57	8.57	8.57	8.57	100
441	Física	210	46	0	27	5	288	72.92	15.97	9.38	1.74	100	
442	Química	103	14	5	23	3	148	69.59	9.46	3.38	15.54	2.03	100
443	Ciências da Terra	263	6	13	34	27	343	76.68	1.75	3.79	9.91	7.87	100
461	Matemática	210	14	5	21	4	254	82.68	5.51	1.97	8.27	1.57	100
462	Estatística	8	0	0	0	0	8	100.00					100
481	Ciências Informáticas	343	26	0	43	14	426	80.52	6.10	10.09	3.29	100	
489	Informática - programas não classificados noutra área de formação	20	0	0	0	0	20	100.00					100
521	Metalurgia e Metalomecânica	651	254	105	216	40	1266	51.42	20.06	8.29	17.06	3.16	100
522	Electricidade e Energia	370	12	0	26	4	412	89.81	2.91	6.31	0.97	100	
523	Electrónica e Automação	2058	178	142	344	54	2776	74.14	6.41	5.12	12.39	1.95	100
524	Tecnologia dos Processos Químicos	435	183	52	327	51	1048	41.51	17.46	4.96	31.20	4.87	100

CNAEF	Descrição	Total					Total (%)					Total %	
		1 ^a	2 ^b	3 ^c	4 ^d	5 ^e	Total	1 ^a %	2 ^b %	3 ^c %	4 ^d %		5 ^e %
525	Construção e Reparação de Veículos a Motor	163	110	0	89	13	375	43.47	29.33		23.73	3.47	100
529	Engenharia e Técnicas Afins - não classificados noutra área de formação	346	141	8	113	21	629	55.01	22.42	1.27	17.97	3.34	100
541	Indústrias Alimentares	112	0	2	0	0	114	98.25		1.75			100
543	Materiais (Indústrias da Madeira, Cortiça, Papel, Plástico, Vidro e outros)	43	4	0	23	7	77	55.84	5.19		29.87	9.09	100
544	Indústrias Extractivas	27	6	0	12	1	46	58.70	13.04		26.09	2.17	100
581	Arquitectura e Urbanismo	555	91	137	120	60	963	57.63	9.45	14.23	12.46	6.23	100
582	Construção Civil e Engenharia Civil	757	24	72	68	14	935	80.96	2.57	7.70	7.27	1.50	100
621	Prod. Agrícola e Animal	180	11	9	5	0	205	87.80	5.37	4.39	2.44		100
623	Silvicultura e Caça	19	0	0	0	0	19	100.00					100
640	Ciências Veterinárias	187	34	65	221	72	579	32.30	5.87	11.23	38.17	12.44	100
721	Medicina	893	85	534	1115	556	3183	28.06	2.67	16.78	35.03	17.47	100
723	Enfermagem	1165	129	325	595	488	2702	43.12	4.77	12.03	22.02	18.06	100
724	Ciências Dentárias	67	13	3	333	77	493	13.59	2.64	0.61	67.55	15.62	100
725	Tecnologias de Diagnóstico e Terapêutica	327	119	52	215	108	821	39.83	14.49	6.33	26.19	13.15	100

CNAEF	Descrição	Total					Total (%)					Total %	
		1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	Total	1ª %	2ª %	3ª %	4ª %		5ª %
726	Terapia e Reabilitação	439	173	75	581	270	1538	28.54	11.25	4.88	37.78	17.56	100
727	Ciências Farmacêuticas	241	96	90	718	206	1351	17.84	7.11	6.66	53.15	15.25	100
729	Saúde - não classificados noutra área de formação	25	0	0	29	6	60	41.67			48.33	10.00	100
762	Trabalho Social e Orientação	540	48	28	68	28	712	75.84	6.74	3.93	9.55	3.93	100
811	Hotelaria e Restauração	112	24	0	19	9	164	68.29	14.63		11.59	5.49	100
812	Turismo e Lazer	566	86	28	104	47	831	68.11	10.35	3.37	12.52	5.66	100
813	Desporto	688	109	123	292	160	1372	50.15	7.94	8.97	21.28	11.66	100
840	Serviços de Transporte	41	10	0	5	11	67	61.19	14.93		7.46	16.42	100
851	Tecnologia de Protecção do Ambiente	199	12	14	51	3	279	71.33	4.30	5.02	18.28	1.08	100
852	Ambientes Naturais e Vida Selvagem	12	0	0	0	0	12	100.00					100
853	Serviços de Saúde Pública	22	0	2	17	8	49	44.90		4.08	34.69	16.33	100
861	Protecção de Pessoas e Bens	1	0	0	0	0	1	100.00					100
862	Segurança e Higiene no Trabalho	26	2	0	15	5	48	54.17	4.17		31.25	10.42	100

CNAEF	Descrição	Total					Total (%)						
		1 ^a	2 ^b	3 ^c	4 ^d	5 ^e	Total	1 ^a %	2 ^b %	3 ^c %	4 ^d %	5 ^e %	Total %
999	Desconhecido ou não especificado	23	17	0	10	2	52	44.23	32.69		19.23	3.85	100
TOTAL		24660	4331	3351	9910	4390	46642	52.87	9.29	7.18	21.25	9.41	100

a: 1 - Colocados no estabelecimento e curso da 1^a opção

b: 2 - Colocados no estabelecimento da sua primeira opção mas noutro curso

c: 3 - Colocados no curso da sua primeira opção mas noutro estabelecimento

d: 4 - Colocados num curso e num estabelecimento diferentes da sua primeira opção

e: 5 - Não colocados

Figura 26: candidaturas ao próprio distrito (dentro) e a outro distrito (fora) por área CNAEF

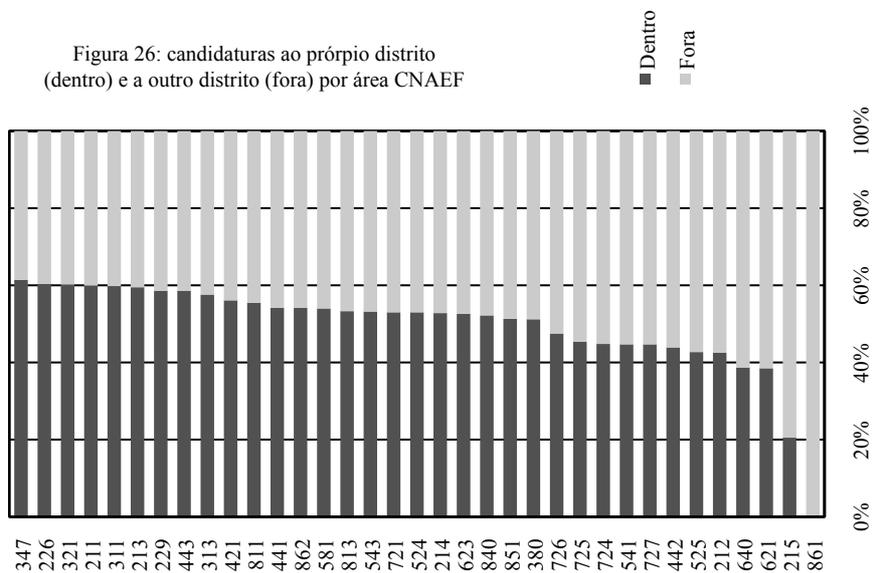
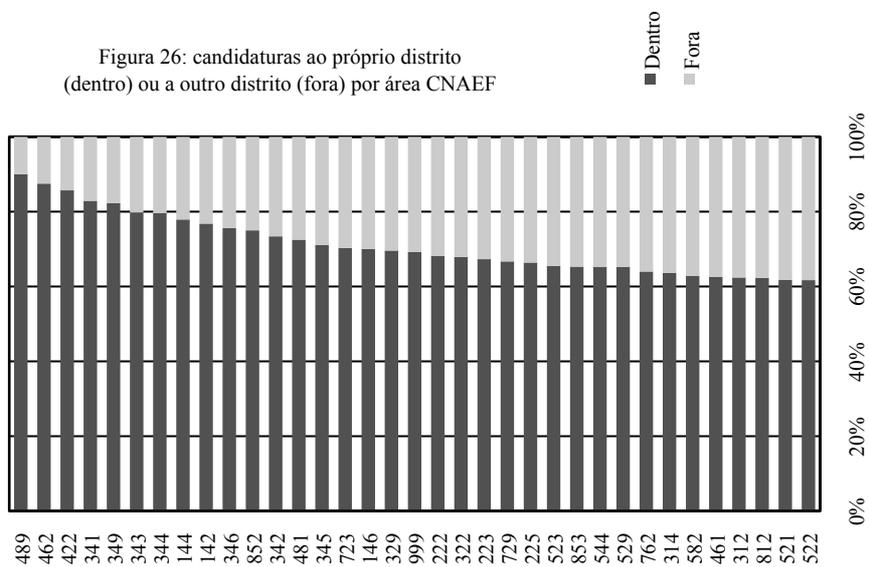


Figura 26: candidaturas ao próprio distrito (dentro) ou a outro distrito (fora) por área CNAEF



Tal como já referido de forma recorrente, o acesso está fortemente condicionado pela configuração de base do próprio sistema e pelo padrão da oferta, ao nível institucional e de localização.

À partida, a oferta de ciclos de estudos de licenciaturas e mestrados integrados, que representam a entrada no ensino superior, encontra-se distribuída de forma desigual pelas diferentes regiões, havendo um paralelismo entre os valores agregados da oferta de ensino superior e da potencial procura, a partir da dimensão demográfica dos distritos.

Embora os distritos não correspondam a uma unidade territorial estatística reconhecida ao nível do Eurostat, continuam a ser considerados nas estatísticas da educação, devido à rede de serviços desconcentrados do respectivo Ministério. Para a análise do acesso, os distritos apresentam não só a vantagem de serem a base de recolha da informação, como têm uma dimensão melhor adequada ao padrão do sistema de ensino superior, já que correspondem, na maior parte dos casos, à área de influência de um pólo de ensino superior, quer ele corresponda a uma única instituição, ou concentre várias instituições.

No caso de Lisboa e Porto, o distrito abrange um leque mais vasto de instituições de todas as tipologias, das respectivas áreas metropolitanas. No Porto há uma quase coincidência entre o distrito e a Área Metropolitana, enquanto em Lisboa os limites do distrito deixam de fora, por exemplo, o concelho de Almada que integra o distrito de Setúbal. Os indicadores dos dois distritos – Lisboa e Setúbal – sofrem distorções por esse facto.

Desde logo, localizam-se no concelho de Almada, distrito de Setúbal, mas integrando a Área Metropolitana de Lisboa, a Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, uma escola do Instituto Piaget e o Instituto Egas Moniz, instituições ou unidades orgânicas com grandes contingentes de estudantes.

Sabendo que o padrão territorial do sistema de ensino superior decalca, em grande medida, a rede urbana nacional e a repartição regional da população portuguesa, é fácil compreender que os candidatos dirijam as suas opções de forma predominante para as instituições que lhe estão mais próximas. Há, no entanto, dois factores que contribuem para o reforço da polarização:

- i) A preferência por universidades em relação a institutos politécnicos, privilegia certas localizações;
- ii) A maior oferta nas grandes áreas urbanas, em si mesmas mais atractivas para jovens estudantes e, muito provavelmente, associada a critérios de reconhecimento e prestígio, é necessariamente ainda mais atractivo para os candidatos e famílias na expectativa de ali conseguir um diploma com *“mais valor”*.

Considerando a repartição por distritos das instituições com ciclos de estudos “de entrada”, verifica-se que ela reproduz o padrão geral de forte polarização de Lisboa e Porto, onde a oferta pública é reforçada pela concentração da oferta privada (Figura 27 e Figura 28).

As instituições privadas são em muito maior número mas de menor dimensão, oferecem menos vagas no total e concentram-se nos distritos de maior dimensão demográfica, com destaque para Lisboa e Porto, como anteriormente analisado.

Figura 27: Número de instituições que oferecem licenciaturas (L1) e mestrados integrados (MI) por tipo de ensino e instituição

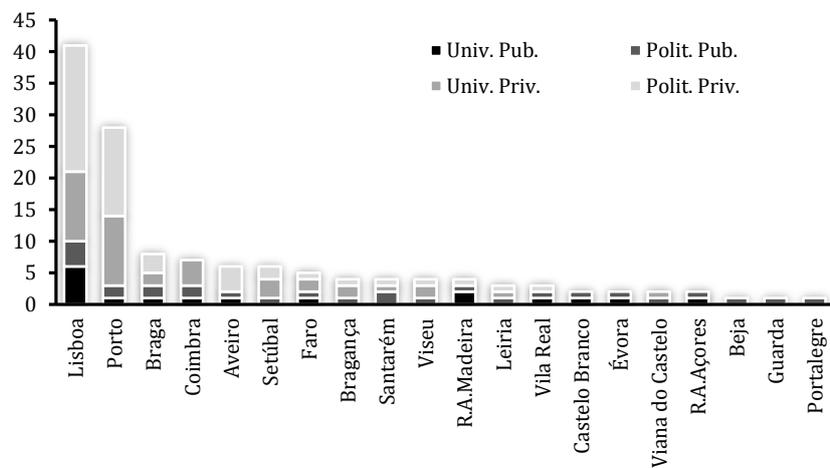
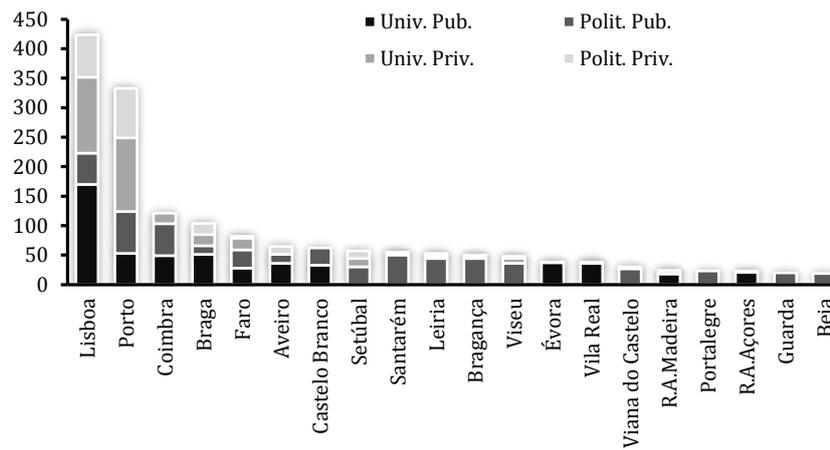


Figura 28: Número de ciclos de estudos de licenciatura (L1) e mestrados integrados (MI) por tipo de ensino e instituição



Aplicando os indicadores de base do concurso nacional do acesso, aos distritos do Continente, é possível repetir as abordagens anteriores, agora de forma regionalizada (Quadro 42).

Apenas 6 distritos apresentam um *índice de força* superior à média nacional, aí se incluindo as duas regiões autónomas: Porto, Lisboa, Braga, Coimbra, Açores e Madeira.

Em relação à *taxa de ocupação*, é possível, também, identificar duas situações fundamentais:

Um conjunto de 7 distritos registou uma *taxa de ocupação*, na primeira fase, superior à média, enquanto os restantes não atingiram esse valor. Esta taxa foi ainda superior no final do concurso do acesso.

- i) Integram este grupo, por ordem decrescente, os distritos de Porto, Lisboa, Braga, Coimbra, Aveiro, Vila Real e Évora. Neste conjunto de distritos, só Évora apresenta um nível de procura em 1ª opção inferior à média, considerando o *índice de força* que ali assume o valor de 0,69 em oposição ao valor médio nacional de 0,87.
- ii) Os distritos onde se localizam as universidades públicas, com excepção de Castelo Branco (UBI) e Faro, constituem um primeiro grupo de distritos com as mais elevadas taxas de ocupação.
- iii) Os restantes distritos registaram uma procura inferior à oferta com um *índice de força* inferior à média nacional e não atingiram a média nacional da *taxa de ocupação*.
- iv) É possível, no entanto, separar, neste último grupo, com as mais baixas taxas de ocupação, um pequeno conjunto de distritos, com um desempenho comparativamente melhor e mais próximo do primeiro grupo a partir, por exemplo, do limite arbitrário dos 50% na *taxa de ocupação* ou 0,5 no *índice de força*.
- v) Assim, pode-se definir um grupo de distritos *borderline*, onde os indicadores estão “quase” na média nacional, onde se incluem: Castelo Branco (UBI), Setúbal, Leiria, Faro e Viana do Castelo.
- vi) Coimbra destaca-se como um distrito fortemente atractivo, sendo que a proporção entre a percentagem de população residente e a percentagem de candidaturas assume o valor de 2,57. O segundo distrito mais atractivo é o de Castelo Branco, com 1,64.

Quadro 42: Caracterização geral do concurso nacional de acesso ao ensino superior de 2010/11, por distrito

Distrito	Vagas		Candidatos		Índice de Força	IF com % de vagas e % candidatos	Colocados		Matriculados		Taxa de Ocupação	Matriculados		Nota Min 1	População 2011		Rácio % Candidatos/ % População
	N.º	(%)	N.º	(%)			1.ª Fase	1.ª Fase e Opção	1.ª Fase	1.ª Fase e Opção		% vagas em 1.ª Fase e Opção	N.º		%	N.º	
Porto	7562	14,13	10796	23,15	1,43	1,64	7303	4270	6623	4270	87,58	56,47	152,1	1816045	17,20	1,35	
Lisboa	13783	25,76	15085	32,34	1,09	1,26	12420	6765	10985	6765	79,70	49,08	139,0	2244984	21,27	1,52	
Braga	3629	6,78	3490	7,48	0,96	1,10	3028	2764	1684	1684	76,16	46,40	132,4	848444	8,04	0,93	
Coimbra	5476	10,24	4884	10,47	0,89	1,02	4975	2704	4536	2704	82,83	49,38	133,9	429714	4,07	2,57	
Aveiro	2089	3,90	1675	3,59	0,80	0,92	1778	1586	947	1586	75,92	45,33	123,9	714351	6,77	0,53	
Vila Real	1365	2,55	1059	2,27	0,78	0,89	1203	1024	521	1024	75,02	38,17	125,3	207184	1,96	1,16	
Évora	1121	2,10	772	1,66	0,69	0,79	907	797	461	797	71,10	41,12	123,1	167434	1,59	1,04	
C. Branco	2328	4,35	1470	3,15	0,63	0,72	1689	1448	716	1448	62,20	30,76	123,4	203332	1,93	1,64	
Setúbal	2442	4,56	1495	3,21	0,61	0,70	1759	1563	930	1563	64,00	38,08	125,9	849842	8,05	0,40	
Leiria	2206	4,12	1295	2,78	0,59	0,67	1412	1228	829	1228	55,67	37,58	124,7	470765	4,46	0,62	
Faro	1852	3,46	981	2,10	0,53	0,61	1169	940	651	940	50,76	35,15	123,0	450484	4,27	0,49	
V. Castelo	991	1,85	506	1,08	0,51	0,59	655	547	356	547	55,20	35,92	121,7	244947	2,32	0,47	
Beja	635	1,19	222	0,48	0,35	0,40	261	220	150	220	34,65	23,62	120,1	152706	1,45	0,33	
Viseu	1542	2,88	509	1,09	0,33	0,38	704	599	430	599	38,85	27,89	118,9	378166	3,58	0,30	
Santarém	1809	3,38	534	1,14	0,30	0,34	762	625	427	625	34,55	23,60	118,0	447073	4,24	0,27	
Bragança	1873	3,50	376	0,81	0,20	0,23	652	503	260	503	26,86	13,88	117,1	143777	1,36	0,59	
Portalegre	720	1,35	144	0,31	0,20	0,23	289	229	126	229	31,81	17,50	117,4	118952	1,13	0,27	
Guarda	789	1,47	146	0,31	0,19	0,21	291	218	120	218	27,63	15,21	115,7	153613	1,46	0,22	
Madeira	605	1,13	722	1,55	1,19	1,37	522	469	382	469	77,52	63,14	133,3	246102	2,33	0,66	
Açores	683	1,28	481	1,03	0,70	0,81	473	433	354	433	63,40	51,83	127,7	267938	2,54	0,41	
Total	53500	100	46642	100	0,87	1,00	42252	37337	23083	37337	69,79	43,15	125,8	10555853	100	1,00	

Globalmente, pode, também, avaliar-se a atractividade dos distritos tendo em conta as candidaturas apresentadas, por distrito de entrega das mesmas, considerado-o como residência oficial, sendo o distrito de “destino” aquele que corresponde à localização das instituições das primeiras opções dos candidatos (Quadro 43 a e b).

Do total de 46.642 candidaturas na primeira fase, cerca de 39,8%, isto é 18.590 correspondem a candidaturas a instituições fora do distrito de residência e traduzem uma manifestação explícita dos candidatos de quererem estudar noutra distrito que não o seu.

Em relação ao distrito de partida, isto é onde foram entregues as candidaturas, verifica-se que nos distritos de Porto, Lisboa, Coimbra, Braga, Regiões Autónomas e Castelo Branco o saldo entre os candidatos que concorrem ao próprio distrito e os que concorrem a outro distrito fora da sua residência, é positivo, enquanto que nos restantes distritos, esse saldo é negativo.

Não se pode, no entanto, desligar a análise anterior da dimensão da oferta, no caso do Continente e, da insularidade, no caso das Regiões Autónomas (Quadro 43 a).

Assim, se considerarmos, por seu turno, os candidatos em função do distrito de candidatura, isto é, segundo o destino, verifica-se que há uma grande diversidade de comportamentos, não se podendo estabelecer um padrão dominante rígido (Quadro 43 b).

Alguns distritos (Quadro 43 a) onde os candidatos ao próprio distrito são em número inferior aos que querem sair são, no entanto, atractivos e recebem candidatos de fora em número superior aos oriundos do próprio distrito.

A título de exemplo, verifica-se que em Bragança são oferecidas 1.873 vagas. Foram entregues no distrito, 544 candidaturas (que se vão considerar de residentes); destas, 131 foram candidaturas a vagas do distrito, enquanto que 413 se destinavam a instituições de fora. Os candidatos de Bragança fogem assim do seu distrito em direcção ao exterior, de forma dominante (Quadro 43). Para as 1.873 vagas, por seu turno, registaram-se 376 candidaturas, sendo 131 de dentro, de residentes, como sabemos, mas 245 de candidatos de outros distritos, de fora, em primeira opção, na primeira fase, reforce-se. Bragança é assim atractiva enquanto destino.

Analisando, caso a caso, os diferentes distritos, repetem-se estes comportamentos. Os distritos emitem candidatos para o exterior e recebem, por sua vez, candidatos do exterior, sendo que os grandes polos de Lisboa, Porto, Coimbra, Braga e Aveiro, pela sua dimensão, condicionam, em termos de volume, todos os fluxos de forma decisiva.

De facto, quando se comparam as três variáveis: as candidaturas entregues em cada Distrito (1), as candidaturas às vagas do Distrito (2) e os candidatos que concorrem apenas ao Distrito onde entregam a candidatura na sua primeira opção (3), pode concluir-se que a tendência para a polarização em Lisboa, Porto, Coimbra, Braga e Aveiro poderá estar-se a acentuar (Figura 29).

Não deixa de ser importante, porém, avaliar a potencial mobilidade dos candidatos para outros centros de segundo nível.

Nem Lisboa nem o Porto registam mais candidatos de fora do que de dentro, em termos globais, dada a dimensão da sua oferta e da sua procura, mas há um conjunto

de 8 distritos onde isso acontece, envolvendo quantitativos de candidaturas entre 602 e 2, o que reflecte uma potencial disponibilidade dos candidatos para se deslocarem ainda que haja situações muito contrastadas: Castelo Branco, Vila Real, Coimbra, Setúbal, Évora, Bragança, Guarda e Portalegre.

Este balanço global das candidaturas dos estudantes por distritos tem, no entanto, de ser completado com a análise da oferta e procura por áreas, por instituições, considerando as colocações, no sentido de conseguir explicar de forma mais precisa o processo de acesso.

Quadro 43a: Candidatos por origem e destino de candidatura

a) Distrito de entrega de candidatura (residência/origem)

Distritos	Vagas	Total candidaturas ao Distrito (Destino)	Candidatos do próprio Distrito (de Dentro)	Candidatos de outro Distrito (de fora)	Saldo no destino das candidaturas (de dentro-de fora)	% do saldo face ao total	Saldo face as Vagas
Porto	7562	9141	7429	1712	5717	62,54	245,58
Lisboa	13783	10527	9451	1076	8375	79,56	613,55
Coimbra	5476	2377	1969	408	1561	65,67	28,51
Braga	3629	4626	2601	2025	576	12,45	23,59
RA. Madeira	605	1393	707	686	21	1,51	1,87
RA. Açores	683	826	421	405	16	1,94	0,85
Castelo Branco	2328	823	434	389	45	5,47	5,70
Évora	1121	746	343	403	-60	-8,04	-8,33
Faro	1852	1592	733	859	-126	-7,91	-6,03
Bragança	1873	544	131	413	-282	-51,84	-28,46
Vila Real	1365	1042	395	647	-252	-24,18	-13,93
Aveiro	2089	2424	865	1559	-694	-28,63	-109,29
Portalegre	720	394	71	323	-252	-63,96	-11,42
Leiria	2206	2345	759	1586	-827	-35,27	-53,63
Beja	635	493	123	370	-247	-50,10	-13,34
Setúbal	2442	2316	631	1685	-1054	-45,51	-7,65
Viseu	1542	1591	361	1230	-869	-54,62	-23,95
Guarda	789	590	65	525	-460	-77,97	-67,35
Santarém	1809	1700	295	1405	-1110	-65,29	-14,68
Viana do Castelo	991	1152	268	884	-616	-53,47	-101,82
TOTAL	53500	46642	28052	18590	9462	20,29	17,69

Quadro 43b: Candidatos por origem e destino de candidatura
b) Distrito de localização da instituição de candidatura (destino)

Distritos	Vagas	Total candidaturas ao Distrito (Destino)	Candidatos do próprio Distrito (de Dentro)	Candidatos de outro Distrito (de fora)	Saldo no destino das candidaturas (de dentro-de fora)	% do saldo face ao total	Saldo face as Vagas
Castelo Branco	2328	1470	434	1036	-602	-40,95	-25,86
Vila Real	1365	1059	395	664	-269	-25,40	-19,71
Coimbra	5476	4884	1969	2915	-946	-19,37	-17,28
Setúbal	2442	1495	631	864	-233	-15,59	-9,54
Évora	1121	772	343	429	-86	-11,14	-7,67
Bragança	1873	376	131	245	-114	-30,32	-6,09
Guarda	789	146	65	81	-16	-10,96	-2,03
Portalegre	720	144	71	73	-2	-1,39	-0,28
Aveiro	2089	1675	865	810	55	3,28	2,63
Viana do Castelo	991	506	268	238	30	5,93	3,03
Santarém	1809	534	295	239	56	10,49	3,10
Beja	635	222	123	99	24	10,81	3,78
Leiria	2206	1295	759	536	223	17,22	10,11
Viseu	1542	509	361	148	213	41,85	13,81
Faro	1852	981	733	248	485	49,44	26,19
Lisboa	13783	15085	9451	5634	3817	25,30	27,69
Braga	3629	3490	2601	889	1712	49,05	47,18
R. A. Açores	683	481	421	60	361	75,05	52,86
Porto	7562	10796	7429	3367	4062	37,63	53,72
R. A. Madeira	605	722	707	15	692	95,84	114,38
TOTAL	53500	46642	28052	18590	9462	20,29	17,69

Considerando as candidaturas globais – 46.642 candidatos – sabe-se que 18.590 escolheram, na sua primeira opção, na primeira fase, um curso/instituição fora do seu distrito de residência, o que corresponde a um valor global de 39,85% de candidatos dispostos a deslocarem-se territorialmente (Figura 30).

Centrando a análise apenas nos colocados, procurando conhecer a situação no final da primeira fase de candidatura, reforçam-se algumas das conclusões anteriores e os indicadores ganham uma maior precisão (Quadro 44).

Figura 29: Distrito de entrega e distrito de candidatura das primeiras opções

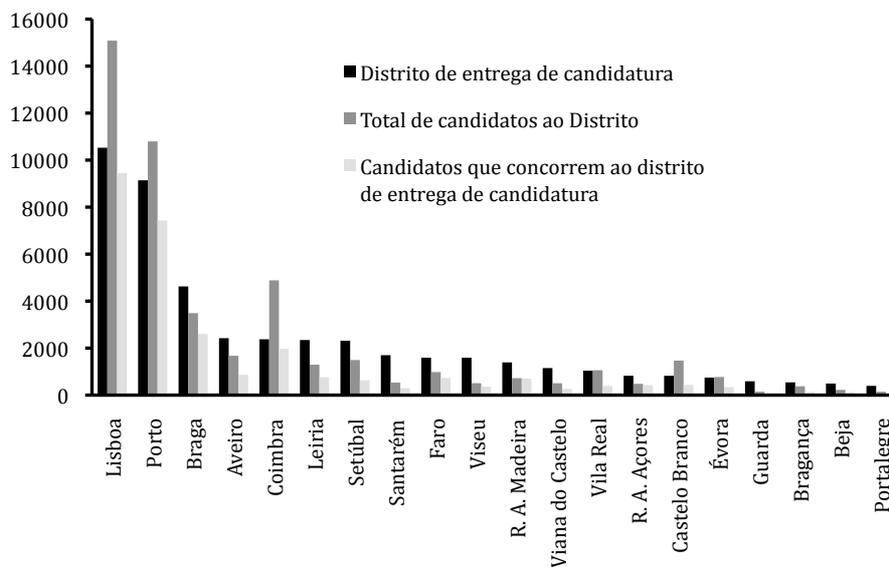
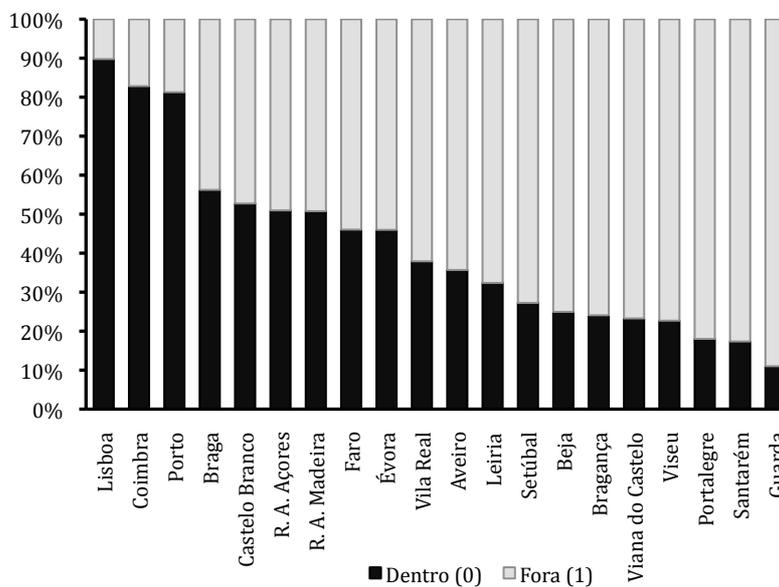


Figura 30: Candidaturas 1ª fase, 1ª opção, por distrito de entrega, para o próprio distrito (dentro) e para outro distrito (fora)



Quadro 44: Colocados segundo o distrito de candidatura
(em relação ao distrito de origem)

Distritos	Colocados com origem no distrito D			%		
	São do distrito D e candidatam-se Dentro	São do distrito D e candidatam-se Fora	Total origem em D	Dentro %	Fora %	Total %
Lisboa	8304	980	9284	89,44	10,56	100
Coimbra	1852	377	2229	83,09	16,91	100
Porto	6424	1480	7904	81,28	18,72	100
Braga	2381	1852	4233	56,25	43,75	100
Castelo Branco	410	366	776	52,84	47,16	100
R. A. Açores	413	384	797	51,82	48,18	100
R. A. Madeira	634	651	1285	49,34	50,66	100
Faro	689	795	1484	46,43	53,57	100
Évora	317	375	692	45,81	54,19	100
Vila Real	370	593	963	38,42	61,58	100
Aveiro	798	1444	2242	35,59	64,41	100
Leiria	727	1461	2188	33,23	66,77	100
Setúbal	594	1500	2094	28,37	71,63	100
Bragança	130	381	511	25,44	74,56	100
Beja	117	347	464	25,22	74,78	100
Viana do Castelo	258	827	1085	23,78	76,22	100
Viseu	357	1156	1513	23,60	76,40	100
Portalegre	71	296	367	19,35	80,65	100
Santarém	286	1294	1580	18,10	81,90	100
Guarda	65	496	561	11,59	88,41	100
TOTAL	25197	17055	42252	59,64	40,36	100

Em 6 distritos, os colocados correspondem a mais de 50% dos candidatos (em todas as preferências): Lisboa, Coimbra, Porto, Braga, Castelo Branco e Açores são os distritos mais atractivos, destacando-se Lisboa com cerca de 90%.

Em 5 distritos, menos de 25% dos colocados escolheram o próprio distrito de residência na sua primeira opção: Viana do Castelo, Viseu, Portalegre, Santarém e Guarda. São os distritos menos atractivos internamente, no acesso ao ensino superior.

Globalmente, a nível nacional, cerca de 60% dos colocados candidataram-se ao próprio distrito e 40% candidataram-se a outro distrito que não o da sua origem (na primeira preferência), independentemente do distrito em que viriam a ficar colocados e se matricularam (ou não).

Dos candidatos que concorrem fora do seu distrito, cerca de 30% concorrem a Lisboa, 18% ao Porto e 15% a Coimbra. (Quadro 45).

Há, de forma clara, uma relação directa entre o número de candidatos de fora do distrito com a oferta do mesmo, considerando o total de cursos oferecidos.

Considerando o saldo entre os candidatos que “querem sair” e os que “querem entrar”, 6 distritos têm um saldo positivo, com um maior número de candidatos a quererem entrar do que a quererem sair: Lisboa, Coimbra, Porto, Castelo Branco, Évora e Vila Real (Quadro 46).

Ao contrário, destacam-se os distritos de Leiria, Viseu, Braga e Santarém como os que têm o maior saldo negativo, com maior número de candidatos a “querer sair” do que a “querer entrar”.

Quadro 45: Colocados que se candidataram a partir de outro distrito (de fora)

Distritos	Colocados no distrito vindos de fora		N.º de cursos com candidaturas
	N.º	%	
Lisboa	5120	30,02	187
Porto	3084	18,08	117
Coimbra	2702	15,84	94
Castelo Branco	947	5,55	55
Braga	792	4,64	78
Setúbal	792	4,64	44
Aveiro	751	4,40	54
Vila Real	610	3,58	37
Leiria	490	2,87	64
Évora	406	2,38	38
Bragança	235	1,38	40
Faro	229	1,34	51
Santarém	229	1,34	48
Viana do Castelo	219	1,28	29
Viseu	145	0,85	35
Beja	92	0,54	21
Guarda	77	0,45	21
Portalegre	73	0,43	22
R. A. Açores	50	0,29	26
R. A. Madeira	12	0,07	17
TOTAL	17055	100	1078

Procurando compreender os factores que explicam a mobilidade, contabilizaram-se as candidaturas a distritos fora da residência, por áreas de formação (Quadro 47).

De imediato, confirma-se o que estudos anteriores e o senso comum tem vindo a reforçar ano a ano, um candidato está disposto a deslocar-se, antes de mais, para estudar Medicina, onde quer que ela seja oferecida!

Se no caso da Medicina se compreende a disponibilidade do estudante para se deslocar, devido ao prestígio e à oferta limitada, a mesma explicação não se pode generalizar a outras formações com muito maior oferta, dispersa por todo o país.

Quadro 46: Saldo entre entradas e saídas no distrito

Distritos	Colocados		Saldo 2-1	N.º de cursos com candidaturas
	São do distrito D e candidatam-se Fora (1)	São de Fora e candidatam-se ao distrito D (2)		
Lisboa	980	5120	4140	187
Coimbra	377	2702	2325	94
Porto	1480	3084	1604	117
Castelo Branco	366	947	581	55
Évora	375	406	31	38
Vila Real	593	610	17	37
Bragança	381	235	-146	40
Portalegre	296	73	-223	22
Beja	347	92	-255	21
R. A. Açores	384	50	-334	26
Guarda	496	77	-419	21
Faro	795	229	-566	51
Viana do Castelo	827	219	-608	29
R. A. Madeira	651	12	-639	17
Aveiro	1444	751	-693	54
Setúbal	1500	792	-708	44
Leiria	1461	490	-971	64
Viseu	1156	145	-1011	35
Braga	1852	792	-1060	78
Santarém	1294	229	-1065	48
TOTAL	17055	17055		1078

Com efeito, na lista das principais áreas de candidaturas a distritos exteriores ao da residência surgem, por ordem decrescente, Medicina, Gestão e Administração, Electrónica e Automação, Direito, Terapia e Reabilitação, Enfermagem, Biologia e Bioquímica, Ciências Farmacêuticas, Desporto, Áudio-Visuais e Produção dos Média, Jornalismo e Reportagem, Psicologia, Tecnologia dos Processos Químicos, Economia, Metalurgia e Metalomecânica, Tecnologias de Diagnóstico e Terapêutica e Arquitectura e Urbanismo, áreas nas quais, em muitos casos, existe uma grande oferta, dispersa por todos os distritos.

Esse facto vem pôr em evidência a importância do factor prestígio ou reconhecimento de qualidade das IES, por parte dos candidatos. Só assim se podem explicar certas escolhas, partindo do pressuposto de racionalidade de um candidato só se deslocar, se não houver localmente o curso da sua preferência e admitindo que esse candidato teria uma nota de candidatura que lhe permitiria conseguir localmente uma colocação.

Quadro 47: Candidaturas 1ª fase, 1ª opção para distritos fora do distrito de entrega

CNAEF	Total de candidatos a uma IES fora do seu distrito	(%)	
721	Medicina	1497	8,05
345	Gestão e Administração	1066	5,73
523	Electrónica e Automação	958	5,15
380	Direito	934	5,02
726	Terapia e Reabilitação	807	4,34
723	Enfermagem	803	4,32
421	Biologia e Bioquímica	755	4,06
727	Ciências Farmacêuticas	747	4,02
813	Desporto	641	3,45
213	Áudio-Visuais e Produção dos Media	619	3,33
321	Jornalismo e Reportagem	606	3,26
311	Psicologia	572	3,08
524	Tecnologia dos Processos Químicos	493	2,65
314	Economia	491	2,64
521	Metalurgia e Metalomecânica	483	2,60
725	Tecnologias de Diagnóstico e Terapêutica	448	2,41
581	Arquitectura e Urbanismo	443	2,38
214	Design	366	1,97
312	Sociologia e Outros Estudos	362	1,95
640	Ciências Veterinárias	355	1,91
582	Construção Civil e Engenharia Civil	348	1,87
222	Línguas e Literaturas Estrangeiras	325	1,75
812	Turismo e Lazer	313	1,68
313	Ciência Política e Cidadania	277	1,49
724	Ciências Dentárias	272	1,46
211	Belas-Artes	259	1,39
762	Trabalho Social e Orientação	256	1,38
342	Marketing e Publicidade	239	1,29
529	Engenharia e Técnicas Afins - programas não classificados	219	1,18
525	Construção e Reparação de Veículos a Motor	215	1,16
144	Formação de Professores do Ensino Básico (1.º e 2.º Ciclos)	209	1,12
212	Artes do Espectáculo	184	0,99
522	Electricidade e Energia	158	0,85
344	Contabilidade e Fiscalidade	151	0,81
225	História e Arqueologia	149	0,80
443	Ciências da Terra	142	0,76
851	Tecnologia de Protecção do Ambiente	136	0,73
441	Física	132	0,71
621	Produção Agrícola e Animal	126	0,68

CNAEF	Total de candidatos a uma IES fora do seu distrito	(%)
347 Enquadramento na Organização/Empresa	125	0,67
481 Ciências Informáticas	117	0,63
461 Matemática	95	0,51
442 Química	83	0,45
811 Hotelaria e Restauração	73	0,39
541 Indústrias Alimentares	63	0,34
223 Língua e Literatura Materna	48	0,26
142 Ciências da Educação	46	0,25
343 Finanças, Banca e Seguros	42	0,23
226 Filosofia e Ética	36	0,19
543 Materiais (Indústrias da Madeira, Cortiça, Papel, Plástico, Vidro e outros)	36	0,19
840 Serviços de Transporte	32	0,17
215 Artesanato	31	0,17
346 Secretariado e Trabalho Administrativo	22	0,12
862 Segurança e Higiene no Trabalho	22	0,12
349 Ciências Empresariais - programas não classificados noutra área de formação	20	0,11
729 Saúde - programas não classificados noutra área de formação	20	0,11
Outros (14 áreas com valores inferiores a 20 candidatos)	123	0,66
TOTAL	18590	100

A título de exemplo, verificou-se no distrito de Aveiro que a maior parte dos estudantes do distrito que concorreram para fora o fez em relação ao curso de Medicina, respectivamente no distrito de Coimbra e Porto. Analisando os candidatos de Aveiro que concorreram ao distrito do Porto, por áreas CNAEF, em comparação com os candidatos do distrito que concorreram ao próprio distrito de Aveiro e os de outros distritos globalmente, incluindo o Porto, que concorreram a Aveiro, ficam evidentes algumas aparentes contradições. Assim, as áreas de Electrónica e Automação, Gestão e Administração, Terapia e Reabilitação e Metalurgia e Metalomecânica são simultaneamente áreas atractivas e repulsivas de Aveiro!

Considerando todos os distritos de destino, para os candidatos que concorreram a outro distrito que não o da sua residência, verifica-se, como seria de esperar que, Lisboa, Porto e Coimbra são os grandes ímanes com capacidade para atraírem mais de metade dos candidatos móveis, correspondendo a 64% do total (Quadro 48).

O distrito de Castelo Branco surge na posição imediatamente inferior, muito provavelmente devido à oferta de Medicina, na Universidade da Beira Interior, na Covilhã que, como se viu anteriormente, é o grande impulsionador da potencial mobilidade dos estudantes ao primeiro ano das licenciaturas e mestrados integrados.

Quadro 48: Candidatos de outros distritos, por distrito de destino

Distrito de Destino	Candidatos de outros distritos	%
Lisboa	5634	30,31
Porto	3367	18,11
Coimbra	2915	15,68
Castelo Branco	1036	5,57
Braga	889	4,78
Setúbal	864	4,65
Aveiro	810	4,36
Vila Real	664	3,57
Leiria	536	2,88
Évora	429	2,31
Faro	248	1,33
Bragança	245	1,32
Santarém	239	1,29
Viana do Castelo	238	1,28
Viseu	148	0,80
Beja	99	0,53
Guarda	81	0,44
Portalegre	73	0,39
R. A. Açores	60	0,32
R. A. Madeira	15	0,08
TOTAL	18590	100

A capacidade de atracção dos distritos onde não existe uma universidade pública é muito reduzida, situando-se Faro numa posição comparativamente mais marginalizada do que os restantes distritos com universidades públicas.

Relativamente ao distrito de origem dos estudantes/candidatos móveis, não se verifica claramente uma tendência inversa à situação face aos destinos, isto é, não são os distritos menos atractivos que emitem mais candidatos; os maiores contingentes de estudantes “de fora” são originários precisamente dos distritos de Braga e Porto os quais, por seu turno, eram também dos maiores receptores de candidaturas “de fora”. Os distritos de Braga e Porto têm assim uma procura superior à oferta, facto que associado à diversidade de oferta e às notas de candidatura obriga os estudantes a concorrerem no exterior para conseguirem uma colocação (Quadro 49).

Há, portanto, uma relação estreita entre a dimensão demográfica e a procura de vagas fora do distrito de candidatura, sendo os maiores contingentes dos distritos com centros urbanos de maior dimensão, ainda que possuindo ensino superior universitário público.

Lisboa, para além da dimensão, tem como vantagem a maior oferta, contando com 4 universidades públicas, um instituto politécnico público, três escolas

superiores públicas e a sede da Universidade Aberta, ainda que esta última não integre o concurso nacional de acesso.

Quadro 49: Candidatos a outros distritos, por distrito de origem

Distrito de Origem	Candidatos de outros distritos	%
Braga	2025	10,89
Porto	1712	9,21
Setúbal	1685	9,06
Leiria	1586	8,53
Aveiro	1559	8,39
Santarém	1405	7,56
Viseu	1230	6,62
Lisboa	1076	5,79
Viana do Castelo	884	4,76
Faro	859	4,62
R. A. Madeira	686	3,69
Vila Real	647	3,48
Guarda	525	2,82
Bragança	413	2,22
Coimbra	408	2,19
R. A. Açores	405	2,18
Évora	403	2,17
Castelo Branco	389	2,09
Beja	370	1,99
Portalegre	323	1,74
TOTAL	18590	100

Os fluxos das regiões periféricas como Guarda, Bragança, Beja e Portalegre, em direcção aos grandes centros urbanos e pólos universitários são comparativamente inferiores, em valor absoluto, aos gerados por aqueles grandes centros entre si mas, de grande significado, quando medidos em termos percentuais em relação as candidatos dos próprios distritos.

Internamente, estes fluxos são porém muito significativos. A título de exemplo, no distrito da Guarda são oferecidas 789 vagas no concurso nacional de acesso; para essa vagas, registaram-se apenas 146 candidaturas na primeira fase; no distrito da Guarda foram porém, entregues 590 candidaturas, sendo apenas 65 para vagas do próprio distrito. Quase 90% dos candidatos com origem no distrito, querem sair e concorreram a outro distrito.

Estes contingentes representam a potencial mobilidade das regiões periféricas para os grandes pólos de ensino superior e o desinteresse dos candidatos pela oferta local, neste caso de institutos politécnicos públicos, cujo desempenho foi, ao nível do acesso, inferior aos patamares médios do sistema, como se viu anteriormente.

Trata-se de um processo cumulativo que, naturalmente, se vai alimentando cada vez mais a partir das grandes áreas urbanas. Aqui, com geometrias variáveis, vai-se acomodando a procura, não se verificando um fluxo de compensação de saída, destas áreas para a periferia, dos candidatos não colocados no ensino público, por exemplo.

Quadro 50: Indicadores do concurso nacional de acesso 2011

Estabelecimento de Ensino Superior	Vagas		Candidatos		Colocados		Matriculados 1.ª Fase		Índice de Força de Opcão (IF)	Quociente de especialização do IF	Taxa de Ocupação		Nota Min 1
	N.º	(%)	N.º	(%)	1.ª Fase	N.º	1.ª Fase	N.º			Total	1.ª opção	
Universidade da Beira Interior	1295	2,42	1037	2,22	1165	1002	430	0,8	0,92	77,37	33,2	129	
Universidade da Madeira	585	1,09	676	1,45	502	460	374	1,16	1,33	78,63	63,93	129,7	
Universidade da Madeira – Esc. Superior de Enfermagem	20	0,04	46	0,1	20	9	8	2,3	2,64	45	40	136,8	
Universidade de Aveiro	1489	2,78	1243	2,66	1388	1243	741	0,83	0,96	83,48	49,76	128,3	
Universidade de Aveiro – E. S. de Design, Gestão e Tecnologias da Produção de Aveiro-Norte	35	0,07	6	0,01	17	11	5	0,17	0,2	31,43	14,29	114,5	
Universidade de Aveiro – E.S. de Saúde de Aveiro	158	0,3	272	0,58	158	144	75	1,72	1,97	91,14	47,47	146,9	
Universidade de Aveiro – E.S. Tecnologia e Gestão Águeda	197	0,37	42	0,09	77	62	39	0,21	0,24	31,47	19,8	107,1	
Universidade de Aveiro – I.S. de Contabilidade e Administração de Aveiro	210	0,39	112	0,24	138	126	87	0,53	0,61	60	41,43	122,6	
Universidade de Coimbra - Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física	120	0,22	130	0,28	121	106	49	1,08	1,24	88,33	40,83	127,2	
Universidade de Coimbra - Faculdade de Ciências e Tecnologia	1068	2	864	1,85	1011	955	579	0,81	0,93	89,42	54,21	133,7	
Universidade de Coimbra - Faculdade de Direito	375	0,7	320	0,69	378	322	257	0,85	0,98	85,87	68,53	131,7	
Universidade de Coimbra - Faculdade de Economia	325	0,61	361	0,77	329	303	205	1,11	1,27	93,23	63,08	138,3	

Estabelecimento de Ensino Superior	Vagas		Candidatos		Colocados		Matriculados 1.ª Fase		Índice de Força (IF)	Quociente de especialização do IF	Taxa de Ocupação		Nota Min 1
	N.º	(%)	1.ª Opção 1.ª Fase		1.ª Fase		1.ª Fase 1.ª Opção				Total	1.ª Opção	
			N.º	(%)	N.º	N.º	N.º	N.º					
Universidade de Coimbra - Faculdade de Farmácia	210	0,39	267	0,57	210	202	45	1,27	1,46	96,19	21,43	162,4	
Universidade de Coimbra - Faculdade de Letras	514	0,96	421	0,9	463	402	256	0,82	0,94	78,21	49,81	119,1	
Universidade de Coimbra - Faculdade de Medicina	297	0,56	574	1,23	302	301	147	1,93	2,22	101,35	49,49	182,2	
Universidade de Coimbra - Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação	280	0,52	279	0,6	284	257	150	1	1,14	91,79	53,57	126	
Universidade de Évora - Escola de Artes	145	0,27	66	0,14	119	92	52	0,46	0,52	63,45	35,86	120,7	
Universidade de Évora - Escola de Ciências e Tecnologia	491	0,92	318	0,68	402	360	197	0,65	0,74	73,32	40,12	115,9	
Universidade de Évora - Escola de Ciências Sociais	425	0,79	296	0,63	325	290	187	0,7	0,8	68,24	44	121	
Universidade de Évora - E. S. Enf. de São João de Deus	60	0,11	92	0,2	61	55	25	1,53	1,76	91,67	41,67	134,9	
Universidade de Lisboa (outros cursos)	80	0,15	60	0,13	80	68	21	0,75	0,86	85	26,25	154,5	
Universidade de Lisboa - Faculdade de Belas-Artes	330	0,62	599	1,28	335	306	191	1,82	2,08	92,73	57,88	153,3	
Universidade de Lisboa - Faculdade de Direito	630	1,18	407	0,87	498	432	344	0,65	0,74	68,57	54,6	124	
Universidade de Lisboa - Faculdade de Farmácia	210	0,39	369	0,79	211	185	61	1,76	2,02	88,1	29,05	167,3	

Estabelecimento de Ensino Superior	Vagas		Candidatos		Colocados		Matriculados		Índice de Força (IF)	Quociente de especialização do IF	Taxa de Ocupação		Nota Min 1
	N.º	(%)	1.ª Opção 1.ª Fase		1.ª Fase		1.ª Opção 1.ª Fase				Total	1.ª Opção	
			N.º	(%)	N.º	N.º	N.º	N.º					
Universidade de Lisboa - Faculdade de Letras	925	1,73	661	1,42	805	684	473	0,71	0,82	73,95	51,14	120,1	
Universidade de Lisboa - Faculdade de Medicina	295	0,55	567	1,22	295	290	192	1,92	2,2	98,31	65,08	182	
Universidade de Lisboa - Fac. de Medicina Dentária	140	0,26	158	0,34	139	105	30	1,13	1,29	75	21,43	150,7	
Universidade de Lisboa - Faculdade de Psicologia	155	0,29	185	0,4	155	129	94	1,19	1,37	83,23	60,65	135,8	
Universidade de Lisboa - Instituto de Educação	80	0,15	20	0,04	40	35	18	0,25	0,29	43,75	22,5	110	
Universidade de Lisboa - Instituto de Geografia e Ordenamento do Território	150	0,28	83	0,18	118	97	66	0,55	0,63	64,67	44	110,8	
UTAD - Escola de Ciências Agrárias e Veterinárias	215	0,4	177	0,38	168	146	72	0,82	0,94	67,91	33,49	120,5	
UTAD - Escola de Ciências da Vida e do Ambiente	394	0,74	315	0,68	349	297	135	0,8	0,92	75,38	34,26	129,1	
UTAD - Escola de Ciências e Tecnologia	270	0,5	133	0,29	226	201	107	0,49	0,57	74,44	39,63	120,2	
UTAD - Escola de Ciências Humanas e Sociais	339	0,63	322	0,69	347	283	150	0,95	1,09	83,48	44,25	133,2	
UTAD - Escola de Ciências Humanas e Sociais (Chaves)	75	0,14	18	0,04	40	32	16	0,24	0,28	42,67	21,33	106	
UTAD - Escola Superior de Enfermagem de Vila Real	72	0,13	94	0,2	73	65	41	1,31	1,5	90,28	56,94	142,8	
Universidade do Algarve - Universidade do Algarve - E.S. de Gestão, Hotelaria e Turismo de Faro	38	0,07	25	0,05	38	32	11	0,66	0,75	84,21	28,95	150	
	250	0,47	158	0,34	195	165	129	0,63	0,72	66	51,6	127,3	

Estabelecimento de Ensino Superior	Vagas		Candidatos		Colocados		Matriculados		Índice de Força (IF)	Quociente de especialização do IF	Taxa de Ocupação		Nota Min I
	N.º	(%)	1.ª Opção 1.ª Fase		1.ª Fase		1.ª Opção 1.ª Fase				Total	1.ª Opção	
			N.º	(%)	N.º	(%)	N.º	N.º	N.º	N.º			
Universidade do Algarve – E.S. de Gestão, Hotelaria e Turismo de Faro (Portimão)	140	0,26	48	0,1	65	52	42	0,34	0,39	37,14	30	119,1	
Universidade do Algarve - Escola Superior de Saúde	188	0,35	202	0,43	182	151	86	1,07	1,23	80,32	45,74	134,1	
Universidade do Algarve - Faculdade de Ciências e Tecnologia	356	0,67	133	0,29	204	154	83	0,37	0,43	43,26	23,31	116,5	
Universidade do Algarve – F. Ciências Humanas e Sociais	278	0,52	109	0,23	156	113	72	0,39	0,45	40,65	25,9	110,6	
Universidade do Algarve - Faculdade de Economia	200	0,37	81	0,17	113	88	72	0,41	0,46	44	36	106,3	
Universidade do Algarve – I.S. de Engenharia de Faro	178	0,33	60	0,13	67	65	58	0,34	0,39	36,52	32,58	121,8	
Universidade do Minho	2694	5,04	2951	6,33	2475	2266	1348	1,1	1,26	84,11	50,04	132,7	
Universidade do Minho – E.S. de Enfermagem	80	0,15	162	0,35	81	76	53	2,03	2,32	95	66,25	157	
Universidade do Porto - Faculdade de Arquitectura	125	0,23	282	0,6	125	120	118	2,26	2,59	96	94,4	179,5	
Universidade do Porto - Faculdade de Belas-Artes	140	0,26	379	0,81	140	132	99	2,71	3,11	94,29	70,71	162,5	
Universidade do Porto - Faculdade de Ciências	675	1,26	615	1,32	629	559	328	0,91	1,05	82,81	48,59	128	
Universidade do Porto – Fac. de Ciências da Nutrição e Alimentação	70	0,13	126	0,27	71	62	21	1,8	2,06	88,57	30	164,5	

Estabelecimento de Ensino Superior	Vagas		Candidatos 1.ª Opção 1.ª Fase		Colocados 1.ª Fase		Matriculados 1.ª Opção 1.ª Fase		Índice de Força (IF)	Quociente de especialização do IF	Taxa de Ocupação		Nota Min 1
	N.º	(%)	N.º	(%)	N.º	(%)	N.º	(%)			Total	1.ª Opção	
Universidade do Porto - Faculdade de Desporto	128	0,24	272	0,58	128		120	114	2,13	2,44	93,75	89,06	145
Universidade do Porto - Faculdade de Direito	200	0,37	358	0,77	202		188	158	1,79	2,05	94	79	159
Universidade do Porto - Faculdade de Economia	345	0,64	571	1,22	345		324	292	1,66	1,9	93,91	84,64	160,4
Universidade do Porto - Faculdade de Engenharia	880	1,64	1415	3,03	881		845	515	1,61	1,84	96,02	58,52	154,8
Universidade do Porto - Faculdade de Farmácia	187	0,35	338	0,72	188		173	51	1,81	2,07	92,51	27,27	168,8
Universidade do Porto - Faculdade de Letras	665	1,24	1108	2,38	676		599	379	1,67	1,91	90,08	56,99	146
Universidade do Porto - Faculdade de Medicina	245	0,46	529	1,13	245		244	229	2,16	2,48	99,59	93,47	186,3
Universidade do Porto – Fac. de Medicina Dentária	70	0,13	283	0,61	70		66	18	4,04	4,64	94,29	25,71	177,5
Universidade do Porto – Fac. de Psicologia e de Ciências da Educação	180	0,34	406	0,87	183		158	105	2,26	2,59	87,78	58,33	145,8
Universidade do Porto - Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar	250	0,47	585	1,25	250		232	147	2,34	2,68	92,8	58,8	170,2
Universidade dos Açores - Angra do Heroísmo	117	0,22	49	0,11	66		59	37	0,42	0,48	50,43	31,62	142,3
Universidade dos Açores – E.S. de Enfermagem de Angra do Heroísmo	40	0,07	20	0,04	40		29	19	0,5	0,57	72,5	47,5	120,4

Estabelecimento de Ensino Superior	Vagas		Candidatos 1.ª Opção 1.ª Fase		Colocados 1.ª Fase		Matriculados 1.ª Opção 1.ª Fase		Índice de Força (IF)	Quociente de especialização do IF	Taxa de Ocupação		Nota Min 1	
	N.º	(%)	N.º	(%)	N.º	(%)	N.º	(%)			Total	1.ª Opção		
Universidade dos Açores – E.S. de Enfermagem de Ponta Delgada	40	0,07	47	0,1	40		35		31	1,18	1,35	87,5	77,5	127,8
Universidade dos Açores - Ponta Delgada	486	0,91	365	0,78	327		310		267	0,75	0,86	63,79	54,94	120,1
Universidade Nova de Lisboa – F. de Ciências e Tecnologia	1110	2,07	874	1,87	1058		963		514	0,79	0,9	86,76	46,31	134,7
Universidade Nova de Lisboa – Fac. de Ciências Médicas	231	0,43	420	0,9	235		234		86	1,82	2,09	101,3	37,23	181,2
Universidade Nova de Lisboa – F. de Ciências Sociais e Humanas	745	1,39	978	2,1	686		593		452	1,31	1,51	79,6	60,67	125,8
Universidade Nova de Lisboa - Faculdade de Direito	100	0,19	263	0,56	100		82		82	2,63	3,02	82	82	150,8
Universidade Nova de Lisboa - Faculdade de Economia	420	0,79	773	1,66	422		334		313	1,84	2,11	79,52	74,52	165
Universidade Nova de Lisboa Instituto Superior Estatística e Gestão de Informação	100	0,19	111	0,24	102		92		62	1,11	1,27	92	62	142,9
Universidade Técnica de Lisboa – F. de Arquitectura	434	0,81	367	0,79	375		349		200	0,85	0,97	80,41	46,08	130,8
Universidade Técnica de Lisboa – Fac. de Medicina Veterinária	95	0,18	203	0,44	95		83		52	2,14	2,45	87,37	54,74	165,3
Universidade Técnica de Lisboa – Fac. de Motricidade Humana	251	0,47	450	0,96	252		225		187	1,79	2,06	89,64	74,5	135,4

Estabelecimento de Ensino Superior	Vagas		Candidatos 1.ª Opção 1.ª Fase		Colocados 1.ª Fase		Matriculados 1.ª Opção 1.ª Fase		Índice de Força (IF)	Quociente de especialização do IF	Taxa de Ocupação		Nota Min 1
	N.º	(%)	N.º	(%)	N.º	N.º	N.º	N.º			Total	1.ª Opção	
Universidade Técnica de Lisboa – I.S. de Agronomia	240	0,45	124	0,27	222	186	86	0,52	0,59	77,5	35,83	120,8	
Universidade Técnica de Lisboa – I.S. de Ciências Sociais e Políticas	802	1,5	606	1,3	699	587	285	0,76	0,87	73,19	35,54	120,1	
Universidade Técnica de Lisboa – I.S. de Economia e Gestão	450	0,84	344	0,74	451	363	147	0,76	0,88	80,67	32,67	147,3	
Universidade Técnica de Lisboa – I.S. Técnico	1230	2,3	1661	3,56	1230	1173	788	1,35	1,55	95,37	64,07	157	
Universidade Técnica de Lisboa – I.S. Técnico (instalações no Tagus Park)	239	0,45	161	0,35	211	206	129	0,67	0,77	86,19	53,97	126,4	
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa	1135	2,12	1488	3,19	1096	970	555	1,31	1,5	85,46	48,9	132,5	
Instituto Politécnico da Guarda – E.S. de Educação, Comunicação e Desporto	225	0,42	41	0,09	104	71	35	0,18	0,21	31,56	15,56	109,2	
Instituto Politécnico da Guarda – E.S. de Saúde	125	0,23	49	0,11	99	81	35	0,39	0,45	64,8	28	124,5	
Instituto Politécnico da Guarda – E.S. de Tecnologia e Gestão	335	0,63	30	0,06	50	40	28	0,09	0,1	11,94	8,36	117,7	
Instituto Politécnico da Guarda – E.S. de Turismo e Hotelaria	104	0,19	26	0,06	38	26	22	0,25	0,29	25	21,15	111,4	

Estabelecimento de Ensino Superior	Vagas		Candidatos 1.ª Opção 1.ª Fase		Colocados 1.ª Fase		Matriculados 1.ª Opção 1.ª Fase		Índice de Força (IF)	Quociente de especialização do IF	Taxa de Ocupação		Nota Min 1
	N.º	(%)	N.º	(%)	N.º	N.º	N.º	N.º			Total	1.ª Opção	
Instituto Politécnico de Beja - Escola Superior Agrária	100	0,19	5	0,01	11	9	5	0,05	0,06	0,06	9	5	121,1
Instituto Politécnico de Beja - Escola Superior de Educação	210	0,39	66	0,14	100	83	58	0,31	0,36	0,36	39,52	27,62	119,5
Instituto Politécnico de Beja - Escola Superior de Saúde	85	0,16	89	0,19	70	59	31	1,05	1,2	1,2	69,41	36,47	126,7
Instituto Politécnico de Beja - E.S. Tecnologia e Gestão	240	0,45	62	0,13	80	69	56	0,26	0,3	0,3	28,75	23,33	113,1
Instituto Politécnico de Bragança - E.S. Agrária	275	0,51	18	0,04	28	20	13	0,07	0,08	0,08	7,27	4,73	119,6
Instituto Politécnico de Bragança - E.S. de Comunicação, Administração e Turismo de Mirandela	365	0,68	41	0,09	73	49	34	0,11	0,13	0,13	13,42	9,32	117,5
Instituto Politécnico de Bragança - E.S. de Educação	435	0,81	125	0,27	197	150	96	0,29	0,33	0,33	34,48	22,07	111,2
Instituto Politécnico de Bragança - E.S. de Saúde	240	0,45	119	0,26	209	161	49	0,5	0,57	0,57	67,08	20,42	124,6
Instituto Politécnico de Bragança - E.S. de Tecnologia e de Gestão	558	1,04	73	0,16	145	123	68	0,13	0,15	0,15	22,04	12,19	112,6
Instituto Politécnico de Castelo Branco - Escola Superior Agrária	150	0,28	35	0,08	49	42	34	0,23	0,27	0,27	28	22,67	116,6
Instituto Politécnico de Castelo Branco - E.S. de Artes Aplicadas	111	0,21	57	0,12	106	83	50	0,51	0,59	0,59	74,77	45,05	120,8

Estabelecimento de Ensino Superior	Vagas		Candidatos 1.ª Opção 1.ª Fase		Colocados 1.ª Fase		Matriculados 1.ª Opção 1.ª Fase		Índice de Força (IF)	Quociente de especialização do IF	Taxa de Ocupação		Nota Min 1
	N.º	(%)	N.º	(%)	N.º	N.º	N.º	N.º			Total	1.ª Opção	
Instituto Politécnico de Castelo Branco – E.S. de Educação	215	0,4	91	0,2	124	107	84	0,42	0,49	49,77	39,07	111,5	
Instituto Politécnico de Castelo Branco – E.S. de Gestão de Idanha-a-Nova	210	0,39	32	0,07	44	38	31	0,15	0,17	18,1	14,76	112,2	
Instituto Politécnico de Castelo Branco – E.S. de Saúde Dr. Lopes Dias	172	0,32	199	0,43	173	150	68	1,16	1,33	87,21	39,53	141,8	
Instituto Politécnico de Castelo Branco – E.S. de Tecnologia	175	0,33	19	0,04	28	26	19	0,11	0,12	14,86	10,86	131,8	
Instituto Politécnico de Coimbra – E.S. Agrária	260	0,49	80	0,17	150	126	66	0,31	0,35	48,46	25,38	114,8	
Instituto Politécnico de Coimbra – E.S. de Educação	477	0,89	502	1,08	441	398	255	1,05	1,21	83,44	53,46	129,2	
Instituto Politécnico de Coimbra – E.S. de Tecnologia da Saúde	240	0,45	271	0,58	243	216	71	1,13	1,3	90	29,58	148,1	
Instituto Politécnico de Coimbra – E.S. de Tecnologia e Gestão de Oliveira do Hospital	135	0,25	16	0,03	36	24	13	0,12	0,14	17,78	9,63	115,3	
Instituto Politécnico de Coimbra – I.S. de Contabilidade e Administração	360	0,67	241	0,52	310	278	189	0,67	0,77	77,22	52,5	114	

Estabelecimento de Ensino Superior	Vagas		Candidatos 1.ª Opção 1.ª Fase		Colocados 1.ª Fase		Matriculados 1.ª Opção 1.ª Fase		Índice de Força (IF)	Quociente de especialização do IF	Taxa de Ocupação		Nota Min 1
	N.º	(%)	N.º	(%)	N.º	N.º	N.º	N.º			Total	1.ª Opção	
Instituto Politécnico de Coimbra – I.S. de Engenharia	495	0,93	269	0,58	376	351	216	216	0,54	0,62	70,91	43,64	121,7
Instituto Politécnico de Leiria – E.S. de Artes e Design das Caldas da Rainha	325	0,61	241	0,52	303	241	131	131	0,74	0,85	74,15	40,31	128,5
Instituto Politécnico de Leiria – E.S. de Educação e Ciências Sociais	460	0,86	215	0,46	273	252	179	179	0,47	0,54	54,78	38,91	118
Instituto Politécnico de Leiria – E.S. de Saúde de Leiria	221	0,41	370	0,79	222	195	96	96	1,67	1,92	88,24	43,44	142,9
Instituto Politécnico de Leiria – E.S. Tecnologia e Gestão	815	1,52	340	0,73	415	375	310	310	0,42	0,48	46,01	38,04	117,4
Instituto Politécnico de Leiria – E.S. Turismo e Tecnologia do Mar de Peniche	385	0,72	129	0,28	199	165	113	113	0,34	0,38	42,86	29,35	116,8
Instituto Politécnico de Lisboa – E.S. de Comunicação Social	320	0,6	689	1,48	323	277	159	159	2,15	2,47	86,56	49,69	145,3
Instituto Politécnico de Lisboa – E.S. de Educação	244	0,46	184	0,39	218	188	134	134	0,75	0,86	77,05	54,92	117,1
Instituto Politécnico de Lisboa – E.S. de Tecnologia da Saúde	420	0,79	436	0,93	420	359	122	122	1,04	1,19	85,48	29,05	145,6

Estabelecimento de Ensino Superior	Vagas		Candidatos		Colocados		Matriculados		Índice de Força (IF)	Quociente de especialização do IF	Taxa de Ocupação		Nota Min 1
	N.º	(%)	N.º	(%)	1.ª Fase	N.º	1.ª Fase	N.º			1.ª Opção	N.º	
Instituto Politécnico de Lisboa – I.S. de Contabilidade e Administração	595	1,11	492	1,05	537		479		233	0,83	80,5	39,16	123,9
Instituto Politécnico de Lisboa – I.S. de Engenharia	909	1,7	308	0,66	487		447		291	0,34	49,17	32,01	116,9
Instituto Politécnico de Portalegre – E.S. Agrária	95	0,18	22	0,05	30		22		19	0,23	23,16	20	118,4
Instituto Politécnico de Portalegre – E.S. Educação	215	0,4	52	0,11	87		73		45	0,24	33,95	20,93	118
Instituto Politécnico de Portalegre – E.S. de Saúde	100	0,19	26	0,06	88		71		23	0,26	71	23	114,9
Instituto Politécnico de Portalegre – E.S. de Tecnologia e Gestão	310	0,58	44	0,09	84		63		39	0,14	20,32	12,58	118,3
Instituto Politécnico de Santarém – E.S. Agrária	185	0,35	36	0,08	59		51		35	0,19	27,57	18,92	115,9
Instituto Politécnico de Santarém – E.S. de Desporto de Rio Maior	199	0,37	147	0,32	184		152		94	0,74	76,38	47,24	114,6
Instituto Politécnico de Santarém – E.S. de Educação	255	0,48	94	0,2	125		107		82	0,37	41,96	32,16	120
Instituto Politécnico de Santarém – E.S. de Gestão e Tecnologia de Santarém	365	0,68	77	0,17	115		93		71	0,21	25,48	19,45	115,8
Instituto Politécnico de Santarém – E.S. de Saúde de Santarém	90	0,17	48	0,1	90		73		27	0,53	81,11	30	129,2

Estabelecimento de Ensino Superior	Vagas		Candidatos 1.ª Opção 1.ª Fase		Colocados 1.ª Fase		Matriculados 1.ª Opção 1.ª Fase		Índice de Força (IF)	Quociente de especialização do IF	Taxa de Ocupação		Nota Min 1
	N.º	(%)	N.º	(%)	N.º	N.º	N.º	N.º			Total	1.ª Opção	
Instituto Politécnico de Setúbal – E.S. de Ciências Empresariais	488	0,91	180	0,39	266	232	171	0,37	0,42	47,54	35,04	112,8	
Instituto Politécnico de Setúbal – E.S. de Educação	215	0,4	127	0,27	180	148	101	0,59	0,68	68,84	46,98	116,7	
Instituto Politécnico de Setúbal – E.S. de Saúde	115	0,21	222	0,48	115	104	63	1,93	2,21	90,43	54,78	148	
Instituto Politécnico de Setúbal – E.S. de Tecnologia	370	0,69	74	0,16	115	93	64	0,2	0,23	25,14	17,3	121,3	
Instituto Politécnico de Setúbal – E.S. de Tecnologia do Barreiro	144	0,27	18	0,04	25	23	17	0,13	0,14	15,97	11,81	122	
Instituto Politécnico de Tomar – E.S. de Gestão	215	0,4	38	0,08	43	38	36	0,18	0,2	17,67	16,74	113,6	
Instituto Politécnico de Tomar – E.S. de Tecnologia de Abrantes	120	0,22	24	0,05	46	30	19	0,2	0,23	25	15,83	112,5	
Instituto Politécnico de Tomar – E.S. de Tecnologia	380	0,71	70	0,15	100	81	63	0,18	0,21	21,32	16,58	121,9	
Instituto Politécnico de Viana do Castelo – E.S. Agrária	96	0,18	31	0,07	58	47	29	0,32	0,37	48,96	30,21	120	
Instituto Politécnico de Viana do Castelo – E.S. de Ciências Empresariais	152	0,28	14	0,03	34	21	12	0,09	0,11	13,82	7,89	99,9	

Estabelecimento de Ensino Superior	Vagas		Candidatos 1.ª Opção 1.ª Fase		Colocados 1.ª Fase		Matriculados 1.ª Opção 1.ª Fase		Índice de Força (IF)	Quociente de especialização do IF	Taxa de Ocupação		Nota Min 1
	N.º	(%)	N.º	(%)	N.º	N.º	N.º	N.º			Total	1.ª Opção	
Instituto Politécnico de Viana do Castelo – E.S. de Desporto e Lazer de Melgaço	30	0,06	37	0,08	32	21	14	1,23	1,41	70	46,67	130,6	
Instituto Politécnico de Viana do Castelo – E.S. de Educação	140	0,26	68	0,15	115	94	56	0,49	0,56	67,14	40	118,2	
Instituto Politécnico de Viana do Castelo – E.S. de Saúde	66	0,12	80	0,17	66	64	40	1,21	1,39	96,97	60,61	143	
Instituto Politécnico de Viana do Castelo – E.S. de Tecnologia e Gestão	507	0,95	276	0,59	350	300	205	0,54	0,62	59,17	40,43	118,3	
Instituto Politécnico de Viseu – E.S. Agrária de Viseu	160	0,3	38	0,08	60	50	34	0,24	0,27	31,25	21,25	119,7	
Instituto Politécnico de Viseu – E.S. de Educação de Viseu	397	0,74	161	0,35	241	198	139	0,41	0,47	49,87	35,01	113	
Instituto Politécnico de Viseu – E.S. de Saúde de Viseu	100	0,19	76	0,16	92	76	33	0,76	0,87	76	33	128,1	
Instituto Politécnico de Viseu – E.S. de Tecnologia e Gestão de Lamego	310	0,58	41	0,09	62	51	37	0,13	0,15	16,45	11,94	121,5	

Estabelecimento de Ensino Superior	Vagas		Candidatos		Colocados		Matriculados		Índice de Força (IF)	Quociente de especialização do IF	Taxa de Ocupação		Nota Min 1
	N.º	(%)	N.º	(%)	N.º	(%)	N.º	(%)			Total	1.ª Opção	
Instituto Politécnico de Viseu – E.S. Tecnologia e Gestão	575	1,07	193	0,41	249		224	187	0,34	0,39	38,96	32,52	112
Instituto Politécnico do Cávado e do Ave - Escola Superior de Gestão	530	0,99	257	0,55	312		281	190	0,48	0,56	53,02	35,85	118,3
Instituto Politécnico do Cávado e do Ave – E.S. de Tecnologia	325	0,61	120	0,26	160		141	93	0,37	0,42	43,38	28,62	121,4
Instituto Politécnico do Porto – E.S. de Educação	379	0,71	364	0,78	303		264	165	0,96	1,1	69,66	43,54	135,1
Instituto Politécnico do Porto – E.S. de Estudos Industriais e de Gestão	325	0,61	390	0,84	313		265	181	1,2	1,38	81,54	55,69	133,8
Instituto Politécnico do Porto – E.S. de Música e das Artes do Espectáculo	50	0,09	132	0,28	52		48	38	2,64	3,03	96	76	147,8
Instituto Politécnico do Porto – E.S. de Tecnologia da Saúde do Porto	455	0,85	723	1,55	456		378	166	1,59	1,82	83,08	36,48	155
Instituto Politécnico do Porto – E.S. de Tecnologia e Gestão de Felgueiras	326	0,61	183	0,39	215		168	124	0,56	0,64	51,53	38,04	117,1
Instituto Politécnico do Porto – I.S. de Contabilidade e Administração do Porto	742	1,39	686	1,47	728		638	424	0,92	1,06	85,98	57,14	126,3

Estabelecimento de Ensino Superior	Vagas		Candidatos 1.ª Opção 1.ª Fase		Colocados 1.ª Fase		Matriculados 1.ª Opção 1.ª Fase		Índice de Força (IF)	Quociente de especialização do IF	Taxa de Ocupação		Nota Min 1
	N.º	(%)	N.º	(%)	N.º	N.º	N.º	N.º			Total	1.ª Opção	
Instituto Politécnico do Porto	855	1,6	638	1,37	833	433	789	433	0,75	0,86	92,28	50,64	126,3
- I.S. de Engenharia do Porto													
Escola Superior de Enfermagem de Coimbra	320	0,6	289	0,62	321	206	295	206	0,9	1,04	92,19	64,38	145,6
Escola Superior de Enfermagem de Lisboa	300	0,56	573	1,23	305	194	273	194	1,91	2,19	91	64,67	145,8
Escola Superior de Enfermagem do Porto	270	0,5	413	0,89	270	165	251	165	1,53	1,75	92,96	61,11	155,5
Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril	430	0,8	585	1,25	426	241	388	241	1,36	1,56	90,23	56,05	137,7
Escola Superior Náutica Infante D. Henrique	173	0,32	78	0,17	77	46	64	46	0,45	0,52	36,99	26,59	118,8
TOTAL	53500	100	46642	100	42252	23083	37337	23083	0,87	1	69,79	43,15	131,2

BIBLIOGRAFIA

- Amaral, Alberto (2011). ERA and the Bologna Process: Implementation Problems and Human Resources Factor. In S. Avveduto, *Convergence and Differentiation. Human Resources for Research in a Changing European Scenario*. (pp. 13-44). Napoli: ScriptaWeb.
- Amaral, Alberto; Fonseca, Madalena (2012). Portugal. Higher education and lifelong education in Portugal. In M. Slowey, & H. G. Schuetze, *Global Perspectives on Higher Education and Lifelong Learners* (pp. 82-96). New York: Routledge.
- Amaral, Alberto; Rosa, Maria João; Fonseca, Madalena (2012) The Portuguese case: Can institutions move to Quality Enhancement?, in Land, R. and Gordon, G. (Eds), *Quality Enhancement*, Routledge.
- CIPES (2008) *A Rede do Ensino Superior em Portugal. Um olhar sobre o acesso*.(coordenação de Alberto Amaral. Co-autores: Pedro Teixeira, Carla Sá, Diana Tavares) Porto: CIPES.
- CIPES (2009) *A Rede do Ensino Superior em Portugal II*. (coordenação de Alberto Amaral) Porto: CIPES.
- CIPES (2010) *A Rede do Ensino Superior em Portugal III*. (coordenação de Alberto Amaral) Porto: CIPES.
- Classificação Nacional das Áreas de Educação e Formação (CNAEF)*, publicada pela Portaria 256/2005 de 16 de Março. (*Fields of Education and Training* - EUROSTAT and CEDEFOP, 1999).
- Estado da Educação 2011. A Qualificação dos Portugueses*. (2011) Lisboa: Conselho Nacional de Educação.
- Fonseca, Madalena (2010) 2010: Acreditação Ano Zero. Os Sistemas Internos de Garantia de Qualidade das Instituições de Ensino Superior em Portugal. (Publicação electrónica) www.a3es.pt.
- Fonseca, Madalena (2011) The Student Estate, in Neave, G. and Amaral, A. (2011), *Higher Education in Portugal 1974-2009. A nation, a generation*. Dordrecht, Springer, pp. 383-415.

- Fonseca, Madalena; Encarnação, Sara (2012) A massificação do ensino superior em Portugal: efeitos espaciais na diversificação do sistema. in XIII COLOQUIO IBÉRICO DE GEOGRAFÍA. *Respuestas de la Geografía Ibérica a la Crisis Actual. Actas*. Universidad de Santiago de Compostela. 24 a 27 de octubre de 2012. pp.147-163.
- Koucky, J., Bartusek, A., & Kovarovic. (2010). *Who gets a degree? Access to tertiary education in Europe 1950-2009*. Prague: Education Policy Centre, Faculty of Education, Charles University.
- Neave, Guy, & Amaral, Alberto (2011). *Higher Education in Portugal 1974-2009. A Nation, a Generation*. Heidelberg: Springer.
- Teixeira, Pedro; Fonseca, Madalena; Sá, Carla; Tavares, Diana; Amaral, Alberto (2009) A Regional Mismatch? Analysing institutional behaviour and student's applications in Portuguese Public Higher Education System. In Mohrman, Kathryn; Feinblatt, Sharon; Chow, King (Ed) *Public Universities and Regional Development*. Chengdu: Sichuan University Press. pp.59-80.

ESTATÍSTICAS E BASES DE DADOS

- Base de dados da A3ES – Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior.
- Bases de dados da Direcção-Geral de Estatísticas de Educação e Ciência (DGEEC/GPEARI) do Ministério da Educação e da Ciência.
- Bases de dados do acesso ao ensino superior público da Direcção Geral do Ensino Superior (DGES), disponíveis desde 1993/94 até 2009/10.
- Bases de dados da FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia.
- Eurostat.
- Eurostudent (2000, 2005, 2008, 2011).
- OECD: *Education at a Glance* (2011) OECD.